

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Naiara Roberta Vicente de Matos

**Emprego apoiado: Uma análise psicossocial da inclusão
da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**São Paulo
2013**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Naiara Roberta Vicente de Matos

**Emprego Apoiado: Uma análise psicossocial da inclusão
da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Professora Doutora Bader Burihan Sawaia.

São Paulo

2013

ERRATA

(MATOS, N. R. V de). **(Emprego Apoiado: uma análise psicossocial da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho)**. (2013). (114 páginas). Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC -SP, São Paulo, (2013).

Página **54**, Onde se lê [CIAMPA, 2004] deve-se ler [CIAMPA, 1994].

Página **55**, Onde se lê [CIAMPA, 2004] deve-se ler [CIAMPA, 1994].

Página **107**, incluir: BODEI, Remo. **Geometria de las pasiones – medo, esperanza, felicidad: filosofia y uso político**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Página **107**, incluir: BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

Página **107**, onde se lê [CIAMPA, A. da C. **Identidade**. In, LANE, S. T. M e CODO, W. **Psicologia Social: O homem em Movimento**. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 58-75 [primeira edição 1984], 1989] deve-se ler [CIAMPA, A. da C. **Identidade**. In: LANE, S.T.M., CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994.]

Página **107**, incluir: CORKER, M. **Conflations, differences and foundations: the limits to 'accurate' theoretical representation of disabled people's experience?**. *Disability & Society*, 14, 5, pp.627 – 642, 1999.

Página **107**, incluir: CORKER, Marian and Tom Shakespeare, Eds. **Disability/Postmodernity: Embodying Disability Theory**. New York: Continuum, 2002.

Página **107**, incluir: CROW, L. Including all our lives. In J. Morris (Ed.), **Encounters with strangers: feminism and disability**. London: Women's Press, 1996.

Página **108**, incluir: DEMO, P. Participação e avaliação: projetos de intervenção e ação. In. SORRENTINO, M. (org). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC, 2002.

Página **110**, incluir: LIMA, Aluizio F. de. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

Página **110**, incluir: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988.

Página **111**, incluir: OLIVER, M. **Understanding disability, from theory to practice**. London: Macmillan, 1996.

Página **111**, incluir: QUINTÃO, D. T. R. **Algumas considerações sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social**. *Psicologia e sociedade* 17 (1), 2005.

Página **112**, incluir: UPIAS. **Fundamental Principles of Disability**, London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1976.

Página **112**, incluir: THOMAS, C. **The body and society: impairment and disability, paper presented at BSA Annual Conference: Making Sense of the Body**. Edinburgh, 1998.

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Irene e Cláudio pelo amor incondicional, incentivo, apoio
e confiança.

Ao meu doce afilhado Gabriel pela poesia afetuosa, pura e inspiradora.

À Liana Martinelli pela imensa voz guardadora e sentida.

À minha irmã Heloisa por todo exemplo.

AGRADECIMENTOS

À Bader Burihan Sawaia, que se dispôs a ensinar-me cuidadosamente durante esses dois anos de mestrado, aclarando os meus questionamentos, principalmente por sua notória sensibilidade, amizade, generosidade e didática, mostrando-nos o caminho do conhecimento de uma forma tão leve e afetuosa.

Aos participantes do Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da PUC/SP, que me proporcionaram momentos de reflexão e aprendizado.

À Raquel Franchito, Susana Monteiro, Maria Helena Coelho, Tina Cruz, Myriam Veiga, Samanta Cunha, Beatriz Takeiti, Miguel Pereira e Marlene Camargo por todo apoio e pela inefável alegria de suas amizades.

Aos meus colegas Terapeutas Ocupacionais que lutam diariamente pelo reconhecimento da árdua profissão, em especial ao Profº Ms. Roberto Ciasca que pode me proporcionar riquíssimos momentos de reflexão e aprendizado.

Aos sujeitos dessa pesquisa, que oportunizaram a retomada reflexiva de suas histórias de vida, pela inestimável contribuição, paciência e pela disponibilidade em dialogarem comigo.

Agradeço, imensamente, a Capes e ao CNPq pelos financiamentos que, cada qual em seu tempo, possibilitaram a elaboração e realização dessa pesquisa.

*“Talvez alguém aqui se espante de que nós,
depois de termos afirmado que o bom método é aquele que
mostra como a mente deve ser dirigida segundo a
norma da ideia verdadeira dada,
o demonstremos por meio do raciocínio:
o que parece indicar que isso não é evidente por si.
Poderá até mesmo se perguntar se raciocinamos corretamente.
Se raciocinamos bem, devemos começar por uma ideia dada e,
como começar por uma ideia dada exige uma demonstração,
teríamos de provar novamente nosso raciocínio e este, por sua vez, por outro, e
assim até o infinito”.*

(Baruch Spinoza – Tratado da Reforma do Entendimento)

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar na perspectiva da psicologia sócio-histórica a dimensão subjetiva do processo dialético de inclusão/exclusão no trabalho (com e sem apoio) das pessoas com deficiência intelectual para refletir sobre a educação profissional e a proposta de Emprego Apoiado. Trata-se de situar historicamente as pessoas com deficiência, buscando entender quais são as mediações presentes e compreendermos como é vivida subjetivamente a Lei de Cotas na vida dessas pessoas para orientar as práticas de formação e preparação ao trabalho que lhes são oferecidas. Para tanto, recorre aos conceitos de sofrimento ético-político, sentido e significado, estima social, identidade e preconceito para analisar a vivência da busca por um trabalho, e de se tornar trabalhador nas condições de trabalho oferecidas pela Cota, tendo como pano de fundo a condição sócio-histórica desfavorável à inclusão oferecidas a esses sujeitos e os projetos de preparação para o trabalho que lhes são oferecidos. O método de investigação utilizado está embasado na concepção vygotskiana que considera ação, trabalho e afeto como unidades indissociáveis da subjetividade, amparada na filosofia de Espinosa e na teoria marxista de sociedade. Os resultados obtidos atestam a defasagem entre reconhecimento jurídico e social, pela ausência de estima social, pelo preconceito, pelos modelos de identidade pressupostas, desamparo e solidão a que são relegados, condição social vivida como sentimentos tristes de medo, humilhação, raiva comprometendo a potência de ação desses sujeitos. O sentido de trabalho é ambíguo: ele é a única possibilidade de estima e reconhecimento, mais do que a possibilidade de adquirir bens, mas é também fonte de paixões tristes, especialmente o medo constante de errar e, assim perder o emprego. Clamam por preparação ao trabalho e apoio afetivo que eles encontraram no preparador laboral que os acompanhou por um tempo, ao qual enviaram cartas expressando seus sentimentos e necessidades. Ressalta-se a importância do “Emprego Apoiado”, onde o profissional desempenha o papel de mediador do cumprimento efetivo da lei de cotas, no plano de desenvolvimento de habilidades e da referência afetiva.

Palavras-chave: Emprego Apoiado, Lei de Cotas, Inclusão no trabalho, Deficiência Intelectual, Reconhecimento Perverso, Sofrimento Ético-Político.

ABSTRACT

This research aims to analyze, based on the Social Historical Psychology, the subjective dimension of the dialectic process concern on inclusion/exclusion at work (with and without support) from people with intellectual deficiency as a way to reflect about professional education and supported work proposal. It is about to locate how the people with deficiency are situated historically, trying to understand which are the mediations and comprehend how is subjective lived the Cotes Law in the life of those people, and how this law work to orient the formation practices and job preparation that are offer to them. To do that, we will use the concepts of ethical-politic suffering, sense and meaning, social stigma, identity and preconception to analyze the living of looking for a job, and to became a worker with proper job preparation according to the conditions offers in the Cote, having as a background the social-historical condition unfavorable to inclusion to those people and the preparation project to the work that is given to them. The investigation method is based on Vygotsky's work that consider action, work and affect as in dissociable units of subjectivity, with the support of Spinoza philosophy and Marx's theory of society. The results pointed out a lag between juridical and social recognize, through the absence of social stigma, by preconception, by identity models presupposed, abandon and loneness, social conditions lived with sad felling, such as fear, humiliation, angry compromising the action potency of those people. The sense of work is ambiguous: it is only way to get self-esteem and recognition, (moreover than acquire deeds), however it is also fountain of sad passions, especially the constant fear of making a mistake, which will cost their job. It clams for work preparation and affective support, which those people encounter in their labor professor that accomplish them for a while, and to whom they send letters, expressing their feelings and needs. It is pointed out the importance of "supported employment", where the professional act as a mediator to the effective of cotes law, at the development of abilities and as a affective reference.

Key-words: Supported employment, Cotes Law, Work Inclusion, Intellectual Deficiency, Perverse Recognition, Ethical- Political Suffering

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OBJETIVOS.....	15
	2.1 Objetivos Gerais.....	15
	2.2 Objetivos Específicos.....	16
	2.2.1 Considerações sobre as Bases Materiais que Sustentam os Objetivos.....	16
	2.3 <i>Corpus</i>	18
	2.3.1 Reflexões Metodológicas.....	18
	2.3.2 Procedimentos de Coleta de Dados.....	20
	2.3.3 Quadro de Apresentação dos Sujeitos.....	21
	2.3.4 Análise.....	22
3	O SIGNIFICADO DA DEFICIÊNCIA NA RELAÇÃO COM O TRABALHO: BREVE HISTÓRICO.....	25
	3.1 O enfoque científico.....	31
	3.2 Abordagens Contemporâneas.....	37
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PRINCIPAIS CATEGORIAS.....	40
	4.1. Deficiência.....	40
	4.2 O Trabalho.....	43
	4.3 Trabalho, Cidadania e Cota.....	48
	4.4 Sobre o Preconceito.....	51
	4.5 Identidade.....	54
5	O RECONHECIMENTO.....	55
	5.1 A Teoria de Reconhecimento de Axel Honneth.....	55

5.1.1	O Reconhecimento na esfera dos Afetos: A Experiência do Amor, o Amor de Si Mesmo e a Autoconfiança.....	60
5.1.2	O Reconhecimento na Esfera dos Direitos: A Justiça e o Respeito Universal.....	60
5.1.3	O Reconhecimento na Esfera da Estima Social: Características, Realizações e Solidariedade.....	63
6	DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO.....	66
7	LEI DE COTAS: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	70
8	EMPREGO APOIADO OU EMPREGO COM APOIO.....	76
8.1	Breve Histórico do Emprego Apoiado.....	78
8.2	Brasil: Expectativas sobre o Emprego Apoiado.....	80
9	O PREPARADOR LABORAL.....	82
10	ANÁLISE EMPÍRICA.....	83
10.1	Paulo.....	84
10.1.1	A alegria e o medo de perder o trabalho – O apoio da empresa e do preparador laboral: A luta pelo reconhecimento da família em tornar-se um cidadão de direitos.....	84
10.2	João.....	90
10.2.1	O amor da avó e a rejeição familiar – sofrimento e tristeza pelo fracasso e ausência de reconhecimento; consequências de duas perdas: a da avó e do trabalho.....	90
10.3	Mário.....	97
10.3.1	Entre o desejo de trabalhar e a segurança do benefício.....	97
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

1 INTRODUÇÃO

Políticas de inclusão social conferem tratamento favorecido a minorias ou grupos minoritários notoriamente em desvantagem dentro da sociedade, com o intuito de assegurar-lhes condições “mais efetivas” de promoção material e de inserção no espaço social, embasadas na percepção da insuficiência das ações universalistas. Sua operacionalização se dá pelo acionamento de mecanismos variados, dos quais a definição de cotas é uma delas.

Com 22 anos de existência no Brasil, a Lei de Cotas¹, criada para integrar pessoas com deficiência ao contexto laboral, vem adquirindo crescente difusão no período contemporâneo.

Nos últimos anos, trabalhei com esse tema, na cidade de Santos, litoral de São Paulo, por meio de uma rica experiência como terapeuta ocupacional em instituições de apoio, atuando como coordenadora de Núcleos de Orientação para o Trabalho (NOT²), e também na área de consultoria às empresas envolvidas.

Essa questão sobre a exclusão do trabalho foi sempre algo que me convidou para a investigação. Assim, ainda na graduação, pude envolver-me com o tema sobre trabalho e o idoso; não curiosamente, meu trabalho fora da universidade sempre me forneceu a reflexão em relação ao que era/foi produzido no meio científico, uma vez que tais aspectos saltavam-me aos olhos.

Com as experiências mencionadas, abriu-se um horizonte de possibilidades para a pesquisa, desde o início de minha atuação profissional nessa área, ainda em Campinas SP, (2000) e, principalmente, após o término de um estágio cumprido na Fundación Catalana de Síndrome de Down, dentro do Projeto “Col labora” em Barcelona, Espanha - 2007 e 2008. Essas atividades deram início a um conjunto de ideias que viriam orientar meu futuro projeto de mestrado, mesmo porque há poucas pesquisas sobre a temática e entendia que, apesar de todo o avanço da legislação e

¹Lei de Cotas: “Art. 93 : A empresa com 100(cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2(dois) a 5(cinco) por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – 101 a 200 empregados... 2%;
II – 201 a 500... 3%;
III – 501 a 1000... 4%;
IV – 1001 em diante... 5%..”

² Núcleo de Orientação para o Trabalho do CEB 30 de julho de Santos – SP. Projeto que promove e orienta pessoas com deficiência intelectual como forma de mediar seu processo inclusivo nas empresas. Tem como metodologia a utilização de categoria do Trabalho com Apoio (foram premiados pelo FIES – Itaú Excelência Social no ano de 2009 e 2012).

o combate à intolerância, a criação de leis e regras de inclusão, com procedimentos que vislumbrem os direitos sociais básicos incondicionais à preservação da dignidade humana, as forças políticas dominantes, trazem “soluções pragmáticas”, fazendo com que a realidade seja completamente distinta das propostas de inclusão.

Escolhi como foco de análise a processualidade da afetividade durante esse percurso. No pensamento espinosano, não se trata apenas de reconhecer a positividade das emoções, mas de compreendê-las como condição de possibilidade para quaisquer ações ético-políticas.

Segundo o filósofo, os afetos indicam variações do corpo e mente nos encontros que configuram a vida em sociedade, especialmente, a transição entre autonomia e heteronomia, servidão e liberdade. Dessa forma, medeiam a relação homem e sociedade e são indicadores sutis da inclusão perversa.

Enfrentei muitos desafios ao longo dos últimos anos como profissional, cuja função de estimular, apoiar as pessoas com deficiência no processo laboral diante das atitudes pragmáticas da empresa, as relações familiares, o entorno, as relações de poder que envolvem as ONGs (Organizações não governamentais), e, juntamente com todo o pano de fundo que carrega essa questão, percebi o quanto ainda era preciso avançar nessa questão.

Confesso que, se tomasse como ponto de partida o viés “aparente” como objeto na minha pesquisa, seria apenas como tentar aproximar o foco de uma lente microscópica e ignorar todo o conjunto das inúmeras outras questões envolvidas.

Inevitavelmente, aproximei-me do ativismo, mas algo ainda faltava. Minha percepção só conseguia, naquele momento, clarear que se tratava de uma artimanha complexa e sutil a questão da “inclusão social”, e que era preciso ir mais além do que a ponta do *iceberg* traduzia, ou seja, busquei entender todos os mecanismos e mediações existentes, as que permeiam questões ainda bem maiores e profundas.

Durante esse tempo, fui testemunha de muitos sofrimentos, humilhações, precarizações de emprego, vulnerabilidade no trabalho, exploração humana, sentimentos de indeterminação, fazendo com que percebesse em minhas ações algo “reiterativo”, sensação de análise fragmentada, inacabada.

Foi então que encontrei no referencial teórico-metodológico, inaugurado por Silvia Lane, através dos diversos estudos da Prof. Bader Sawaia, minhas principais referências nesta área, possibilitar outro caminho na busca por evidenciar e

visibilizar os entraves que se apresentam como obstáculos concretos e mergulhar nesse novo percurso.

Essa guinada na pesquisa fez com que revisasse todo procedimento profissional que até então havia percorrido, havendo a necessidade de aproximar-me da teoria dialética sobre exclusão/inclusão e sobre todos os seus aspectos ético-políticos, uma vez que minha formação em terapia ocupacional, profissão que corre o risco da ideologização no Brasil, assim como quase todas as outras profissões nascidas para responder às necessidades dos modos e relações de produção do capitalismo, ignorando as bases para a compreensão e apreensão de todas as contradições sociais, na coexistência entre hegemonia e contra hegemonia, ideologia dominante e contra ideologia, sem levar em conta os processos de alienação e as mediações existentes entre a ética, a moral e a política, e, como diria Slavoj Žižek, parece uma questão de permanecer “mais um cínico, que faz o que faz, mas continua a fazê-lo”, dando seguimento às atuações “omissivas” profissionais, reproduzindo ações perversas, aprimorando apenas teorias e técnicas com vistas a beneficiar a lógica da mercadoria (sustentada para a manutenção do *status quo*) ao invés de servirem à superação da luta de classes, à emancipação humana, à crítica, ao questionamento sobre a realidade instaurada e principalmente para produção do conhecimento científico.

Optei, então, por refletir criticamente sobre minha atuação, questionando se não colaborava com o “fazer parecer inclusão” que os nossos veículos de massa costumam propagar.

Dedicar-me à pesquisa; não significava apenas abrir mão da prática de 12 anos para adquirir um referencial teórico, mas sim poder, com isso, aprofundar e buscar entender todas as questões “abusivas” com as quais me deparei durante esse tempo dentro das Instituições, perceber que as mesmas caracterizam a dinâmica política e social do País, fazendo com que quem tente “burlar” esse ciclo se sintam mal, principalmente por não aceitar posturas “cristalizadas”, muitas das quais me deixavam perplexa, impossibilitando permanecer por muito tempo no papel de “cúmplice” e não conseguindo mudar muita coisa mesmo em instituições não governamentais.

Segundo Brandão (2008), as Organizações Sociais, ditas “não governamentais” (implementadas na grande maioria por conta das facilidades e “incentivos governamentais” e não por iniciativas dos movimentos sociais, pelos critérios de “pertencimento de uma causa”, sujeitando ofertas de empregos sem a

utilização de concursos públicos, propiciando a utilização de cargos/vagas como o famoso termo traduz “cabide de empregos” – decorrendo de diversas ações nepotistas/privilegiadas, submetendo suas demandas a mais uma administração capitalista dentro da lógica neoliberal, propagando o que costumo chamar de “ações pseudossociais”.

Neste aspecto, tendo como referência o fato de que a maioria dos profissionais “especializados” de acordo com os moldes acima citados, entrelaçado ao fator cultural da maioria da sociedade brasileira ainda “infantilizarem” as pessoas com deficiência, segue-se os exemplos citados por Montobbio e Lepri (2007), ressaltando que se um homem “normal” anda a cavalo, dizemos simplesmente que “anda a cavalo” – se, ao contrário, é uma pessoa com deficiência, faz... “equoterapia”; se um homem “normal” faz ginástica, um deficiente que faz a mesma coisa faz “ terapia psicomotora”; se uma pessoa dita “normal”, distrai-se fazendo bricolagem, possui um *hobby*, mas, se é alguém com deficiência, faz “ergoterapia”. Ainda indagam os autores, o porquê do recorrer a essas denominações não autênticas? Para legitimar o profissional? Para promoverem a participação passiva? Ou são processos que redundam em uma aglomeração de pessoas, cujos objetivos já estão previamente traçados: o da manipulação unilateral, requerendo-se cidadãos complacentes?

O discurso contemporâneo sobre “técnicas terapêuticas” se insere em qual lógica? Quais os sutis perigos que a reprodução do reconhecimento perverso traduz na vida cotidiana das pessoas com deficiência?

Como recorda muito bem Sawaia (2002) também a participação se converteu em um conceito *fashion* no mundo atual. De tal maneira que as organizações mais autocráticas e os governos autoritários, não raramente, gostam de se apresentar como instâncias participativas. A participação já virou, inclusive, jargão nos discursos de profissionais da política, cuja biografia não apresenta nenhum compromisso com as causas sociais e comunitárias. Nunca foi tão presente na realidade brasileira a manipulação de indivíduos e coletividades sob o argumento de se promover a participação, pois até mesmo os organismos internacionais, como as agências financeiras multilaterais, exigem, para a consumação de seus acordos comerciais com as nações, certo grau de “participação” comunitária. Sobre isso é preciso reconhecer, como destacou muito bem Brandão (2008), que estes “alinhamentos políticos e comerciais são, sobretudo, violentas imposições, e que o

fraco pode encontrar à sombra do forte somente felicidade ilusória e proteção” (DEMO, 2001, p. 26).

Inevitavelmente, ao imergir nesse universo da psicologia social, da teoria crítica, sociologia e da filosofia, passei a entender que os problemas presentes, não são explícitos, muito pelo contrário, era preciso compreender como essas influências conseguiram sustentar-se historicamente na sua relação com os padrões socioeconômicos e como eles determinam se o fortalecimento da potência dos indivíduos pode ou não ser preservadas?

De fato, como afirma Bodei (1997), as grandes marcas do mundo contemporâneo são a obstrução do desejo, a indiferença recíproca e o individualismo de massa. Que tipo de sujeitos pode resultar das sujeições a esse objetivismo subjetivo?

Sendo assim, ao analisar o processo laboral das pessoas com deficiência, foi preciso indagar quais são as mediações e sentidos da vivência da Lei de Cotas, buscando destacar como se dá o enfrentamento diante dos desafios, sem esquecer-se de situar historicamente as pessoas com deficiência e as condições de trabalho bem como lembrarmos a dimensão ontológica do trabalho. Para compreender como é vivida a condição laboral, destacam-se os afetos como categoria psicossocial mediadora, por considerar que ele revela a passagem entre o social e o psicossocial, os sentidos e a ideologia.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Esta pesquisa visa analisar na perspectiva sócio-histórica da dialética exclusão/inclusão, a qualidade ético-afetiva do processo de inclusão no trabalho (com e sem apoio) das pessoas com deficiência, para refletir sobre o papel da educação profissional e do emprego apoiado no mesmo.

Trata-se de situar historicamente as pessoas com deficiência, buscando entender quais são as mediações presentes e compreendermos como é vivida subjetivamente a Lei de Cotas na vida dessas pessoas para orientar as práticas de formação e preparação ao trabalho que lhes são oferecidas.

No que se refere à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, as pesquisas têm sido delineadas mais em função dos aspectos: clínico-terapêuticos; legislação e seus direitos; a inclusão sendo veiculada como responsabilidade social da empresa etc. A presente pesquisa visa colaborar com essas reflexões, analisando as formas de apropriação, as práticas cotidianas, os afetos, ideias e ações, tendo como pano de fundo a condição sócio-histórica desfavorável à inclusão oferecidas a esses sujeitos e os projetos de preparação para o trabalho que lhes são oferecidos.

2.2 Objetivos Específicos

Analisar os afetos, sofrimentos, alegrias e seus motivos relacionados à busca por um trabalho oferecido pela Cota.

Analisar as queixas referentes à luta pelo reconhecimento social, com destaque ao preconceito, identidade e direitos da pessoa com deficiência intelectual.

Analisar os sentidos do trabalho, da educação profissional e do emprego apoiado.

2.2.1 Considerações sobre as Bases Materiais que Sustentam os Objetivos

Atualmente, as instituições no Brasil, responsáveis por intermediar a inclusão no trabalho, são financiada pelos Fundos Sociais Municipais, mas trata-se de uma medida que, ainda que contribua para sua sobrevivência, não garante o bom funcionamento nem a continuidade desses serviços, principalmente por seis razões:

- 1) Porque não responde a necessidade de regularização detalhada da constituição de setores de apoio, ficando esse papel concedido às instituições num modo geral, sendo que, em sua maioria, não existem setores de apoio específicos;
- 2) Na atualidade, alguns empregadores já exigem até o segundo grau completo para as pessoas com deficiência, que, historicamente, nunca

receberam incentivo eficaz no processo de inclusão para a sua formação escolar, cultural e profissional;

- 3) A cobertura comum (metodologia de colocação seletiva) se finaliza no momento em que a pessoa é contratada na empresa (a grande maioria não utiliza a metodologia do trabalho com apoio), o que estabelece o acompanhamento pós-inclusivo;
- 4) Com a ausência de políticas públicas, o trabalhador muitas vezes desiste de estudar devido à lei não impor tal requisito;
- 5) A educação continuada, nunca é lembrada, pois, de acordo com o contrato de trabalho formal, geralmente sobre as exigências da CLT, o horário de trabalho estabelece obrigatoriamente que seja 8h/dia - os jovens com deficiência são obrigados a se submeter a esse regimento – (sendo que, na Europa, após muitos estudos específicos voltados para esse tema, já consta na lei que a pessoa com deficiência intelectual não pode ultrapassar a carga horária de 6h/dia com a utilização da metodologia do trabalho com apoio);
- 6) Não há leis que possibilitem que a empresa repasse o valor da multa auçada por descumprimento da lei de cotas, a projetos que viabilizem de fato a educação, centros ocupacionais, capacitação de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho etc.

No Brasil, para uma instituição se apropriar destes recursos financeiros (supostamente ligados à multa), ocorre de forma indireta e muito lenta, ou seja, a instituição acaba disputando o mesmo recurso com outros projetos e com outras instituições ao mesmo tempo (inscritos em contextos e temáticas distintas – muitas vezes, a disputa ocorre dentro da mesma instituição – onde existem crianças e adolescentes deficientes (em diferentes idades) respaldadas em outras leis, na maioria das vezes sendo priorizadas demandas sujeitas às leis do ECA – Estatuto da Criança de Adolescente) focadas em públicos, serviços, projetos, objetivos completamente diferentes.

Essas seis razões são suficientes para indicar as carências/falhas técnicas e ao mesmo tempo a linha cruzada que existe sobre a incoerência desse sistema. Ao meu entender, atualmente, os financiamentos concedidos a projetos ligados às questões das cotas estão distantes da finalidade à qual se destina.

Do mesmo modo, a intervenção e/ou apoio às práticas do processo inclusivo da pessoa com deficiência no mundo do trabalho confronta-se com essas reflexões citadas dentro de aspectos descentralizadores nas ações sociais, portanto, poderiam ser extremamente focadas se fossem realizadas diretamente, para o desenvolvimento completo e revogado às perspectivas inclusivas de apoio laborais.

Além de outras questões cotidianas emergentes – aspectos sobre dificuldade de aprendizagens das pessoas com deficiência – não nos devemos esquecer de que existem outras muitas dificuldades nos entornos laborais, onde foram sempre desfavorecidos e aquém das políticas educacionais, das oportunidades profissionais / técnicas específicas, oferecidas há muito tempo para o resto da população.

Apesar do baixo número de pesquisas nesta área, torna-se imprescindível a utilização de produções acadêmicas para a melhoria e desenvolvimento de muitos aspectos relacionados ao universo laboral dos indivíduos com deficiência, principalmente quanto à questão da forma inadequada que o profissional intervém sobre outras ações ditas pela maioria como “inclusivas”.

2.3 Corpus

No primeiro capítulo, é realizada uma reflexão reservada à história, com o objetivo de demonstrar como foi sendo construída a concepção desde o período clássico sobre “ser pessoa com deficiência” e por quais caminhos foram surgindo suas (in)determinações socioculturais.

No segundo capítulo, encontram-se todas as bases teóricas nas quais pude mergulhar durante esses dois anos cursando as disciplinas do mestrado e as principais fundamentações teóricas que busquei em Espinosa, Marx, Agnes Heller, Vygotsky, Zizek, Lane, Sawaia, Ciampa, Honneth, Chauí, dentre outros, para conseguir desenvolver a conjuntura atual do corpo deste trabalho.

No terceiro capítulo, encontra-se a análise do material coletado; retrata sobre as questões empíricas, as narrativas das histórias de vida.

2.3.1 Reflexões Metodológicas

Do ponto de vista teórico, a pesquisa está embasada em uma visão vygotskyana capaz de considerar ação, trabalho e afeto como unidades indissolúveis da subjetividade, amparada na filosofia de Espinosa e na teoria marxista de sociedade, que foram referências de Vygotsky.

A pesquisa é qualitativa, que segundo Alves (2002) permite entender os fenômenos em suas dimensões pessoais, possibilitando verificar a sua multidimensionalidade, partindo de dados empíricos, através da fala, buscando uma compreensão ou esclarecimento dos sentidos/significados das palavras, e por meio da reflexão teórica, explicar o fenômeno analisado.

Tal abordagem envolve uma ação reflexiva do investigador, que possibilita uma ressignificação constante dos dados e uma busca teórica incessante para dar novo sentido ao que está sendo encontrado, durante todo o processo do estudo.

Segundo Bogdan & Biklen (1994), a abordagem qualitativa possui as seguintes características: ser descritiva, ter como fonte de dados o ambiente natural e atribuir uma importância central ao significado. Nesta abordagem, para apreendermos o significado de um acontecimento, um conceito ou um discurso é necessário haver uma decomposição dos mesmos, e, em seguida, sua reconstrução.

Assim, o produto final é determinado pelo processo de investigação durante o qual as hipóteses vão sendo reformuladas, assim como, algumas questões foram ressignificadas inúmeras vezes com o desenrolar do processo de investigação.

É também importante apontar a questão da interpretação que o pesquisador faz neste tipo de abordagem. Em função do objeto de estudo e baseado em suas indagações e pressupostos teóricos, vai-se construindo os dados para dar respostas às suas questões. Assim, a subjetividade do pesquisador é constitutiva na elaboração da pesquisa.

Além disso, a discussão dos dados vem imbricada por questões políticas e históricas que fazem parte do mundo do investigador e, obviamente, do conhecimento produzido na respectiva área (Lüdke & André, 1988).

Não há uma supremacia do aspecto subjetivo sobre o objetivo e vice-versa, ambos compõem um todo que interfere, direta e dialeticamente, na capacidade humana de análise dos fenômenos postos à investigação.

Desta forma, acreditando que para dar respostas às abordagens aqui apresentadas, bem como sobre as interações estabelecidas entre elas, foi coerente buscar os dados em um ambiente em que essas interações pudessem ocorrer de modo o mais natural possível. Por isso, optei por frequentar “encontros de lazer” constituídos pelo grupo dos quais meus sujeitos fazem parte (pessoas com deficiência), onde os três sujeitos escolhidos desta pesquisa estão presentes quase todos os finais de semana – um espaço que favoreceu interlocuções e discussões sobre o tema, suas possibilidades e limites, constituindo, desse modo, uma situação propícia para resgatar elementos que talvez se estivessem sido coletados no espaço de trabalho, jamais teriam sido a mim revelados.

2.3.2 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu através das entrevistas realizadas e da análise de cartas escritas pelos sujeitos destinadas a mim no período em que me desliguei do trabalho das instituições, podendo com isso dedicar-me, única e exclusivamente, à pesquisa.

O critério de seleção das cartas ocorreu de acordo com a problemática de cada sujeito, mantendo-se em destaque às de situações distintas para conseguir elencar os dados dos fenômenos encontrados, podendo-se, então, realizar a análise.

Além das cartas foram colhidos depoimentos sobre as histórias de vida.

O contato da pesquisadora com os sujeitos acontece, há mais de 8 anos, desde quando se iniciou o vínculo profissional dentro das ONGs em que trabalhou, e em que os mesmos foram usuários/matriculados em serviços oferecidos especificamente para essa clientela. Depois, quando me desliguei deste trabalho, ficamos meses/anos sem contato algum, sendo que alguns se comunicavam comigo através dessas cartas, enviadas constantemente, relatando suas experiências e dificuldades, descrevendo situações elegidas por eles “plausíveis” e suficientemente importantes para me escreverem e, com isso, desabafarem sobre suas relações com o tema “inclusão no trabalho”.

Depois de algum tempo, alguns membros desse mesmo grupo voltaram a se encontrar aos finais de semana (encontros de lazer); com isso fui convidada por eles e pude, então, frequentar voluntariamente o grupo e, assim, poder vê-los novamente com frequência e observar seus sofrimentos e sucessos.

Os sujeitos são três (todos com deficiências intelectuais), aptos para o trabalho, idade acima de 16 anos, todos do sexo masculino, embora a escolha tenha ocorrido aleatoriamente; por conseguinte, essa questão do gênero masculino aparece aqui como mera coincidência.

A seleção ocorreu de acordo com suas histórias de vida: (1) que *recebeu apoio* com intervenção profissional, intermediando seu processo de inclusão no trabalho (obteve ajuda do preparador laboral); esse sujeito ainda trabalha e foi contratado pela metodologia de colocação seletiva, do regime CLT; (2) que *não recebeu apoio constantemente* (só alguns meses ainda no início do seu 1º emprego), também contratado pela metodologia de colocação seletiva, do regime CLT; e, por fim, (3) que *recebe benefício dos recursos da LOAS³* – Lei Orgânica da Assistência Social – (Benefícios de Prestação Continuada – *BPC*) e tenta desvincular-se dessa condição e conseguir um emprego (receber o BPC é uma situação bastante comum entre os deficientes intelectuais no Brasil, devido à questão socioeconômica desfavorável da maioria das famílias).

Hoje, mesmo com a Lei de cotas, muitos deles “não abrem mão” do benefício (do que já têm garantido e conseguiram obter para sobreviver), porque não querem correr o risco de talvez não se adequarem ao trabalho, ficando, depois, desempregados e, por conseguinte, sem o benefício.

2.3.3 Quadro de Apresentação dos Sujeitos

Categorias	Nº de Indivíduos	Procedimentos de Coleta de Dados	Dados dos Sujeitos
História de vida 1 (com Apoio) Apto para o trabalho	1	2 Cartas e a Entrevista	43 anos

³ Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) dispendo sobre a organização da assistência social. Tal norma, em seu art. 20, estabelece que o idoso ou portador de deficiência que não tiverem comprovadamente condições de suprir sua própria manutenção ou de tê-la provida por seus familiares tem direito ao recebimento de um salário-mínimo mensal.

História de vida 2 (sem Apoio) Apto para o trabalho	1	3 Cartas e a Entrevista	30 anos
História de vida 3 (recebe BPC) Apto para o trabalho	1	5 Cartas e a Entrevista	20 anos

2.3.4 Análise

Cada carta foi trabalhada visando perceber os momentos de articulação (muitas vezes fundados sobre os valores que orientaram suas ações/soluções em cada situação), os registros das suas experiências relatadas em cada momento emocionante/afetivo implícito/explicito, as dialéticas que permitiram compreender as orientações gerais de uma vida, o discurso ideológico, as atitudes e aprendizagens do sujeito sobre cada acontecimento, seus encontros, suas atividades ora impostas pelo sistema, ora determinadas ao longo da vida.

As histórias de vida foram instrumentos apropriados para obter informações sobre a imbricação entre as esferas “afeto, justiça e o social” na caracterização de suas vidas e no enfrentamento aos desafios no processo laboral, e as mediações da passagem do universal ao singular, conforme nos ensina (Hegel, 2003, p. 15), onde o singular materializa o universal, na unidade do particular:

[...] você tem que entender o universal como necessariamente particularizado. O universal não existe separadamente; sociedade somos todos nós; e o que nós somos, somos particularizações. Sociedade é o universal particularizado através de seus agentes sociais, dos indivíduos, das instituições. Então, eu só posso ver o universal na sua particularização; isso não quer dizer que o universal seja o conjunto dos particulares, porque aí você vai perder a noção de totalidade; a totalidade não é a soma dos particulares e nem o particular é separado do universal; o particular é singularização do universal. (Carone s.d., pp. 12-13)

A utilização das histórias de vida está baseada na reflexão de Ciampa, na banca de meu exame de qualificação⁴.

⁴As narrativas de histórias de vida podem demonstrar como o homem se caracteriza antes de tudo por sua capacidade de superação das circunstâncias dadas, pela capacidade de criar projetos para si e que isso permite compreender se o resultado de suas ações promove uma realidade nova e provida de significação própria, em lugar de ser muito mais do que simplesmente uma média de fatos e falas.

A importância da narrativa se encontra na possibilidade de que aquele que conta a história tem de nos mostrar os restos, rastros, de sua individualidade. Como destaca Lima (2010) citando Jeanne Marie Gagnebin (2006), a narrativa de história de vida, justamente por apresentar-se como um exercício de articulação entre o passado e o presente, possibilita a quebra da repetição daquilo que lembra e

(...) abre-se aos brancos – do pensamento – aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente. (ibid., p. 55).

Seguindo esta linha de raciocínio, Lima (2010) mostra-nos como isso pode reforçar o compromisso do pesquisador com o relacionamento ético ante o entrevistado, pois este se torna mais do que um mero expectador da história narrada.

O pesquisador que, segundo o autor, utiliza a narrativa de história de vida ocupa o lugar de “testemunha” do sofrimento, da mortificação e das possibilidades de subversão dos indivíduos. Relata que o conceito de “testemunha” apontado aqui, como bem adverte Gagnebin, é entendido de uma forma ampliada à sua concepção habitual. Ultrapassa o sentido daquele que “viu com os próprios olhos” e que pode afirmar como determinado acontecimento ocorreu.

Testemunha, na perspectiva apresentada, é aquele que compartilha o sofrimento do outro, é aquele que não vai embora, relata:

[é aquele] que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento do indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo [sic] infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra [sic] história, inventar o presente. (Ibid., p. 57)

Recorre-se, ainda, a Delgado (2006), quando diz que

As narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contém a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual história e memória, alimentam-se. [...] Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. É a humanidade em movimento. São olhares que permitem tempos heterogêneos. É a história em construção. São memórias que falam (p. 44).

As narrativas das histórias de vida são emocionadas e favorecem o transparecer das emoções, dos fatos e das experiências que são singulares e plurais nas vivências das pessoas. Nos relatos dos mesmos, neste caso, as pessoas com deficiência – por meio de narrativas das histórias de vida e de suas cartas – justificam-se um tempo e ampliam-se as possibilidades de eles se reconhecerem no processo, tendo em vista as experiências vividas e as narrativas construtivas de formação da identidade pessoal e profissional.

Nas recordações e memórias, os sujeitos entrelaçam a vida pessoal e profissional nos valores, na família, nos interesses pessoais, nas opiniões, amizades; enfim, em tudo que, de certa forma, contribui para o modo de ser, agir e pensar.

Dejours (1992, p. 49) versa que “executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforços e de vontade, em outras circunstâncias suportadas pelo jogo da motivação e do desejo”. A motivação e o desejo aqui correspondem aos aspectos positivos do trabalho, a relação com os colegas, o conseguir ganhar dinheiro para comprar o que necessita, o agradecimento de alguns familiares, o fortalecimento da independência; contudo, a permanência depende das respostas sobre o que a sociedade criou/cria em seu contexto histórico, ético-político e cultural, os quais, não sendo satisfatórios, acabam por enfraquecer, humilhar e causar ruptura com o velho desejo sobre ter um trabalho.

Ao desenvolver a proposta para a linguagem e ideologia, Michel Pêcheux via na Análise de Discurso, segundo Ferreira (2000: p. 40), a possibilidade de representar no interior do funcionamento da linguagem “os efeitos da luta ideológica” e, inversamente, manifestar a existência da materialidade linguística no interior da ideologia.

Assim, a linguagem deixa de ser compreendida como um sistema significativo fechado, sem relação com seu exterior, para ser um elemento no contexto histórico-ideológico dos sujeitos que a produzem e que a interpretam, assim, segundo Pêcheux,

(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas condições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no

qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (1988, p.160)

As reflexões feitas estão sintetizadas, considerando o objeto estudado com base em suas determinações sócio-históricas, e sua orientação para a emancipação humana, ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente.

3 Significado da Deficiência na Relação com o Trabalho: Breve Histórico

*Os homens fazem a sua própria história,
mas não o fazem como querem...
a tradição de todas as gerações mortas
oprime como um pesadelo
o cérebro dos vivos.
(Karl Marx)*

Ao analisar historicamente os sentidos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, encontramos alguns confrontos sobre os sentidos que foram produzidos pela nossa sociedade, influenciando, portanto, na maneira pela qual as pessoas deficientes se constituíram “sujeito” no decorrer da história.

A história de pessoas com deficiência está atrelada às ideias de cada época, demonstrando que a concepção de mundo, de homem e de moralidade, vivida por uma sociedade em um determinado momento histórico, determina o grau de marginalização que essa mesma sociedade impõe àqueles que rompem com seus padrões considerados normais. Pode-se perceber este fato pelos inúmeros vocábulos e expressões utilizados para nomear a pessoa com deficiência na nossa sociedade: *anormal, deficiente, retardado mental, inválido, atrasado intelectualmente, excepcional* etc. Demonstrando que a sociedade logo incorpora o termo no seu conjunto de normas e valores, e o que se observa é que, seja qual for o termo utilizado, significa sempre *atraso, falha, exclusão*.

De fato, os primeiros registros acerca dessas pessoas remontam à Antiguidade Clássica. Naquela época, os deficientes eram considerados subumanos, sendo abandonados ou eliminados logo após o nascimento. A cultura da época, cujo ideal de vida era “corpo são, mente sã”, não admitia em seu meio a imperfeição. Por se tratar de um povo marcadamente guerreiro, a sociedade espartana cuidava de eliminar seus filhos com deficiência. Segundo declara o

psicólogo, professor da USP, Isaías Pessotti ao escrever em seu livro *Sobre a gênese e a evolução histórica do conceito de deficiência mental*:

Para Aristóteles, até mesmo os filhos normais, excedentes, podem ser “expostos” em nome do equilíbrio demográfico, numa posição coerente com as linhas mestras aristocráticas e elitistas da Política, mas fatal para as pessoas portadoras de deficiências, principalmente quando essas viessem a implicar dependência econômica. (1984, p.4).

O Cristianismo, na Idade Média, foi responsável pela mudança da visão clássica da deficiência. Conta-nos o autor ainda que, com seu advento, a pessoa com deficiência passou a ter alma. Dessa nova concepção resultou uma relação de conformismo piedoso para com a pessoa com deficiência, que passou a existir como humano e sua convivência em contato com o resto da população foi “permitida”. Contudo, ora era considerado como protegido de Deus; ora como endemoniado.

A ética cristã, ladeada pelo castigo, culpa e perdão, via nelas uma maneira de expiar seus pecados através da caridade. A “anormalidade” era vista como um castigo divino, uma penitência pelos pecados.

Essas pessoas eram, por fim, confinadas em asilos ou hospitais, sendo-lhes dado abrigo e alimentação. Em uma maneira mais sutil de abandono, esses asilos funcionavam como depósito e prisão para elas, que eram excluídas e segregadas, juntamente com outros excluídos, tais como: bêbados, prostitutas, loucos e qualquer outro considerado desviante, não possuindo nenhuma chance de conviver em igualdade com a sociedade.

Foucault, no seu livro “A História da Loucura” enfoca muito bem a questão dos excluídos. Escreve que, até o final do século XII, loucura e razão não estavam ainda separadas. Havia um vazio entre elas; encontravam-se, pois, misturadas e confusas.

A *Nau dos Insensatos*, narrativa das mais curiosas com a qual o autor começa seu livro, vem explicando como “diferentes” eram esconderijos de suas cidades, parando em lugares obscuros. *Nau dos Insensatos* era o nome das embarcações que recolhiam os loucos, os dementes e os considerados diferentes das cidades para fazê-los vagar sem destino pelos rios, de porto em porto.

Este era o modo de afastar o “diferente” da sociedade e proteger seus beneficiários do pavor da loucura que passou a habitar os piores pesadelos dos homens medievais, juntamente com o medo da peste.

Anterior à existência dos manicômios, que finalmente “fixou-lhe âncora”, *A Nau dos Insensatos* foi o sistema inventado para impedir que a visão do caos viesse atrapalhar a ideia de perfeita ordem divina tão cara à Igreja e que culminaria na intolerância levada aos extremos na Santa Inquisição. Na Idade Média, com o começo das internações, alguns lugares foram reservados para os “diferentes”. Conforme destaca Foucault:

“Os fantásticos frenéticos eram encerrados em espécies de compartimentos fechados em cujas paredes abriam-se duas janelas.” (2000, p.111)

Assim, a segregação continuava, sendo negado a estas pessoas o acesso e as relações com o conhecimento, sendo infantilizadas e desvinculadas do cotidiano da sociedade. No período renascentista, no entanto, ocorreu uma significativa mudança na postura do homem perante a vida, verificando-se o fortalecimento da visão antropocêntrica e, conseqüentemente, o enfraquecimento da visão teocêntrica até então dominante. No início de 1800, acontece mais uma mudança significativa. As ciências físicas e naturais sofreram grande avanço, sendo que a Biologia foi o ramo do conhecimento mais explorado no novo processo de construção do entendimento da natureza humana e de seu papel no mundo.

Muitos médicos, educadores e estudiosos começam a acreditar na possibilidade de uma visão diferenciada para o “diferente” que, lentamente, são classificados segundo certos critérios estabelecidos. Na obra intitulada *Sobre as doenças que tiram o homem da razão*, o médico Paracelso admitia a origem patológica da deficiência mental, embora preservasse o cunho supersticioso da mesma como produto de forças cósmicas ocultas. De acordo com Pessotti,

“(...) ao que parece, pela primeira vez uma autoridade da medicina, reconhecida por numerosas universidades, considera médico um problema que até então fora teológico e moral”. (1984, p.15).

Análoga à concepção de Paracelso, a tese de Cardano acrescentava à primeira uma preocupação pedagógica com a instrução das pessoas com deficiência. Começaram a surgir, a partir daí, várias teorias acerca de como educar diferentes tipos de deficiência. É importante destacar o papel marcante da Revolução Industrial do século XVIII na construção do imaginário social sobre a deficiência em geral. Atrelada à noção de produtividade, emergiu o modelo de corpo produtivo.

Nos séculos XIX e XX, fixo em seu posto de trabalho, o homem passou a ser quase um componente da máquina. Os seus movimentos deveriam ser feitos mecanicamente sem, segundo Ford, interferência da sua mente, guardando, dessa forma, perfeita harmonia com o conjunto da linha de montagem. Aquele trabalhador qualificado, antes necessário no processo de montagem, era, agora, eliminado. Em seu lugar surgia um novo homem, cuja única função era repetir indefinidamente movimentos padronizados, desprovidos de qualquer conhecimento profissional, que, para Ford, “nada tem de desagradável” e nos diz:

Para certa classe de homens, o trabalho repetido, ou a reprodução contínua de uma operação idêntica, por processos que não variam nunca, constitui um espetáculo horrível. A mim me causa horror. Por preço algum do mundo poderia fazer todos os dias as mesmas coisas. Entretanto, atrevo-me a dizer que para a maioria a repetição nada tem de desagradável. Com efeito, para certos temperamentos a obrigação de pensar é uma verdadeira tortura, porque o ideal consiste em operações que de modo algum exijam instinto criador. Os serviços que exigem esforço mental e físico gozam de mui limitada popularidade e não encontram aceitação (FORD, 1922 p. 24).

É evidente a vantagem econômica do trabalhador desqualificado sobre o seu antecessor. Por esse motivo, todos os trabalhos foram levados a mais extrema simplificação, de acordo com os princípios lançados por Taylor. As estatísticas da Ford comprovavam o significado da nova ordem na esfera produtiva:

Uns 43% de todos os serviços não requerem mais do que um dia de aprendizagem; 36% requerem de um até oito dias; 6%, de uma a duas semanas; 14%, de um mês a um ano; 1%, de um a seis anos. Este último trabalho, revela Ford, é a fabricação dos instrumentos que como a soldadura requerem uma aprendizagem especial (FORD, 1922, p.25).

O resultado dessa simplificação e parcelamento extremos do trabalho levou-o a perceber que eram reduzidas as necessidades de todo potencial humano para o trabalho. Eis, para tanto, o seu relato:

Com extrema facilidade nos inclinamos a crer, sem investigação alguma, que a perfeita posse de todas as faculdades constitui a condição fundamental para o melhor rendimento em qualquer classe de trabalho. Com o intuito de fazer um juízo real disto, mandei classificar todas as diversas operações da fábrica segundo a espécie de máquina e do trabalho (...). A estatística demonstrou que se contavam na fábrica 7.882 espécies distintas de operações, entre as quais 949 classificadas como trabalho que exigia homens são e fortes, de perfeita saúde; 3.338 espécies exigiam o desenvolvimento físico comum e força normal. Entre as 3.595 espécies restantes nenhuma exigia esforço físico, de modo que podia efetuá-las o homem mais fraco e débil, mulheres ou meninos. Os trabalhos mais fáceis foram por sua vez, classificados, para verificar quais deles exigiam o uso

completo das faculdades; comprovou-se então que 670 trabalhos podiam ser confiados a homens sem ambas as pernas; 237 requeriam o uso de uma só perna; em dois casos podia-se prescindir dos dois braços; em 715 casos de um braço, e em 10 casos a operação podia ser feita por um cego (FORD, 1922, p. 25).

A seleção de homens para o trabalho, portanto, poderia ser feita de uma forma diferente. Taylor já dizia, em um de seus princípios, que não se deveriam procurar pessoas excepcionais para o trabalho, mas homens comuns, apropriados para o tipo de trabalho exigido. Contudo, se uma pequena parcela do corpo humano era solicitada, por que utilizar um organismo completo? Em verdade, a realidade estatística da investigação de Ford lhe dava condições de aprofundar ainda mais a aplicação da “seleção científica”:

Por ocasião de estatísticas mais recentes possuíamos como empregados 9.563 homens em condições inferiores ao nível normal. Entre estes havia 129 mutilados, com braços, antebraços e mãos amputados. Havia um sem as duas mãos, 4 cegos de ambas as vistas, 37 surdos-mudos, 60 epiléticos, 4 com falta de todas as extremidades e 234 possuíam uma perna só ou um só pé. Os outros tinham defeitos físicos de menor importância (FORD, 1922, p. 26).

À primeira vista, poderia parecer que o emprego de pessoas em condições inferiores às “normais” seria uma obra de caridade. Todavia, não era essa a orientação do pensamento de Ford:

A caridade tornar-se-á desnecessária se os que vivem dela forem retirados da classe improdutivo e postos na classe produtiva (...). A indústria organizada para o bem público dispensa a necessidade de filantropia. Este sentimento, apesar da nobreza dos seus intuitos, nada faz para dar aos protegidos a necessária confiança em si. (FORD, 1922, p. 26)

O seu raciocínio era pragmático, guiado pela lógica do capital, que, no seu desenvolvimento, procurava colocar sob sua dependência um contingente humano antes marginalizado. O resultado final era o alargamento da reserva de braços para a indústria, com reflexos sobre o preço da força de trabalho e também sobre o trabalhador, pois o tira do âmbito da caridade, favorecendo assim, “a necessária confiança em si”.

De acordo com Bueno (1996), o século XX, marcado pelo fortalecimento teórico e prático das ciências humanas e sociais, se caracterizou pelo crescimento desenfreado das populações urbanas, principalmente nos centros de maior prosperidade comercial e pelo processo do aumento significativo no número de

peças com deficiência em busca de escolaridade nos estabelecimentos regulares de ensino. Foram, então, criadas classes e escolas especializadas, que funcionavam como “depósito” de crianças problemáticas, livrando o sistema regular de ensino da presença de tais indivíduos.

Na metade do século vinte, a preocupação com a qualidade de vida dessas pessoas começou a se manifestar de uma maneira mais articulada, tendo como objetivo dar à pessoa com deficiência “uma vida mais digna”, com uma participação mais “ativa” na sociedade.

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) deixou sequelas em muitos países, e a preocupação sobre a improdutividade dos soldados que voltaram com problemas fez com que fosse repensada a maneira de encarar o problema da pessoa com deficiência e seu ingresso no mercado de trabalho.

Em 1954, no Rio de Janeiro (Brasil), foi fundada a Associação de Pais e Amigos do Excepcional, a APAE. As APAE's se multiplicaram, e, na década de 80, esta instituição agregava mais de duzentas entidades, razão por que se criou a Federação Nacional das APAE's. Muitas teorias, conseqüentemente, foram criadas ou adaptadas para tratar essas pessoas. Foram também criadas várias escolas especiais, onde elas eram tratadas e “treinadas” dentro das oficinas terapêuticas conforme seu diagnóstico. Apesar de existir aparentemente um avanço, continuavam segregadas dentro das escolas especiais, sendo percebidas dentro de uma visão assistencialista, estigmatizada e excluída do mundo.

A política de inclusão foi a de garantir, por lei, a possibilidade de ser aceito nas escolas regulares e criar a cotas de emprego, mas sem criar apoios mediadores, constantes e continuados, como na Espanha/Itália, onde existe um profissional reconhecido, categorizado e nomeado “preparador laboral” que desenvolve e intermedia as relações do processo laboral, oferecendo apoio às pessoas com deficiência, considerando a situação de defasagem, através da análise sócio-histórica desse público.

Caracterizam-se, por sua vez, porque eles representam um leque de apoios intermitentes, e hoje, para se formar nesta profissão e obter-se o título de formação profissional nesta área, exige-se como pré-requisito ter um curso superior, ou seja, o profissional precisa antes ser graduado.

No Brasil, existem, em alguns locais, esse apoio e acompanhamento nos núcleos de orientação, onde se prestam às pessoas com deficiência orientações de base para o trabalho, mas ainda em número insuficiente e por iniciativa da

sociedade civil. São eles: terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, etc.

3.1. O enfoque científico

Do ponto de vista teórico, Nunes e Ferreira (1994), buscando resgatar as tendências mais recentes subjacentes ao trabalho da pessoa com deficiência apontam três modelos psicopedagógicos distintos: 1) a psicomotricidade, 2) o construtivismo piagetiano, cuja preocupação maior recai sobre o sujeito epistêmico, e 3) o sócio-interacionismo vygotskiano, com ênfase no sujeito histórico, e em experiências de controle do funcionamento cognitivo.

Seus estudos se basearam em uma vasta revisão de literatura dos trabalhos científicos, principalmente dissertações e teses elaboradas no Brasil na área de educação especial, nos últimos quinze anos.

Piaget formulou uma teoria denominada Epistemologia Genética, onde buscou retornar a gênese mesma dos conhecimentos, dos quais a epistemologia tradicional conhece apenas alguns resultantes. Conforme esse pesquisador:

O que se propõe a epistemologia genética é, pois, pôr a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e a seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico (1983, p.3)

Em um enfoque denominado “pedagógico normativo”, Piaget reúne estudos voltados para a compreensão das etapas de desenvolvimento pelo qual a criança passa no chamado processo de socialização, oferecendo elementos que instruirão a organização educativa, desde o agrupamento de crianças por nível de desenvolvimento expressos até hoje no sistema seriado de ensino, até a delimitação de prescrições para a realização da prática pedagógica. Foi a partir das contribuições de Piaget que a criança ganhou visibilidade nesse campo de investigação, mediante o estatuto por ele conferido, de sujeito epistêmico, capaz de construir conhecimentos que ganham complexidade na medida em que seus esquemas mentais igualmente se tornam complexos.

Conforme o autor (1995), o processo do pensamento se organiza a partir de quatro estágios: sensório-motor (zero a aprox. 2 anos de idade); pré-operatório (aprox. de 2 a 7 anos de idade); operatório concreto (aprox. de 7 a 12 anos de idade) e operatório formal (aprox. dos 12 anos de idade em diante).

Piaget defende que as representações sociais são estruturadas mediante a transmissão de conhecimento por um adulto – autoridade reconhecida por ela (criança) que são incorporados por um processo de reconstrução cognitiva.

Buscando romper com esta tradição teórica desenvolvimentista sobre o desenvolvimento infantil, Vygotsky irá desenvolver suas investigações sobre a formação social da mente, enfocando a relação entre pensamento e linguagem, apresentando dois aspectos qualitativamente diferentes do desenvolvimento. De um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores, de origem sociocultural.

Segundo Vygotsky, constituímos-nos enquanto sujeitos sociais por meio das e pelas interações sociais, que são mediadas por signos históricos. Tendo como premissa básica o fato de que a essência do homem é social, o autor postula como fundamentais as interações sociais para o desenvolvimento do ser humano, bem como do ensino-aprendizagem, conforme destaca:

[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através dos quais as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam (1991, p.99).

Aprendizagem e desenvolvimento estão ligados desde o nascimento da criança, sendo que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Ainda conforme Vygotsky, “o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento” (1998, p.114).

As interações que possibilitam a apropriação do conhecimento historicamente construído e que conduzem a avanços importantes no processo de desenvolvimento mental são aquelas que proporcionam ações compartilhadas dos indivíduos com diferentes experiências, instrumentalizando-os para participarem “ativamente” nos processos sociais. A apropriação é o processo de internalização das experiências sociais.

Na década de setenta do século passado, as instituições tinham por objetivo oferecer a pessoa com deficiência um atendimento que conseguisse fazer o mesmo tornar suas atitudes e comportamento diário; o mais parecido possível com os padrões vivenciados pela população geral, semelhantes às condições de vida do resto da sociedade. Podemos perceber aí, novamente, a não aceitação do indivíduo tal como ele é, sendo ele aceito somente se conseguir enquadrar-se nos padrões normativos da sociedade.

No que se refere à educação, a prática pedagógica buscava trabalhar áreas isoladas, como a cognitiva, a perceptiva, a motora, socialização, para, então, relacioná-las às atividades de vida diária.

Sendo assim, o conhecimento tornava-se fragmentado, descontextualizado, centrando sempre a prática pedagógica nas dificuldades dos alunos. Parecia permanecer no plano das necessidades. O espaço para as aprendizagens se voltava para o imediato, o concreto, aos dados aparentes da realidade, ou seja, aquilo que era possível tocar, sentir, cheirar etc.

O conhecimento amplo era desconsiderado. Entretanto, com as experiências acumuladas no decorrer deste processo, algumas instituições se deram conta de que a prática da integração social era insuficiente para acabar com a discriminação que acontecia contra a pessoa com deficiência, pois a mesma consistia no esforço de inserir na sociedade pessoas que conseguiam alcançar um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes.

A integração colaborava para inserir a pessoa com deficiência na sociedade, desde que ele conseguisse superar as barreiras físicas e acadêmicas, moldando-se ao sistema estabelecido, ficando a sociedade com o dever de recebê-los, desde que estes fossem capazes adaptarem-se a ela. Mais uma vez, nesse processo, é possível, portanto, identificar um aspecto de integração estabelecido como segregador.

O modelo médico persiste nos nossos dias como princípio organizador de muitas políticas sociais dirigidas às pessoas com deficiência. No entanto, a partir das décadas de setenta e oitenta, sobretudo, este modelo foi alvo de fortes críticas e veio, eventualmente, a ser rejeitado pela comunidade internacional dos investigadores da deficiência e das próprias pessoas com deficiência, sendo substituído por outro paradigma designado como o modelo social da deficiência.

As ideias subjacentes ao modelo social foram, pela primeira vez, articuladas por um grupo de usuários de instituições de reabilitação na Grã-Bretanha – o *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS).

Em um documento publicado em 1976, os *Princípios Fundamentais da Deficiência*, este grupo lança uma definição que revolucionou a forma como se entendia a deficiência e a incapacidade:

“A incapacidade é algo que se sobrepõe às nossas deficiências pela forma como somos desnecessariamente isolados e excluídos de uma participação plena na sociedade”. (UPIAS 1976, 14)

Ao mesmo tempo, uma distinção clara entre deficiência e incapacidade foi marcada:

Definimos deficiência (impairment) como a falta de parte ou de todo um membro ou a disfunção de um membro, órgão ou mecanismo do corpo; e a incapacidade (disability) como a desvantagem ou restrição à atividade causada por formas contemporâneas de organização social, que tomam pouco ou nada em consideração as pessoas que têm incapacidades físicas e portanto [sic] as excluem de participar em atividades sociais. (UPIAS 1976, 14)

Com a deficiência reconceitualizada como uma “forma particular de opressão social”, em 1983, Mike Oliver cunha o termo “modelo social” para se referir ao novo paradigma que o autor contrasta com o anterior “modelo individual”.

A contribuição fundamental do modelo social foi a de articular uma nova visão que localizava o problema da deficiência na sociedade e não no indivíduo deficiente. As dificuldades e a marginalização experimentadas por tantas pessoas com deficiência não eram mais explicadas com base nas suas incapacidades individuais ou em patologias do foro biológico, mas pela incapacidade de a sociedade responder adequadamente às suas necessidades e características diversas.

Por outras palavras, tal como a classe social, o gênero, ou a pertença étnica, a experiência da deficiência foi reinterpretada como sendo uma realidade estruturada por forças sociais e materiais historicamente situados.

Na sociedade capitalista, a deficiência foi assim definida como

todas as coisas que impõem restrições sobre as pessoas com deficiência: variam de preconceito individual à discriminação institucional, de edifícios inacessíveis aos sistemas de transporte não utilizáveis, desde a educação segregada excluindo modalidades de trabalho, e assim por diante. (Oliver 1996, 33)

O modelo social se tornou, desse modo, instrumental na vida das pessoas com deficiência, permitindo-lhes confrontar experiências até então fortemente medicalizadas e individualizadas e forjando uma nova identidade coletiva e um novo sentido de autoestima entre as pessoas com deficiência.

Foi, pois, em torno do modelo social que o movimento da deficiência começou a organizar-se e a lutar pela mudança política. Liz Crow, autora e ela própria uma mulher com deficiência, descreveu desta forma a sua jornada pessoal com a descoberta do modelo social:

A minha vida teve duas fases: antes e depois do modelo social. De repente, tudo aquilo que eu no fundo sempre soubera confirmava-se. Não era o meu corpo que era responsável por todas as minhas dificuldades, mas sim fatores externos, as barreiras erguidas pela sociedade em que eu vivia. Eu estava a ser discapacitada (...) pelo preconceito, pela discriminação, pelos ambientes inacessíveis, pelos apoios inadequados. Mais importante ainda, se todos os problemas tinham sido criados pela sociedade, então certamente a sociedade poderia eliminá-los. Revolucioná-lo! (Liz Crow 1996, 206)

Paralelo a estes desenvolvimentos, surge, nos EUA, o movimento de Vida Independente. Fortemente influenciado pelas lutas pelos direitos cívicos da década de sessenta na América do Norte e pelos então emergentes movimentos dos direitos dos consumidores e movimento de desinstitucionalização e normalização, bem como pela filosofia dos grupos de autoajuda (como, por exemplo, os Alcoólicos Anônimos, surgidos nos finais dos anos 50), é criado em 1972 na Universidade de Berkeley na Califórnia o primeiro Centro de Vida Independente que, rapidamente, assume dimensão de um movimento social preconizando ideais de autodeterminação, igualdade de oportunidades, autoestima e suporte mútuo entre pessoas com deficiência, em consonância, aliás, com os pressupostos do modelo social.

Apesar de seu indiscutível poder “revolucionário” e icônico, o modelo social, todavia, não tem sido imune a críticas. Vozes discordantes têm-se feito ouvir, tanto dentro como fora do movimento da deficiência, clamando pela ‘renovação’, pela ‘expansão’ ou alguns casos pelo ‘abandono’ do modelo e suas premissas de base.

Alguns acadêmicos têm contestado, sobretudo, a dicotomia formal que o modelo estabelece entre deficiência e incapacidade, e a sua concepção de que a incapacidade é uma construção “inteiramente social” (Thomas 2004).

De acordo com o Artigo 5º do Decreto nº 5.296, aprovado em 2 de dezembro de 2004, a deficiência intelectual é considerada como

o funcionamento intelectual significativamente inferior à média (QI), com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Por outro lado, o desenvolvimento dos estudos sociológicos sobre deficiência indica que este conceito pode ser considerado como “um produto físico da ação biológica sobre o funcionamento do corpo”, ou “produto de vontades individuais (pessoas com e sem deficiência) envolvidas na criação de identidades e

na negociação de papéis”, ou “produto material das relações socioeconômicas desenvolvidas dentro de um contexto cultural específico”, dependendo da perspectiva de análise ontológica da deficiência (PRIESTREY, 1998).

Segundo Omote (1987), para se compreender a deficiência é necessário contemplar as crenças e suposições daqueles que reconhecem e tratam distintivamente uma pessoa com deficiência, sendo insuficiente o estudo de características consideradas específicas desse grupo. Segundo esse autor, é necessário considerar a deficiência dentro de um conjunto de relações sociais que lhe conferem um significado específico. Para ele, as limitações desse tipo de estudo

[...] decorre, em parte, da falta de um estudo crítico e profundo sobre a origem das crenças (aceitas como conhecimento) acerca das deficiências. Nessa medida, esses conhecimentos podem ser aceitos como se descrevessem rigorosamente os diferentes aspectos das deficiências. Os usuários desses conhecimentos podem não estar suficientemente conscientes das inúmeras e complexas influências que a sua percepção das deficiências sofre, em função da sua história passada, dos seus modos de inserção na sociedade e de relação com os deficientes etc. (p. 168)

É necessário ultrapassar a dimensão dos estereótipos e dos preconceitos para recolocar a questão das crenças e interpretações em uma perspectiva histórica, visando entender a dimensão contingencial da definição da deficiência.

Existem ausências de estudos que definam as categorias para a análise da questão da pessoa com deficiência no trabalho que, segundo Quintão (2005),

[...] certamente que alguns avanços na direção de uma prática inclusiva em relação ao portador de deficiência vêm ocorrendo, à medida que tem sido promovido espaços para debate e trocas de experiências no campo da educação, da saúde, da questão da acessibilidade aos espaços públicos e privados. Mas os discursos que circulam tanto no interior das instituições quanto para além de seus portões denunciam as fraturas de seus ideais, cujas boas intenções ainda se fundamentam, em muitas situações, na compaixão e na beneficência, herdeiras dos ideais filantrópicos / iluministas (p. 76).

Na maioria dos casos, contudo, estas críticas não põem em causa o sentido social da incapacidade, antes demonstram a vitalidade desta nova área de estudos ao mesmo tempo em que a enriquecem e aprofundam. Importa, então, analisar algumas destas críticas.

3.2 Abordagens Contemporâneas

A reivindicação de “devolver o corpo” aos estudos da deficiência foi retomada pelos autores que se identificam com a linha pós-modernista e pós-estruturalista. No cerne do projeto pós-moderno, encontra-se a crítica à cultura do Iluminismo, com a sua lógica binária, que estes autores consideram manifestada na distinção que os seguidores do modelo social fazem entre deficiência e incapacidade (Corker and Shakespeare 2002).

Pelo contrário, os autores contemporâneos dos estudos da deficiência, como é o caso de Mairian Corker, argumentam, semelhante à visão vigotskiana, que as deficiências e os seus efeitos na vida cotidiana das pessoas com incapacidades se constituem nas e por meio das relações sociais (Corker 2001, 36).

Para Corker e outros, é necessária uma nova abordagem teórica e metodológica que permita explorar as formas diversas de encorporamento (*embodiment*) permanecendo fiel ao projeto político de emancipação das pessoas com deficiência (Corker 2001, 36).

A nova epistemologia deve, por conseguinte, basear-se em uma ontologia que enfatize elementos de incerteza, instabilidade, e o caráter híbrido e contingente da realidade da deficiência (Corker and Shakespeare 2002, 4).

Grande parte dos autores situam-se na perspectiva construcionista, preconizando metodologias que favorecem a desconstrução e o conhecimento situacional, e que procuram analisar o papel da linguagem, do discurso e da cultura na construção social da deficiência. Relembrem que as práticas discursivas (através das quais nomeamos os sujeitos e as “realidades”) nunca são neutras, antes se produzem por meio de relações de conhecimento/poder.

Nesta perspectiva:

“a deficiência e a incapacidade não se referem nem representam aspectos essenciais de certos indivíduos ou populações. Pelo contrário, estes termos referem-se à posição de um sujeito descentrado que é o produto do movimento do poder”. (Hughes 2005, 81-82)

Para estes autores, é fundamentalmente através do olhar que as pessoas com deficiência são constituídas como “o outro” – porque o olhar nunca é neutro, antes constitui uma prática social que se fundamenta em um conjunto de normas e de pressupostos, assumidos como naturais e “verdadeiros”. Ver é julgar. O poder

permanece com aqueles que utilizam o “olhar” para definir e dominar o outro, enquanto que aqueles que são “olhados” são habitualmente denegridos.

"Quando uma pessoa com uma deficiência encontra um olhar discriminatório, seja ele institucional ou pessoal, ela encontra não um olhar puro, mas um ato de invalidação" (Hughes 1999, 164).

Como Hughes (1999) salienta, este olhar vem imbuído de uma concepção medicalizada da deficiência que reduz a pessoa a uma categoria de diagnóstico, com conotações negativas.

Importa, então, para além de contestar a opressão das pessoas com deficiência nos seus aspectos económicos e sociais (como sugerem os defensores do modelo social), desestabilizar e desconstruir esta ideologia que estabelece a deficiência como uma tragédia pessoal, problematizando a “cultura da incapacitação”, que se pensa neutra, mas está, na verdade, impregnada de uma “mitologia da normalidade, da verdade, da beleza e da perfeição” (Hughes 1999, 164).

Mais recentemente, académicos da deficiência incluindo Fougeyrollasand Beauregard (2001), Schriempf (2001), G. Williams (2001), e Shakespeare (2006), entre outros, têm vindo a sugerir que, para compreender a deficiência, é necessária uma abordagem que contemple a interação entre Biologia e o contexto social, entre fatores individuais e estruturais.

Embora com nuances entre eles, todos estes autores criticam a excessiva ênfase nas relações materiais de poder preconizado pelos “modelistas sociais”.

Consideram que essa abordagem subestima a diversidade de experiências entre as pessoas com deficiência, que resulta de diferentes tipos de deficiência e diversos níveis de funcionalidade, bem como os diversos posicionamentos sociais dos indivíduos em termos de gênero, classe, etnia, orientação sexual etc.

Embora reconhecendo que as estruturas socioeconômicas e os ambientes físicos são determinantes na construção da deficiência e na experiência de opressão na qual vivem muitas pessoas com deficiência, argumentam que uma perspectiva que define a deficiência apenas em termos de barreiras conduz a novas formas de opressão e alimenta expectativas irrealistas.

Consubstanciada no modelo biopsicossocial, a abordagem interacionista se encontra expressa na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), publicada pela OMS em 2001.

Partilhando alguns aspectos com estas abordagens, a perspectiva “sócio-relacional” avançada por Carol Thomas (1999) distingue-se pelo fato de reter uma base materialista - na análise social do fenômeno da deficiência.

Thomas parte de uma crítica ao modelo social que – como afirma – ao equiparar deficiência às barreiras impostas pela sociedade, com o tempo veio a considerar que todas as restrições à atividade impostas às pessoas com deficiência são causadas por barreiras sociais (Thomas 1999, 42).

Esta confusão, segundo Thomas, levou modelistas sociais como Oliver a afirmar que "Incapacidade é total e exclusivamente social... invalidez tem nada a ver com o corpo" (Oliver 1996, 53).

Como feminista e cientista dos estudos da deficiência, Thomas considera que não teorizar as experiências pessoais da deficiência sob o pretexto de que essas pertencem ao domínio privado reproduz o dualismo privado/público que as feministas tanto contestaram por considerarem que perpetua o domínio do masculino e mantém na obscuridade a realidade da subordinação feminina e a exploração das mulheres na esfera privada.

De fato, a ideia generalizada nos estudos da deficiência de que os “efeitos” pessoais da deficiência devem manter-se “privados” e distintos das questões que alimentam a ação política, ignora de forma crucial o fato de que a opressão social também tem efeitos nas áreas psicoemocionais da vida pessoal.

Assim, Thomas propõe a seguinte definição sócio-relacional de deficiência:

“A deficiência é uma forma de opressão social que envolve a imposição social de restrições da atividade em pessoas com deficiência e de pessoas socialmente engendradas pela destruição do seu psicoemocional bem-estar”. (Thomas 1999, p. 60)

Essa relação envolve a imposição de restrições à atividade nas pessoas com deficiência, sugerindo, deste modo, uma distribuição desigual de poder entre aqueles construídos como deficientes e os que não o são.

Nesse sentido, a deficiência é definida como uma forma de opressão social cujas consequências são, certamente, sociais e econômicas, mas também psicoemocionais. É também importante o esforço de Thomas em teorizar simultaneamente os efeitos de viver com deficiências e com incapacidades, e a sua visão de entender as formas de opressão com base na deficiência tendo em conta a forma como a sociedade capitalista se encontra organizada. Semelhante à Vygotsky quando afirma que a deficiência é imposta socialmente.

4 Fundamentação Teórica: Principais Categorias

4.1 Deficiência

*“Fomos serenos num mundo veloz
Nunca entendemos então por que nós
Só mais ou menos”*

Marcelo Jeneci (Porque nós?)

No capítulo anterior, destacamos transformações por que sofreu o sentido e as políticas em relação à deficiência, onde Vygotsky aparece como um dos que influenciou a nova forma de significar e agir socialmente em relação a ela. Imperioso, portanto, aprofundar-se nas contribuições deste pensador.

Para Vygotsky (1997), antes de se calcular e medir o resultado apresentado por uma criança com defeitos ou não, imprescindível experimentar, observar, analisar, diferenciar, generalizar, descrever e definir qualitativamente aquela que gera o produto, pois a criança que apresenta diferenças no seu desenvolvimento não é simplesmente menos desenvolvida que seus coetâneos “normais”, senão desenvolvida de outro modo.

Baseado nessa constatação, Vygotsky (1997) defende que, da mesma maneira como a criança apresenta peculiaridades nas distintas etapas de seu desenvolvimento, o infante que exhibe ações-respostas diferentes daquelas geralmente esperadas e apresentadas, é detentor de um tipo de desenvolvimento qualitativo distinto, peculiar. Ou seja, para Vygotsky (1997), assim como da associação dos gases oxigênio e hidrogênio surge o líquido água, de igual modo, a personalidade da criança que apresenta, por exemplo, um desenvolvimento cognitivo aquém do esperado, é algo diverso em nível qualitativo da simples soma das funções e propriedades “pouco desenvolvidas”. Importante acrescentar que tal posicionamento questionava uma relação até então usual: um ensino reduzido para um desenvolvimento reduzido.

Parte-se do pressuposto de que a atividade humana, portanto, é uma atividade mediada socialmente e produtora de significados, isto é, uma atividade mediada semioticamente que acontece no campo da intersubjetividade.

Esse pressuposto da teoria vygotskiana anuncia os demais princípios, quais sejam: a gênese e natureza social da consciência e a origem social das funções psicológicas superiores.

Vygotsky se fundamenta na lei genética do desenvolvimento cultural. De acordo com essa lei, cada função psicológica no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes, ou em dois planos: primeiro como social; depois, como psicológico. Primeiro, como uma categoria interpsicológica; depois, como uma categoria intrapsicológica (Vygotsky, 1987).

Todas as funções psicológicas se originam das relações sociais, são funções de natureza histórica e de origem sociocultural, isto é, são mediadas. A função psicológica que potencializa e realiza a condição do ser humano é a vontade (Vygotsky, 2000), que é, configurada intersubjetivamente e, posteriormente, intrapsicológica. Portanto, o fenômeno psicológico é um processo volitivo e afetivo que se constitui nas relações entre os sujeitos e por elas. Ressaltando, entretanto, que as funções psicológicas adquirem características singulares no processo de desenvolvimento.

Segundo Vygotsky, constituímos-nos, enquanto sujeitos sociais, por meio das e pelas interações sociais, que são mediadas por signos históricos inclusive nossa constituição biológica. Assim, o autor postula como fundamental as interações sociais para o desenvolvimento do ser humano, bem como do ensino-aprendizagem:

Conforme Vygotsky,

[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através dos quais as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam (1991, p.99).

Aprendizagem e desenvolvimento estão ligados desde o nascimento da criança, sendo que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Portanto:

(...) o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento. (1998:114)

As interações que possibilitam a apropriação do conhecimento historicamente construído e que conduzem a avanços importantes no processo de desenvolvimento mental são aquelas que proporcionam abertura de horizontes e compartilhamento de diferentes experiências, potencializando-os ao desenvolvimento e participação ativa nos processos sociais.

Dessa forma, ele considera fundamental a relação da criança com pessoas com maiores conhecimentos e experiências para potencializar-lhe o desenvolvimento. Olhando por esse prisma teórico, a formação profissional do jovem com deficiência na relação com outras crianças de diferentes níveis de desenvolvimento é necessária para promovê-lo e estar em dia com a demanda de troca, possibilitando-lhe o desenvolvimento e aprendizagem; mas, como se desenvolve em outros ritmos, a essência dessas atividades será manifestada naturalmente com práticas educacionais, sociais, artísticas, culturais direcionadas para a vida em geral, não só dirigidas para o trabalho.

Segundo Vygotsky, não há desenvolvimento sem aprendizado, o desenvolvimento consiste em um processo de aprendizagem do uso das ferramentas intelectuais, através da interação social com outros mais experimentados no uso dessas ferramentas (Palincsar, Brown e Campione, 1993). Avaliar o deficiente como potencialidade e a atividade como emoção é fundamental a este processo.

Um aspecto particularmente importante da teoria de Vygotsky é a ideia da existência de uma área potencial de desenvolvimento cognitivo, definida como a distância que medeia entre o nível atual de desenvolvimento da criança, determinado pela sua capacidade atual de resolver problemas individualmente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de problemas sob a orientação de adultos ou em colaboração com pares mais capazes, denominado por Vygotsky como Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 1978, p.86). Esta relação é impedida ao deficiente de diferentes formas, o significado de deficiência, que a torna uma questão mais social do que biológica, gerando preconceito e conceitos científicos discriminadores.

A sociedade, focalizando e valorizando o indivíduo através do seu desempenho, não dá oportunidade ao considerado “diferente”, pois este, independente da faixa etária, continua sendo considerado incapaz e improdutivo.

Dito de outra maneira, ao querer evitar a exclusão, o discurso a cerca do “diferente” não permite que a pessoa com deficiência se signifique no que ele tem de constitutivo, que é a diferença, por que ela é apagada.

Sendo assim, somente um sentido parece ser o dominante: aquele da exclusão que nega a diferença e o da tolerância que também a nega. Esta condição oferecida pela sociedade impede a inserção do deficiente no trabalho.

4.2 O Trabalho

*“Acordo, não tenho trabalho, procuro trabalho, quero trabalhar
O cara me pede o diploma, não tenho diploma, não pude estudar
E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado, que eu saiba falar
Aquilo que o mundo me pede... não é o que o mundo me dá”
(Gabriel O Pensador – Até Quando?)*

Na perspectiva vigotskyana, o homem é história na medida em que se insere e se define no conjunto das relações sociais e das atividades que configurem essas relações, sendo a principal delas o trabalho. A atividade é a configuração do pensar, sentir, criação, vontade e necessidade. O trabalho possibilita ao homem transformar tanto a natureza quanto a si próprio; portanto, ele se apresenta como o que propulsiona o indivíduo na sociedade, e constitui a identidade dele.

Na história do capitalismo, como na história das lutas de classes – da subjugação humana – o trabalho é compreendido como luta do senhor e do escravo.

No século XX, os conceitos de trabalho ganharam conotações mais valorizadas, passando a ser associado à possibilidade de cidadania, sendo identificado à fonte de cultura e de riqueza, pois possibilitaria ao homem transformar tanto a natureza quanto a si próprio, mas não perdeu seu caráter alienado e alienante. Portanto, o trabalho se apresenta como o que propulsiona o indivíduo na sociedade; constitui-se parte da identidade do ser humano ou desumaniza o homem.

Antunes (2009) ressalta que

[...] o trabalho, concebido como atividade vital, nasceu sob o signo da contradição. Desde o primeiro momento, foi capaz de plasmar a própria sociabilidade humana, por meio da criação de bens materiais e simbólicos socialmente vitais e necessários. Mas também trouxe dentro dele, desde seus primeiros passos, a marca do sofrimento, da servidão e da sujeição. Ao mesmo tempo em que expressa o momento da potência e da criação, o trabalho também se originou nos meandros do “tripalium”, instrumento de punição e tortura. Mas o século 20 moldou-se pela estruturação da chamada sociedade do trabalho, em que desde muito cedo fomos educados para o princípio fundante do trabalho. Esse cenário começou a ruir, no entanto, a partir dos últimos 20 anos. Tragicamente, quanto mais a população vem aumentando, menor é a capacidade de incorporar os jovens ao mercado de trabalho.

No capitalismo, as atividades de trabalho se dão, predominantemente, nas relações sociais de produção, onde, segundo Marx, o trabalho que, ontologicamente, constitui o homem, aliena-se dele, usando-o para criar mercadoria; portanto, a

conversão histórica do trabalho em atividades de produção mercantil implicou alteração do paradigma para a reconstrução teórica do mundo social, com a finalidade de dar conta da lógica ou movimento do objeto.

Em suma, a racionalidade do trabalho foi convertida, historicamente, em racionalização do trabalho; a liberdade, em heteronímia; a finalidade do sujeito, em finalidade do objeto; o mundo objetivo para-si, em mundo objetivo em-si.

Os escritos de Marx, dentre outros, iluminam a compreensão sobre o trabalho. Marx examina diversos aspectos do conceito e discorre sobre seu caráter universal e intrínseco à espécie humana. O autor afirma que o trabalho é “um processo que participam o Homem e a Natureza, processo em que o ser Humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 1988, p. 202), um processo de transformação da natureza com o objetivo de torná-la útil para a vida.

Diferente dos animais, o resultado do trabalho já existe simbolicamente na mente humana; é uma atividade orientada para um determinado fim, momento em que, ao transformar a Natureza, o Homem transforma a si mesmo. Esse movimento de transformação da natureza possibilita, entretanto, a geração de um valor de uso.

Após definir o trabalho enquanto relação de transformação entre Homem e Natureza, Marx fala sobre o caráter assumido por ele na sociedade capitalista.

No capitalismo, o produto do trabalho deixa de possuir apenas um valor de uso para adquirir um valor de troca; conforme bem aponta o autor, o capitalismo “não fabrica sapatos por paixão aos sapatos” (Marx, 1988, p.210); nesse sentido, o valor de uso não é um fim em si mesmo, mas antes meio de gerar valor de troca ao produzir um artigo destinado à venda. Assim, os meios de produção, a força de trabalho e a matéria-prima, são empregados com o objetivo de gerar uma mercadoria que tenha um valor de troca, ou seja, que as pessoas paguem determinada quantia monetária para adquiri-la.

Marx define ainda, que, ao deixar de ser fim e passar a ser meio, o trabalho na sociedade assume um caráter de alienação, por diversas razões, entre elas: nem sempre a remuneração do trabalhador permite que compre o produto do qual participa do processo de produção; ao subdividir tarefas sempre em busca da maior produtividade desconecta o trabalhador do produto de seu trabalho, ele conhece apenas uma parte do processo, e não todo ele; o trabalhador não é dono dos meios de produção, apenas vende sua força de trabalho.

Furtado (2003, p. 221), por seu turno, leciona que o “fenômeno trabalho é historicamente determinado e se manifesta de uma determinada maneira, conforme a condição histórica, a história social de um país, a sua determinada relação de classes”.

De todas as categorias conceituais que concretizam a definição do ente-espécie humanidade como animal político, o trabalho é a mais abrangente e compreensiva de todas.

Em outras palavras, a categoria trabalho, uma vez compreendida na sua historicidade material e dialética, permite alcançar uma definição de homem como sendo aquele ente que, para ser, necessita produzir os seus próprios meios de subsistência material e simbólica.

O trabalho, assim, é um conceito que requer uma analítica densa para poder mostrar-se como foco intencional nas relações de poder instituídas e instituintes.

Nesse cenário onde o indivíduo não produz os bens de que necessita (o que produz não é do trabalhador, mas sim do dono dos meios de produção), como então garantir sua sobrevivência?

É nesse ponto que fica evidente a centralidade da venda de seu trabalho como mercadoria na sociedade. É por meio dele que o indivíduo tem acesso à esfera social, na medida em que parte do valor de troca gerado por seu trabalho é representado pela remuneração, o que permite comprar coisas que utiliza e que, por sua vez, não produz.

Conforme afirma Gorz (2003), o indivíduo se insere em uma sociedade de trabalhadores, diferente de qualquer outra sociedade que já tenha existido. Embora o advento da sociedade de trabalhadores tenha-se dado há relativamente pouco tempo, as transformações ocorridas no modo de produção capitalista são vertiginosas. Das grandes fábricas que surgiram na Revolução Industrial ao mercado globalizado atual, as transformações no modo de produção capitalista propiciaram também mutações nas formas de relação estabelecidas entre o Homem e a compra/venda de sua força de trabalho.

Não cabe, nesse texto, relatar – detalhadamente – o curso histórico dessas importantes transformações, mas, antes, delinear o impacto delas sobre o trabalho atual, visto que, segundo Marx, “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” (Marx,1983, p.204).

O século XX assistiu a um processo de evolução tecnológica, constatação amplamente corroborada em todas as esferas da vida humana. Tal movimento impactou sobre o trabalho e os meios para sua realização, transformando-os, acentuadamente, a partir das décadas de 1970 e 1980.

Destaca Iray Carone que o crescimento da racionalização nos processos administrativos do trabalho humano significou o decréscimo da racionalidade, do ponto de vista do ator individual.

Autores como Antunes (1999) enumeram diversas mudanças ocorridas nesse período: desenvolvimento de novas tecnologias na área da automação, robótica e microeletrônica. Essas transformações foram essenciais para aquelas ocorridas nas relações de trabalho e de produção do capital, bem como para desencadear um processo conhecido como crise do trabalho.

Ao abordar a crise do trabalho, o autor fala sobre crise da sociedade do trabalho. Afirma que o trabalho ainda ocupa papel central em nossa sociedade, à medida que se trata de uma coletividade produtora de mercadorias. Entretanto, afirma ele que presenciamos, atualmente, uma redução quantitativa e qualitativa do emprego, situação que desfavorece a classe trabalhadora.

Antunes e Alves (2004) indicam as principais tendências desse processo: redução do proletariado industrial e conseqüente aumento do trabalho precarizado⁵.

O filósofo S. Bauman (2001) também aborda as relações entre capital e trabalho. De acordo com ele, o modelo de capitalismo que existiu até meados da década de 70 do século XX tinha como característica uma relação de dependência entre capital e trabalho.

Baseado em uma concepção de “longo prazo”, esse período foi denominado pelo autor como modernidade sólida, no qual o capitalismo dependia de empregar os trabalhadores para seu crescimento e reprodução; assim os trabalhadores ingressavam em uma determinada empresa e tinham grandes chances de se aposentarem nela, ou mudariam de emprego no máximo duas ou três vezes durante toda a vida.

Lentamente, a concepção de “longo prazo” cede lugar a uma concepção de “curto prazo”, a relação entre os trabalhadores e o capital se torna instável, caracterizando-se, desse modo, a “modernidade líquida” e a “flexibilidade”.

⁵Antunes e Alves (2004) argumentam que o trabalho precarizado cresce em escala mundial. Como trabalho precarizado, são definidas as modalidades de “terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (ANTUNES e ALVES, 2004)

Conforme afirma Bernardo (2006), “Tais mudanças no contexto mais amplo têm consequências diretas sobre as formas de organização do trabalho dentro das empresas. Assim, a garantia de um lugar no mercado passa a ser associada diretamente à ideia de ‘flexibilidade’.” (Bernardo, 2006, p. 13).

A flexibilização acena para um jogo de forças ainda mais desigual na relação entre trabalho e capital. Para entender melhor o conceito de flexibilização, vale recorrer à definição de Antunes:

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho. (Antunes, 2009, p. 50-51)

A relação de não dependência entre capital/produktividade e o trabalho se dá pelo fato de que, diante das inovações tecnológicas, o trabalho economicamente necessário se reduz, mesmo com a elevação da produtividade.

Vai-se configurando, dessa forma, um cenário desfavorável aos trabalhadores, à liquidez nas relações de emprego e conseqüente crise no trabalho.

Trabalhadores competindo vagas, o trabalho cada vez mais especializado/técnico, o caráter individualista, a terceirização da mão de obra e a complexidade das funções desempenhadas são algumas características da desintegração da classe trabalhadora e da precarização das relações de trabalho (Gorz, 2003).

Como bem ressalta Santos (2008), o aumento do desemprego dificulta o poder das negociações sindicais, enfraquecendo, por decorrência, os sindicatos e as garantias trabalhistas, o que torna as relações de trabalho mais precárias e instáveis.

Cabe ressaltar que, ao abordar a crise da sociedade do trabalho, Antunes (1999) revisita a distinção realizada por Marx entre trabalho concreto e abstrato:

O trabalho concreto em sua dimensão qualitativa produz coisas socialmente úteis e necessárias, sendo caracterizado por “dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada” (Antunes, 1999, p.76).

A dimensão abstrata do trabalho diz respeito ao fato de que todo tipo de trabalho, na sociedade produtora de mercadorias, tem por finalidade básica “a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca” (Antunes, 1999, p.76); logo, a crise se trata da relação que o trabalhador estabelece com a produção de mercadorias, quais as condições de trabalho abstrato são estabelecidas para a realização do trabalho concreto.

Diante do exposto, fica claro o papel do trabalho capitalista, pois ele é a forma pela qual o indivíduo se insere na esfera pública, sendo um importante fator de socialização e de inclusão excludente.

Essa característica atribuída ao trabalho se dá não somente pelas relações de troca que a remuneração percebida pelo trabalhador possibilita, mas, sobretudo, pelo fato de que cada cidadão tem direito a um nível de vida digno e de não depender de políticas públicas de transferência de renda, as quais, apesar de garantir a sobrevivência, impedem a participação social (Gorz, 2003).

Essa é a tensão que está na base da cidadania, a relação indissociável entre direito à renda e direito ao trabalho, visto que o trabalho realizado com fim econômico é regido por regras universais, que, nas palavras de Gorz (2003) “liberam o indivíduo de laços de dependência particulares e o definem como indivíduo universal, isto é, como cidadão” (Gorz, 2003 p.203), indicando a importância fundamental do trabalho como atividade humana e sua precarização como base da alienação no decorrer da história do capitalismo.

4.3 Trabalho, Cidadania e Cota

*“Como fui levando, não sei lhe explicar.
Fui assim levando e ele a me levar.
E na sua meninice...
ele um dia me disse
que chegava lá.”
(O meu guri) Chico Buarque*

Para entendermos o conceito de cidadania, recorre-se a Soares (2007)⁶; segundo a autora,

⁶ <http://www.iea.usp.br/artigos>

Cidadania e direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um país, de um Estado, no qual uma Constituição define e garante quem é cidadão, que direitos e deveres ele terá em função de uma série de variáveis tais como a idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc. Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídico-política. Daí, identificamos cidadãos brasileiros, cidadãos norte-americanos e cidadãos argentinos, e sabemos que variam os direitos e deveres dos cidadãos de um país para outro. (Soares, 2007, p. 4)

Ora, diante da definição de cidadania de Soares, é possível definir que o trabalho justamente remunerado é uma questão de cidadania nas sociedades que se estruturam dele.

Conforme abordado, a sociedade contemporânea se estrutura em torno do trabalho capitalista; entretanto, não é possível universalizar, à medida que existem sociedades que não se estruturam em torno do trabalho remunerado (uma comunidade indígena, por exemplo).

Ressalta-se, ainda, que cidadania é uma ideia política, afirmando o autor que geralmente em sociedades democráticas, “os direitos do cidadão coincidem com os direitos humanos, que são os mais amplos e abrangentes” (SOARES, 2007 p. 4) e no capitalismo, coincide com o direito ao trabalho, que se torna mais problemático em relação à pessoa com deficiência.

Segundo Tanaka e Manzini (2005), existem alguns questionamentos comuns por parte das empresas contratantes, principalmente sobre a capacidade da pessoa com deficiência desempenhar seu papel e a contento, criando uma falsa expectativa negativa com relação ao seu potencial para o trabalho.

De acordo com um relatório divulgado pelo Projeto Especial de Qualificação da Federação Nacional das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAE2006), os resultados de uma pesquisa direcionada para o levantamento e a avaliação da demanda de trabalho, emprego e renda, visando à colocação de pessoas com deficiência intelectual no mundo do trabalho, destaca que, dentre as várias barreiras que impedem o efetivo acesso das pessoas com deficiência intelectual ao trabalho formal, ressalta-se o desconhecimento – por parte das empresas e da população em geral – da capacidade laboral que essas pessoas podem desenvolver.

Segundo Ribeiro e Carneiro (2009), os empregadores preferem selecionar, dentre as pessoas com deficiência, aquelas que lhes são mais convenientes, ou seja, as pessoas com deficiência menos graves ou severas.

O que diz a lei sobre a pessoa com deficiência ter direito a reserva de vagas em concursos públicos ou em empresas privadas, é que a cota de reserva de empregos não se destina a qualquer deficiente, mas àqueles que estejam habilitados ou reabilitados, ou seja, que tenham condições efetivas de exercer determinados cargos. É preciso, então, que apresentem nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participação na vida comunitária.

Conclui, em seu estudo, que há um maior número de pessoas com deficiência física e auditiva empregadas em detrimento de pessoas com deficiência visual, múltipla e intelectual.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2010) revelam que, de um total de 306 mil vínculos empregatícios ativos de trabalhadores com deficiência no Brasil, somente 5,10% desse valor é representado por pessoas com deficiência intelectual. Em contrapartida, os números apontam melhores perspectivas para os demais tipos de deficiência dos vínculos ativos: 54,47% foram de pessoas com deficiência física, 22,49% deficiência auditiva e 5,79% deficiência visual. Verifica-se, a partir desses dados, que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho não só está relacionada ao fato de possuir uma deficiência, mas também como tipo de deficiência que a pessoa apresenta.

Assim, o tipo de deficiência pode favorecer ou limitar as chances de conquistar uma vaga no trabalho formal. Soma-se a isso, segundo a RAIS (2010), o fato de que os assalariados com deficiência intelectual destacam-se, dentre os demais tipos de deficiência, como os que recebemos menores rendimentos. Esses dados comprovam que pessoas com deficiências intelectuais encontram-se em desvantagem no processo de inclusão no mercado de trabalho, ou seja, a questão sobre a exclusão do deficiente intelectual no trabalho é também atravessada e agravada pela situação de pobreza, portando pela desigualdade social.

Existe a situação socioeconômica desfavorável das pessoas com deficiência como observado pelos estudos sobre o assunto, as pessoas com deficiência enfrentam custos mais elevados (direto e indireto) do que o resto da população, e existe um risco maior de cair no âmbito da pobreza (Hernandez-Umana, 2005).

Os custos diretos são associados a uma maior assistência médica e reabilitação, tendo também a menor possibilidade de trabalhar que os outros membros da família.

Os custos indiretos ocorrem quando há perda de lucros, como um resultado da sua deficiência (por exemplo, o desemprego, perda de emprego, ou redução da renda). Embora não existem dados para estabelecer um claro nexo de causalidade entre deficiência e desvantagem econômica, os números mostram uma lacuna claramente desfavorável para as pessoas com deficiência.

A desqualificação social do deficiente não é só econômica.

4.4 Sobre o Preconceito

*“O Império só conhece as precipitações e não a gota.
Conhece os turbilhões e não a estrela.
Conhece os desmoronamentos e não o grão.
A espessura e não a luz.
Conhece a tribulação da carne, o estertor
e não, nunca,
a Dor que incorpora e luta.”*

*Maria Carpi
(Nos Gerais da Dor)*

O tratamento dispensado às pessoas com deficiência põe em evidência determinado sentido relacionado a certo juízo de valor, presente em todas as manifestações humanas. A toda adjetivação aplicada a uma pessoa ou ao seu comportamento, corresponde um julgamento moral, que representa, de fato, a hierarquização de valores na definição do melhor e do pior, do certo e do errado, do bom e do ruim.

Sobre isto descreve Goffman:

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum ou total, reduzindo-o a uma pessoa estragada ou diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma

desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual⁷ e a identidade social real⁸ (1988, p. 12).

Goffman (1988), ao discutir questões relacionadas ao estigma, aponta que as características que estigmatiza alguém é o que pode confirmar a “*normalidade de outrem*”. O estigma não existe, sumariamente, a partir de características como a cor da pele, um defeito físico etc., mas sim em um sistema de relações. O que importa é o fato de não ser o esperado por um grupo social. É, portanto, a relação entre o atributo e o estereótipo. Para o autor, há alguns atributos, como a deficiência intelectual, que em quase toda a sociedade ocidental levam ao descrédito.

A presença de estigmas aponta para as seguintes características sociológicas: um indivíduo possui algum traço que faz com que ele seja visto no seu grupo social somente por isso, o que acaba desviando a atenção de seus pares do restante de suas qualidades. Este traço passa a ter uma dimensão extraordinária, impedindo que os outros vejam nesse indivíduo as demais características que seriam esperadas pelo grupo. Dessa forma, o indivíduo estigmatizado tem sua identidade social deteriorada, e quem convive com ele não o respeita.

A imagem que o grupo social ao qual o estigmatizado pertence faz com que ele acabe por tornar-se ser dotado de inferioridade (Goffman, 1988). E tal imagem social interferirá na constituição da subjetividade da pessoa deficiente.

Complementando sua análise, esse autor argumenta que o estigma não se realiza por dois grupos estanques de indivíduos, os “*normais*” e os “*estigmatizados*”, mas sim por um processo social de dois papéis, dos quais cada um pode participar, em algum momento de sua vida ou em alguma situação.

Tanto os “*normais*” quanto os “*estigmatizados*” são gerados por situações sociais. Por isso, aquele que é estigmatizado em uma circunstância determinada, exhibe todos os preconceitos em relação a outros estigmatizados em outros aspectos. Isso pode ser observado entre os próprios jovens com deficiência intelectual que, algumas vezes, também discriminam seus pares ou outras pessoas com diferentes características estigmatizantes.

⁷O caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma identidade social virtual.

⁸A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, são chamados de sua identidade social real.

As relações do estigmatizado com seu grupo social podem alterar-se em virtude dos cuidados que tanto um quanto o outro acaba tendo, isto é, atos que passariam despercebidos são supervalorizados, há um medo das palavras que acabam sendo muito escolhidas etc.

O estigmatizado, por isso, pode tornar-se agressivo, retraído, desconfiado. Outro fato relevante é o de poderem agir da forma como o grupo social espera que eles ajam, consolidando um papel "*ridículo*", que poderia não ser uma atitude sua.

Podem ainda, tentar criar situações que julgam ser um caminho para a aceitação social, como o contar piadas sobre suas características, fazer brincadeiras, avisar de suas dificuldades para obter essa aceitação. Podemos observar atitudes deste tipo nos adolescentes deficientes intelectuais que, em diversas situações, apresentam-se retraídos, "*nos cantos*", quietos, ou, por outro lado, tomando atitudes socialmente inadequadas quando se percebem observados.

Em relação aos pais (e até mesmo aos irmãos), há situações públicas de angústia, nas quais eles se sentem na obrigação de vigiar o que o filho ou irmão está fazendo e, de outro lado, vigiar a atitude dos outros que estão em contato com ele, já que, muitas vezes, eles sabem que alguém pode ridicularizar ou magoar o "*deficiente*".

Os indivíduos com síndrome de Down possuem traços físicos que os estigmatizam. Os outros de seu grupo social passam a vê-los, em primeiro lugar, não como indivíduos com necessidades e desejos comuns aos do grupo social, mas através de estereótipos. As famílias dessas pessoas também são estigmatizadas e, com isso, passam pelos mesmos sentimentos e conflitos aqui relatados, não sabendo como agir nas diferentes situações sociais, como enfrentar os olhares, que limites estabelecer diante da educação dos filhos etc. Muitas vezes se organizam e se fecham em grupos que, se por um lado podem ser benéficos em relação à reivindicação de leis, direitos etc.; por outro, podem criar uma "*couraça*" de proteção e, por conseguinte, de isolamento.

As atitudes dessas famílias em relação ao grupo social no qual vivem são, como as do estigmatizado, ambivalentes. Vivem em estado de alerta, camuflam as características da deficiência em algumas situações, em outras, fazem uso delas para obter vantagens. Ora confiam nos grupos de contato e, outras vezes, rejeitam-nos. Assim, a pessoa estigmatizada e além dela sua família, pode, muitas vezes,

utilizar determinadas características da deficiência intelectual para justificar insucessos ou objetivos não alcançados, atribuindo esses insucessos às características estigmatizantes.

Se fizermos uma correlação do lugar que o indivíduo estigmatizado ocupa em seu grupo social com as proposições de Vygotsky (1989) a respeito da constituição da subjetividade, é possível supor que ele terá o desenvolvimento prejudicado pela forma como o grupo social encara esse indivíduo. Levando-se em conta que, em nossa cultura, o deficiente intelectual é visto como incapaz, é essa a representação que o grupo social vai tendo dele ao longo de seu desenvolvimento e os pais e os profissionais fazem parte desse grupo. Desta forma, o sujeito deficiente vai sendo excluído da aprendizagem e da formação de ZPDs, o que impede seu desenvolvimento e cristaliza um único modelo de identidade.

4.5 Identidade

“O nascimento de uma alma é coisa demorada, não é partido ou jazz em que se improvise / não é casa moldada laje que suba fácil, a natureza da gente não tem disse me disse”.

O Rappa (Papo de Surdo e Mudo)

Segundo Sawaia (2010), devemos buscar refletir sobre o conceito de identidade, em relação aos processos de inclusão/exclusão, apontando para as ambiguidades nele implicadas, que possibilitam tanto escapar ao relativismo que elimina singularidades, como podendo ser o reforço de práticas que excluem a alteridade.

Não podemos isolar de um lado todo um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o, e de outro lado a representação desse indivíduo como uma duplicação mental ou simbólica, que expressaria a sua identidade. Isso porque há como que uma interpenetração desses dois aspectos, de tal forma que a individualidade dada já pressupõe o processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado (CIAMPA, 2004).

Segundo Marques (2001), as pessoas com deficiência, muitas vezes, incorporam a imagem social veiculada do que seja deficiência ou do que se espera de uma pessoa com deficiência:

Isso é facilmente percebido no caso dos portadores de deficiência, cuja imagem social reflete justamente o aspecto negativo e passivo dos mesmos. Em muitos casos, os próprios deficientes inscrevem seus discursos na formação discursiva da invalidez, da incapacidade, da tristeza, da inferioridade etc., reforçando o sentido de que o deficiente é um eterno necessitado da caridade alheia, movida pela compaixão para com o sofrimento do outro (p.5).

Uma vez que a identidade pressuposta é repostada, ela é vista como *dada* – e não como se *dando* num contínuo processo de identificação. É como se uma vez identificada a pessoa, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto (CIAMPA, 2004).

Poderíamos, então, questionar se os atuais orientadores tenham ou não ideia de que as pessoas com deficiência estão sendo conservadas nessa relação circular imutável e, em certos aspectos, desmoralizadas. Ou senão, reproduzem ações cínicas como diria ZIZEK (2011), para firmarem suas atuações “profissionais especializadas” e parecendo “mais um cínico, que faz o que faz, mas continua a fazê-lo”.

De acordo com Montobbio e Lepri (2007), sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, há uma “linha ferroviária” desativada, que o faz voltar para trás, parando no ponto “infância perene”; uma linha que passa numa estação de papel-alumínio, onde é obrigatório “vestir” um ‘Eu’ inautêntico e estruturar, por adesão, traços de “Eu” falso; e, enfim, uma linha que prossegue, escalando com dificuldade a subida em direção ao mundo dos adultos, onde é possível ser homens comuns, às vezes muito comuns, mas, de qualquer forma, não mais crianças.

Identidade e preconceito remete atualmente ao reconhecimento, categoria criada por Honneth para explicar o processo de exclusão.

5 O Reconhecimento

5.1 A Teoria de Reconhecimento de Axel Honneth

Como o sujeito com deficiência pode tornar-se um sujeito de direito a despeito do preconceito e da identidade pressuposta? A cota está permitindo a conquista da cidadania?

Segundo Honneth, a luta por reconhecimento é o grande problema da atualidade. O autor em seu livro *Luta por reconhecimento*, buscou colher inspiração para a consciência das responsabilidades, cujas ideias sobre a gramática moral dos conflitos sociais, em torno da trama do reconhecimento, podem fecundar essa reflexão sobre as histórias de luta das pessoas com deficiência, principalmente em seu contexto laboral.

Essa tarefa, obviamente, me obrigou a discutir, mesmo que de forma sucinta, as peculiaridades que o conceito de “reconhecimento” adquiriu ao longo dos últimos anos e sua relação com o momento histórico em que vivemos, no qual o desenvolvimento neoliberal possibilita a subversão daquilo que é produzido como não existente (SANTOS, 2007), a partir daquilo que denominamos como reconhecimento perverso.

Importante apresentar aquilo que será o foco dessa discussão: a questão do reconhecimento. Afinal, o conceito de “reconhecimento” atualmente tem sofrido crescente retomada conceitual, seja pela sociologia nos trabalhos de Charles Taylor (1998), na filosofia por Jürgen Habermas (2004) e Axel Honneth (2003), na teoria política por Nancy Fraser (2003), ou ainda, pela própria Psicologia Social Crítica em pesquisas de identidade, como as realizadas por Antônio da Costa Ciampa (LIMA, 2010).

Por certo, ao afirmar que a questão do reconhecimento é uma problemática atual não significa, aqui, defender que é somente na época atual que esse se tornou um problema a ser pensado.

Como assinala Taylor (1998), as questões referentes à maneira como uma pessoa é reconhecida, principalmente no que se refere a conceitos como “honra” e “respeito”, já apareciam como questão teórica nos textos de Hobbes e Rousseau. Ou ainda, como defende Honneth (2003), estudos sérios acerca da recepção do conceito de reconhecimento hegeliano foram publicados de forma abundante desde a publicação do “Sistema de vida ética” e dos “Princípios de Filosofia do Direito” (HEGEL, 2003 [1817-1820], 1991).

O que gostaria de destacar é o fato de, na atualidade, o estudo da questão do reconhecimento tem aparecido como uma necessidade cada vez maior para a compreensão das novas formas de controle e administração da realidade (Cf.

ŽIŽEK, 2008; AGAMBEN, 2007a), havendo a guinada de uma organização individual e coletiva pautada na luta pela redistribuição social para uma sociedade em que a luta pelo reconhecimento se tornou a palavra de ordem para diferentes indivíduos e coletivos estigmatizados no Brasil.

Afinal, os últimos 20 anos, como assinalam Boaventura de Souza Santos (2008) e Zigmunt Bauman (2005), podem ser compreendidos como marco do regresso do indivíduo, uma vez que o esgotamento do estruturalismo surge concomitante à revalorização das práticas e dos processos sociais como problema teórico-metodológico.

Como destaca LIMA (2010), no espaço acadêmico, inclusive, foram os anos de análise da vida privada, “do consumismo e do narcisismo, dos modos e estilos de vida, do espectador ativo da televisão, das biografias e das trajetórias de vida, análises servidas pelo regresso do interacionismo, da fenomenologia, do micro em detrimento do macro” (SANTOS, 2008, p.20-21).

Fenômenos que, na perspectiva de Nancy Fraser (2007), representaram a expressão dos conflitos “pós-socialistas”, onde a identidade coletiva substituiu o interesse de classe como motivação principal de mobilização política, a dominação cultural substituiu a exploração e o reconhecimento cultural substituiu a redistribuição econômica.

A persistência de diversos grupos — que de grupos estigmatizados se tornaram capazes de garantir direitos —, movimentos sociais e etnias mostraram empiricamente ser impossível qualquer adoção de uma identidade nacional que abarcasse as diferentes formas de existência, a manutenção de conceitos analíticos como classe, raça, gênero e sexualidade.

Também não é nenhuma novidade, como explica LIMA (2010), o fato de que, se, por um lado, os últimos 20 anos podem ser vistos como os da ascensão da individualidade — e que esse diagnóstico facilmente poderia levar-nos a creditar um fortalecimento do indivíduo enquanto expressão autônoma —, por outro lado, parece correto afirmar que esses também foram os anos em que o indivíduo mais se afastou do ideal kantiano de subversão da menoridade, de sua impossibilidade de tomar decisões sem a referência de outro.

Mesmo a liberdade subjetiva, proposta por Hegel (2003), nunca esteve tão condicionada aos critérios de correção e biopolítica; a liberdade individual nunca esteve tão limitada à liberdade de escolher entre opções pré-oferecidas pelo mercado.

Isso se torna evidente quando observamos que as formas de vida presentes na esfera pública têm evidenciado a dificuldade de reconhecimento em um mundo de desigualdades materiais extremas; onde problemas de exceção como renda e propriedade, trabalho assalariado, educação, saúde etc., assim como o consumo de drogas lícitas e ilícitas, produtos transgênicos, poluição ambiental, epidemias e mortalidade, se tornaram a regra geral e estrutural de nossa sociedade.

E, na medida em que o império da lógica sistêmica começa a valer-se de um discurso cada vez mais fetichizado e tornado elemento de administração social e negação do Real, continua LIMA (2010), podemos verificar o esgotamento de certo regime de crítica, ligado àquilo que Ciampa (2002) e Habermas (2005) denunciaram como o esvanecimento do horizonte utópico. Fenômeno que Bauman (1977) identificou como sendo resultado da falta de liberdade proporcionada pela privação da faculdade de estabelecer significados objetivos e normas, promovido por uma sociedade cujo “poder consiste no monopólio ou privilégio do campo da interpretação do significado” (p.197); Agamben (2007b) trabalhou com a persistência de um estado de exceção que é “essencialmente um espaço vazio, onde uma ação humana sem relação com o direito está diante de uma norma sem relação com a vida” e Safatle (2008, p.133 e ss.) diagnosticou como sendo resultado de uma guinada da sociedade da satisfação administrada para uma sociedade da insatisfação administrada, na qual os indivíduos não acreditam mais nas promessas de emancipação, vinculadas pelo sistema de mercadorias, e ficam propensos a determinações provisórias (que na verdade não é o reconhecimento de sua alteridade).

No que se refere a esse último autor, destaca LIMA (2010) inclusive, é importante assinalar que, na sua compreensão do capitalismo atual, a metamorfose (que Ciampa, em meados de 1980, identificava como o elemento de crítica frente à lógica sistêmica) é atualmente pressuposta como necessária para os indivíduos, os quais, agora, ao invés de aprisionados na reposição de uma única identidade estariam condenados à substituição infinita das personagens.

Nesse universo não é difícil perceber porque acreditamos que a luta por reconhecimento é o grande problema da atualidade, pois exige o deslocamento de uma política de identidade de seu ponto fixo para o ponto fixo que determinada personagem está representando, na esfera pública onde o Capital tem sido o universal dominante.

O reconhecimento somente pode ser vislumbrado como uma luta incessante. Essa dificuldade mostra-se evidente na tese de Almeida (2005), como destaca LIMA (2010), na qual ficou evidenciado como as personagens anamórficas, por se constituírem como divergentes do que é idealizado e marcarem a saída do ponto fixo em busca de novas configurações identitárias, representariam formas de resistência ao que é imposto e lutariam constantemente contra políticas de identidade que a todo instante tentam cooptar essas anamorfozes e transformá-las em novas mercadorias.

Dessa maneira, pode-se vislumbrar, empiricamente, uma ação política por parte dos indivíduos que contrasta com o papel original das políticas de identidades (cada um no seu devido lugar), que Charles Taylor (1998) identificou como discriminação invertida não percebida.

O discípulo de Habermas, Honneth, ressalta que, em termos gerais, o modelo hegeliano de reconhecimento se apoia na tese de que a formação do eu prático está ligada à pressuposição do reconhecimento recíproco entre dois sujeitos: quando dois indivíduos se veem confirmados em sua autonomia por seu respectivo opositor, podem chegar – de modo complementar – a uma compreensão de si mesmos como agentes autônomos individualizados. Por outro lado, faria parte essencial do modelo conceitual de Hegel a tese segundo a qual, partindo das premissas da teoria de intersubjetividade, se afirma a existência de formas diversas de reconhecimento recíproco, que devem distinguir-se umas das outras segundo grau de autonomia que, em cada caso, se possibilita ao sujeito. Em diversas obras hegelianas, encontra-se a distinção de três esferas do reconhecimento – a do “amor”, a do “direito” e a da “eticidade” –, três relações de reconhecimento em cujo quadro os indivíduos se confirmam reciprocamente como pessoas autônomas e individuadas. Na visão de Honneth da história da questão, as três esferas do reconhecimento afirmadas por Hegel – em que evolui, como numa espiral ascendente, a formação da autoconsciência e do reconhecimento das pessoas, no movimento de confronto entre os sujeitos, a teoria de Honneth salienta a distinção de três formas de reconhecimento recíproco: primeiro na esfera da dedicação emotiva; segundo, a das relações amorosas e das amizades; da qual, em terceiro, se distinguem a esfera do reconhecimento jurídico e a do “assentimento solidário”, justificando-a sua defesa por Hegel e uma lista numerosa de outros autores.

A bastante numerosa lista de interconexões no plano da história teórica parece provar ser plausível subdividir a vida social em três esferas de interação,

distinguindo-se as formas de integração conforme essa se realize “pela via das ligações emotivas, da adjudicação de direitos ou da orientação comum por valores”.

5.1.1 O reconhecimento na Esfera dos Afetos: A Experiência do Amor, o Amor de Si mesmo e a Autoconfiança

A primeira esfera de reconhecimento se tece no plano dos afetos, nas relações primárias. O que acontece primeiro na forma do amor entre mãe e filho, na primeira infância, desenvolve-se ao longo do que se pode chamar de aventura infantil do pré-reconhecimento, e é, nesse movimento intersubjetivo, que se constrói, ao mesmo tempo, o amor de si mesmo e a autoconfiança, possibilitados pela experiência do amor do outro e da confiança no amor do outro, formando-se, dessa forma, a base concreta emotiva para a defesa e reivindicação de direitos, na rede do reconhecimento jurídico, bem como as condições pessoais para a participação no plano da rede de solidariedade e da estima social.

Para falar do “amor”, não apenas no sentido restrito que o conceito recebeu desde a valorização romântica da relação íntima sexual, Honneth recomenda um modo e emprego neutro: por relações amorosas devem ser entendidas todas as relações primárias, na medida em que consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais e filho.

A fim de desenvolver uma compreensão mais segura da dinâmica do reconhecimento intersubjetivo na rede afetiva, a análise de Honneth vai remeter à experiência do amor vivenciado na primeira infância, raiz da possibilidade do amor de si mesmo e da autoconfiança.

Mas embora seja inerente ao amor um elemento necessário de “particularismo moral”, Honneth concorda com Hegel ao considerar o amor como sendo o cerne estrutural de toda eticidade: só aquela ligação simbioticamente alimentada, que sugere da delimitação desejada reciprocamente, cria a medida da autoconfiança individual, que pode tornar-se base indispensável para a participação autônoma da vida pública.

5.1.2 O Reconhecimento na Esfera dos Direitos: A Justiça e o Respeito Universal

Da forma de reconhecimento do amor tal como apresenta Honneth, com auxílio da teoria psicológica na visão psicanalítica de Winnicott, distingue-se da relação jurídica. O desenvolvimento das leis acompanha a evolução da consciência dos direitos, e esse é o plano do reconhecimento jurídico, que se dá de modo diferente da forma do reconhecimento afetivo a que nos referimos. A distinção entre reconhecimento afetivo e reconhecimento jurídico atravessa muitos aspectos.

No que concerne ao direito, só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando sabemos quais obrigações temos que observar em face do *outro*.

Embora saliente o que há em comum, Honneth faz distinções entre as teses de Hegel e de Mead quanto à rede jurídica de reconhecimento. Mead, com seu conceito de “outro generalizado”, pareceria estar interessado na lógica do reconhecimento jurídico como tal. A Psicologia Social de Mead apresenta o conceito de reconhecimento jurídico como a relação em que “o Alter e o Ego se respeitam mutuamente como sujeitos do direito”, pois conhecem e partilham normas sociais por meio das quais os direitos e os deveres se distribuem de modo legítimo na comunidade.

De sua parte, com a forma de reconhecimento do direito, Hegel visava à constituição específica das relações jurídicas modernas, visto que só a sua pretensão se estende por princípio, a todos os homens na qualidade de seres iguais e livres. Um respeito universalista não deve ser conseguido com uma atitude ligada às emoções; é operação do entendimento, cognitiva, que põe limites às sensações afetivas, assim constituindo um tipo de respeito que, embora desligado dos sentimentos de simpatia e afeição, deve poder dirigir o comportamento individual.

Na época moderna, o reconhecimento como pessoa de direito tende a aplicar-se a todo sujeito na mesma medida; os direitos individuais de desligam das expectativas concretas específicas dos papéis sociais, uma vez que, agora, competem, em igual medida, a todo homem na qualidade de ser livre de modo independente do grau da estima social. Afirma-se, dessa forma, um novo caráter do reconhecimento jurídico e se originam duas formas distintas de respeito: reconhecimento jurídico aparece como a expressão de que todo ser humano, sem distinção, deve ser considerado um “fim em si”; por outro lado, o “respeito social” salienta o “valor” do indivíduo singular medido pelos critérios de relevância social. No primeiro caso, trata-se de um respeito universal em vista da liberdade de vontade da

pessoa; no segundo, levam-se em conta qualidades e realizações individuais na medida em que são consideradas socialmente relevantes.

O fato de podermos reconhecer um ser humano como pessoa, sem ter de estimá-lo por suas realizações ou por seu caráter, indica, pois, a distinção entre duas formas de respeito: o respeito de um ser humano como pessoa é uma espécie de reconhecimento cognitivo; desse reconhecimento da pessoa como tal se distingue a estima por um determinado ser humano; no caso do respeito a um ser humano particular, já não estão em jogo apenas normas gerais, sabidas por intuição; trata-se agora da avaliação de um ser humano com propriedades pessoais e capacidades concretas, o que supõe dispormos do apoio de um sistema referencial valorativo, que informa sobre o valor de traços da personalidade, numa escala de graduação, de melhor ou pior. Para o reconhecimento jurídico, o problema é determinar aquela propriedade geral das pessoas como tais. Para a estima social, o que está em questão é o sistema referencial valorativo, no interior do qual se mede o “valor” das virtudes dos indivíduos.

Toda comunidade jurídica moderna está fundada na presunção da imputabilidade moral de todos os seus membros. A ampliação cumulativa de pretensões jurídicas individuais com a qual vem tendo de lidar as sociedades modernas, pode ser entendida como um processo no qual a extensão das propriedades universais de uma pessoa moralmente imputável foi aumentando, passo a passo, sob a pressão de uma luta por reconhecimento. Nas ciências do direito, aos poucos, foi-se afirmando a distinção dos direitos subjetivos em direitos liberais, de liberdade, direitos políticos, de participação, direitos sociais, de bem-estar. A primeira categoria de direitos se refere aos direitos negativos que protegem a pessoa de intervenções desautorizadas do Estado, com vistas à salvaguarda de sua liberdade, de sua vida e de sua propriedade. A segunda categoria de direitos se refere aos direitos positivos, que cabem à pessoa com vistas à participação em processos políticos. A terceira categoria abrange aqueles direitos, igualmente positivos, que permitem à pessoa ter parte de modo equitativo, na distribuição de bens básicos. Essa tripartição dos direitos ainda se encontra presente nas discussões atuais.

5.1.3 O Reconhecimento na Esfera da Estima Social: Característica, Realizações e Solidariedade

Tanto Hegel como Mead, na visão de Honneth, distinguem do amor e da relação jurídica uma terceira forma de reconhecimento recíproco, que descreveram de maneira diversa, mas com algumas concordâncias, sobretudo no que se refere à definição de sua função, pois os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se, positivamente, a suas propriedades e capacidades concretas.

Já na apresentação do reconhecimento jurídico, o autor indicava a distinção entre o reconhecimento com base em leis e direitos e a rede da estima social, baseada em qualidades e realizações individuais, que vão ser expostas e reconhecidas no plano das relações intersubjetivas ou sociais.

De modo diferente do reconhecimento jurídico em sua forma moderna, a estima social se aplica às qualidades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais. Enquanto o direito moderno representa um meio de reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos, a forma de reconhecimento por estima requer um meio social que avalie as diferenças de capacidades e qualidades entre sujeitos humanos, fundamentando os vínculos intersubjetivos. Essa tarefa de mediação é operada, por um quadro de orientações simbolicamente articulado, embora sempre aberto, poroso, no qual se formulam valores e objetivos éticos, cujo todo constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade. Tal quadro de orientações serve de sistema referencial para a avaliação de propriedades da personalidade, cujo “valor” social se mede pelo grau em que parecem estar em condições de contribuir à realização dos objetivos sociais.

Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores, e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas.

Com a modificação operada na modernidade, com a afirmação da autonomia dos indivíduos, foi-se passando do critério da honra ao da reputação e ao do prestígio, e, finalmente, tomar forma no conceito-síntese de *status* social. Nessa esfera da estima social, que, em outro tempo, pôde chamar-se de honra e ser ligada ao *estamento*, e, hoje, pertencente ao *status* social; ligados às características da

atividade e à dinâmica do reconhecimento intersubjetivo, os indivíduos, hoje como ontem, embora de modo diferente, vão tentar conquistar e medir o seu valor social.

Segundo Honneth, uma tensão especial dessa sociedade e desse tempo impregna a forma moderna de organização da estima social, submetendo-a de modo duradouro a um conflito cultural. Trata-se de um conflito cultural de longa duração, pois,

Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios de força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associados à sua forma de vida (Honneth, 2003, p.207).

Assim, tem-se, hoje, que a afirmação na rede dinâmica da estima social não se faz apenas no registro da dinâmica intersubjetiva e do reconhecimento das capacidades e realizações individuais, mas na dinâmica dos grupos que representam formas de vida, como afirmação e conquista de estima social de grupos ou “movimentos sociais”. Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância das capacidades por eles representadas, de modo coletivo, tanto mais existe a possibilidade de elevar na sociedade o valor social do grupo que representam – dito de outro modo, elevar a reputação de seus membros. O autor não deixa de registrar que as relações de estima social estão associadas, embora de forma indireta, aos padrões de distribuição de renda, o que parece bem evidente; em consequência, os confrontos econômicos pertencem de modo constitutivo a essa forma de luta por reconhecimento⁹.

Partindo dessas ideias, Honneth tem em mente esclarecer, porque se recomenda a “solidariedade” como um conceito genérico.

O conceito de solidariedade se aplica especialmente às relações de grupo que se originam na experiência de circunstâncias difíceis, negativas. É o que se dá, por exemplo, em situações de resistência comum contra a repressão política; quando a concordância no objetivo prático predomina, gera-se um horizonte intersubjetivo de valores, no qual cada um aprende a reconhecer, a mesma medida, os significados das capacidades e propriedades do outro. Esse mecanismo da estima simétrica pode explicar também o fato de a guerra, às vezes, representar

⁹ A esse respeito, sobre o elo entre as redes da situação econômica e da estima social, Honneth se refere especialmente às contribuições de Georg Simmel que considera o econômico.

um acontecimento coletivo capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais (...) Na experiência partilhada de grandes fardos e privações, origina-se uma nova estrutura de valores que permite aos sujeitos estimarem-se mutuamente por realizações e capacidades que antes não tinham importância social (Honneth, 2003,pp.209-210).

Sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade se liga ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre os sujeitos individualizados (e autônomos). Estimar-se simetricamente significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades do outro parecer significativas para a ação comum. Relações dessa espécie podem chamar-se solidárias, porque despertam a tolerância ante a particularidade individual de outra pessoa, mas também pelo interesse por essa particularidade: na medida em que cuida ativamente das capacidades do outro, cuida que aquelas suas propriedades possam desenvolver-se; logo, nossos objetivos comuns passam a ser realizáveis.

Ao concluir seu esquema das três esferas distintas na estrutura das relações sociais de reconhecimento, Honneth explica a expressão que usa – “simétrico”, como se devendo entender no sentido de que, nesses nossos tempos modernos, todo sujeito recebe a chance de fazer a experiência de si mesmo em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade; por isso, só as relações sociais que se podem traduzir pelo conceito de solidariedade “podem abrir o horizonte em que a concorrência individual por estima social assume uma forma isenta de dor, isto é, não turvada por experiências de desrespeito”. (Honneth, 2003, p.211).

O Reconhecimento jurídico, mas não estima social é justamente a experiência de desrespeito e dor que caracteriza a concorrência do grupo de sujeitos com deficiência por estima social no trabalho. Honneth não se esquece de relacionar que estima social estão associadas, embora de forma indireta, aos padrões de distribuição de renda, o que parece bem evidente; em consequência, os confrontos econômicos pertencem de modo constitutivo a essa forma de luta por reconhecimento. Mas ao estabelecer o elo entre as redes da situação econômica e da estima social, Honneth refere especialmente às contribuições de Georg Simmel e não à de Marx. No presente trabalho que parte da concepção marxista de econômico, considerando a desigualdade social como inerente ao capitalismo, situa o reconhecimento na dialética exclusão/inclusão (Sawaia, 2011), que adquire a

qualidade de perversa. Um reconhecimento jurídico, mas sem estima social, é, por conseguinte, um reconhecimento perverso no capitalismo.

Conforme analisa Lima (2010), o reconhecimento é perverso, pois é excludente e gerador de sofrimento.

6 Dialética Exclusão/Inclusão

As sociedades ocidentais modernas integram, em proporções sem precedentes, técnicas de individualização subjetivas e procedimentos de totalização objetiva, de modo a tornar nossas vidas naquilo que deve ser incluído por meio de uma exclusão (Sawaia 2011, *apud* Agamben 2002).

Renda e poder, pobreza e exclusão social são categorias decisivas para a compreensão da sociedade capitalista desde o seu processo de constituição.

Para o filósofo alemão Hegel (1770-1831), a recém-constituída sociedade civil, elemento característico da modernidade e da sociedade capitalista, era, em si mesma, a fonte de novas e poderosas contradições.

Dentre as várias contradições que Hegel aponta na sua leitura da sociedade civil, convém destacar que

“apesar de seu excesso de riqueza, a sociedade civil não é assaz rica, isto é, que dentro de sua riqueza, ela não possui bens suficientes para pagar o tributo ao excesso de miséria e à plebe que ela mesmo [*sic*] engendra” (HEGEL, 1940, p. 262).

É a dialética da modernidade em seu ponto mais nevrálgico, a saber: se a liberdade de ação dos agentes econômicos produz, sem a menor dúvida, a potência econômica do capital e da contínua criação do novo produto oriundo da racionalidade sem descanso e do contínuo domínio do homem moderno sobre a natureza, a mesma liberdade de ação econômica sem limites produz a miséria e a pobreza, a fome e o desemprego, a desigualdade e a desumanização, a concentração de renda e a exclusão, processos sociais nem sempre compreendidos, encobertos que estão pela ideologia¹⁰.

¹⁰ Conforme Althusser (1983), a ideologia expressa, “sempre”, qualquer que seja sua forma (religiosa, jurídica, política), posições de classe. E, desta forma, através de suas práticas materiais, ou seja, por meios de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, perpetuam a reprodução das relações de produção/exploração

Existe um constante “ir e vir” dos significados e sentidos do discurso, sendo seus efeitos interpretados de diferentes maneiras, dependendo do contexto no qual é produzido, encobrando as contradições sociais, afirmando uma aparência harmônica, em que os diferentes devem ser incluídos pela exclusão. É o que parece estar ocorrendo com a Lei de Cotas.

Nesse contexto, deve se preocupar com as armadilhas das propostas de inclusão social que já revelam a complexidade e contraditoriedade que constituem o processo de exclusão social, inclusive a sua transmutação em inclusão social (SAWAIA, 2010). Por isso, como afirma a autora, analisar a dialética inclusão / exclusão é captar o enigma da coesão social sob a lógica da exclusão na versão social, subjetiva, física, mental e jurídica de reconhecimento perverso e propõe o conceito de sofrimento ético-político.

O conceito de sofrimento ético-político é a dor gerada por diferentes e sutis formas de reconhecimentos perversos e experiências de desrespeito.

Descreve Sawaia (2010):

“É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.”

Entendendo por sofrimento ético-político a fixação do modo rígido de estado físico e mental que diminui a potência de agir em prol do bem comum e da felicidade pessoal, gerando, por efeito perverso, ações contra as necessidades coletivas e, conseqüentemente, individuais.

Para Sawaia (1999, p. 104), o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade, mesmo que o grupo ao qual se pertence tenha o reconhecimento jurídico.

Um caminho analítico para se apreender o reconhecimento perverso é através do sofrimento ético político.

Segundo Espinosa (1632-1677), os afetos indicam a eticidade do contexto que nos afeta, pois se referem ao *conatus*¹¹ que é o fundamento.

Os afetos são as transições que o *conatus* sofre por ação das forças externas ao corpo e à mente, no sentido de passagem da autonomia a heteronomia que equivale ao aumento ou diminuição da potência do corpo de agir e da mente de pensar. Quando sente que passa da autonomia a heteronomia, o indivíduo vivencia um sentimento de impotência e medo, que parte da esperança em direção ao desespero, tendo, como consequência, uma série de superstições que reafirmam sua passividade e medo sob uma relação que se reafirma e realimenta.

Vislumbra-se, portanto, a potência de agir dos sujeitos, em função das afecções sofridas nos encontros, como o filósofo concebe:

o corpo humano compõe-se de muitos indivíduos (de natureza diferente), cada um dos quais é também altamente composto [...] Os indivíduos que compõem o corpo humano e, conseqüentemente, o próprio corpo humano, são **afetados**¹² pelos corpos exteriores de muitas maneiras [...] (ESPINOSA, 2011, p. 66).

De acordo com Rizk (2006), Espinosa considera o homem uma força de existir (*vis existendis*) que é constantemente atualizada pelas forças externas. Por isso, o ser humano estaria submetido a uma passividade essencial, já que suas vontades/apetites/desejos são afetadas pela modalidade destes e pela relação que outros indivíduos estabelecem com eles.

Destaca Espinosa:

Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse Corpo é aumentada ou diminuída, secundada ou reprimida e ao mesmo tempo as ideias dessas afecções (ESPINOSA, 1957: 144)

Como salienta Gleizer (2005, p.22), para Spinoza, “a alma é a ideia do corpo”. Nessa relação indissociável entre corpo e alma¹³, a possibilidade de virtude da mente será justamente pensar, e sua força interior estará relacionada à sua capacidade para *interpretar as imagens de seu corpo e dos corpos exteriores*, para,

¹¹ Trata-se da chave da ética em Spinoza (Parte IV da Ética). É um fundamento central da virtude e refere-se a uma força interna e a um esforço do indivíduo em se manter, conservar, preservar, ser feliz, desejar ser, agir, viver, existir em ato. (cf. Spinoza, 2011).

¹² Grifo da autora.

¹³ Para Spinoza, a alma é uma totalidade mental, como destaca Gleizer (op.cit.).

a partir delas, se chegar às ideias adequadas, como lembra Chauí (2011) a respeito das concepções espinosanas:

passar da condição de causa inadequada à de causa adequada exige passarmos das **ideias inadequadas às adequadas**¹⁴, de sorte que, para nossa mente, conhecer é agir e agir é conhecer. Um desejo só se encontra em nossa mente ao mesmo tempo em que a ideia de coisa desejada. (Chauí, 2011, p. 96)

De forma sucinta, então, a ética está no fortalecimento do *conatus*, força para existir (Chauí, 2011, p. 97).

Em última análise, a alegria – e todos os afetos dela derivados, é o sentimento do aumento do *conatus*. Spinoza (2011, parte IV da Ética) e a tristeza são o afeto que se sente quando a potência de vida é diminuída:

a força do desejo que surge da alegria deve ser definida pela potência humana e, **ao mesmo tempo, pela potência da causa exterior**¹⁵, enquanto a força do desejo que surge da tristeza deve ser definida exclusivamente pela potência humana. O primeiro desejo é, portanto, mais forte que o último (p. 168)

Nossa herança cultural favorece a persistência de um imaginário social que rejeita a pessoa com deficiência, significando-a como doente, um problema, coitada, objeto de dó e de caridade, entre outros estigmas e preconceitos tão comuns, ou seja, temos uma cultura que lhe retira o reconhecimento e a estima mantendo-a na rede de paixões tristes.

Construímos, obviamente, novos valores, mas muitos deles ainda sobre as mesmas concepções, ideias, crenças e costumes do passado, pois, neste processo, presente no nosso corpo (afetado a todo tempo), e que, segundo Espinosa, é um corpo memorioso.

Spinoza (2011) aponta para o fato de que “a mente poderá considerar como presentes, ainda que não existam nem estejam presentes, aqueles corpos exteriores pelos quais o corpo humano foi uma vez afetado” (p. 67).

A ideia da ação inclusiva, portanto, na sociedade em que a pessoa com deficiência tem o reconhecimento jurídico, mas as relações e significados lhe nega o reconhecimento social é perversa, gerando dor, e paixões tristes, que

¹⁴ Grifos nossos. Embora não seja nossa pretensão aprofundar essa dimensão, cumpre salientar que, na visão espinosana, a consciência começa naturalmente pela imaginação, pois para o autor o conhecimento inadequado é próprio à imaginação, vive as afecções do corpo como a ideia desses “traços” em que se misturam a ideia do corpo afetado e a ideia do corpo que afeta (HIZK, 2006).

¹⁵ Grifos nossos.

despotencializam os homens, bloqueiam, ao mesmo tempo, a capacidade do corpo de agir e da mente de pensar (CHAUÍ, 1995, p. 91). Neste contexto, não só os sujeitos com deficiência, mas os que com ele convivem estão na superstição, impossibilitados de chegar às ideias adequadas.

Nestas condições, ressalta RIZK (2006), interpretando Espinosa:

(...) o indivíduo tende a reconhecer-se na passividade com a qual o outro é afetado e que experimenta reciprocamente, como uma modificação passiva que afeta seu próprio ser. O autor propõe que não é de se admirar que um dos primeiros sentimentos atingidos pela imitação seja a piedade ou comiseração (...).

Para RIZK (2006), é assim que a *piedade*, ou *comiseração*, engendra a *benevolência*, que é um desejo do indivíduo de usar todo o seu poder para destruir o que gera a tristeza do outro.

O corpo individual permite, assim, uma gênese passiva da comunhão das afecções, jogando com a semelhança com o corpo do outro: conformidade modal dos corpos segundo certas leis e, mais particularmente, propriedades comuns aos corpos, visto que estas últimas apresentam uma homologia de estrutura.

Deste modo cada parte envolvida no encontro deve contribuir para formar um poder coletivo, conquistar a estima para se transformar em um campo de forças e potência onde os indivíduos fortalecem seus *conatus*.

Posto isso, a relação entre identidade, reconhecimento social, sofrimento ético político, e afetividade na concepção espinosana – destacarei no último capítulo, no qual se tentará demonstrar por onde perpassam os sentimentos e as afetividades de três sujeitos. Onde e como seus sentimentos de alegria e/ou tristeza se transformam em aumento ou diminuição da potência de agir dentro das relações com o trabalho, e de que maneira o processo de inclusão pelas Cotas os afetam na forma de reconhecimento social efetivo ou perverso. E se o Emprego Apoiado ou Emprego com Apoio pode favorecer a conquista da estima social no e pelo trabalho.

7 Lei de Cotas: Educação Profissional no Brasil

“ Depois da bença
o peito amassado
É hora do cerol, é hora do traçado,
Quem não cobre
fica no samba atravessado

A Lei de cotas foi criada para superar a identidade de não trabalhador sem o conseguir efetivamente. Considerando o percentual das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho brasileiro, pode-se prever que a Lei de cotas, não se aplica com igualdade para todos os tipos de deficiência, pois as das pessoas com deficiências intelectuais permanecem excluídas em relação às demais deficiências. Ribeiro e Carneiro (2009) ressaltam as diversas estratégias defensivas que as empresas utilizam perante a Lei de Cotas, sendo uma delas a alegação de que não encontram, no mercado, pessoas habilitadas ou qualificadas.

A Lei de Cotas gerou um desenvolvimento normativo ao determinar a obrigação das empresas na contratação dessa clientela; porém, tal iniciativa não veio acompanhada de uma regulamentação detalhada, absolutamente necessária para fortalecer os preceitos sobre os direitos das pessoas com deficiência em relação ao acesso e/ou ao permanecimento na educação (que é o caso da educação continuada, por exemplo). A questão da educação profissional, conforme visto nas reflexões vygotskianas afeta diretamente a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no trabalho e faz-se imprescindível darmos destaque nesta pesquisa.

De acordo com Ferreti (2004), essa questão

“tem raízes na filosofia e na economia política de origem marxista, formulando à educação problemas de natureza econômica, filosófica, social e ético-política que remetem não apenas à formação profissional estrito senso, mas à formação humana, em sentido pleno, da qual a primeira faz parte” (FERRETTI, 2004, p. 403).

Nesse sentido, de acordo com a análise destacada sobre a questão da Educação profissional no Brasil, dentro da estratégia burguesa na realização de seus interesses e articulações neoliberais, considerando a realidade da pessoa com deficiência, sobre o efeito da ordem capitalista, destaca Tanaka e Manzini (2005) as defasagens de “cursos de capacitação profissional” adaptado a este público, de viabilizações e de acessibilidades para reduzir essa barreira e distância deste profissional com dificuldades no contexto laboral (TANAKA e MANZINI, 2005):

(...) uma das dificuldades apontadas pelos entrevistados, para a pessoa com deficiência ingressar no mercado de trabalho, é a falta de escolaridade. O grau de escolaridade é um dos requisitos importantes para o funcionário ocupar uma função, pois normalmente a exigência é que ele tenha pelo menos o primeiro grau completo, mas algumas empresas já estão exigindo até o segundo grau. Infelizmente, por diferentes razões, dentre as quais a existência de barreiras de ordem arquitetônica, atitudinal e até a falta de recursos didáticos e inadequação dos métodos de ensino, muitas pessoas com deficiência ainda encontram dificuldades de acesso à escola formal. Daí a sua dificuldade em adquirir conhecimentos que são imprescindíveis para a ocupação de determinados cargos dentro de uma empresa.

Outro aspecto a ser considerado é a questão do Benefício de Prestação Continuada (BPC - LOAS). O benefício recebido, muitas vezes é a única fonte de renda da família; torna-se, pois, de vital importância para a maioria dos segurados que considera o recebimento dessa ajuda como uma possibilidade de renda fixa garantida e busca obter a aposentadoria por invalidez, o que asseguraria recebimento de uma verba mensal por tempo indeterminado, podendo complementar os rendimentos com trabalho autônomo. Outros optam por abrir mão desse benefício previdenciário e retornar ou assumir o trabalho formal, enfrentando os desafios e riscos dessa decisão, a insegurança quanto ao insucesso e o medo da demissão (já que a lei ainda não garante que ele possa remanejar-se nem voltar a ter o benefício, uma vez ter assumido a condição de trabalhador).

Essas análises permitem refletir sobre as necessidades desses sujeitos contrapostas as exigências do mercado.

Ressalta-se, aqui, a importância de citar, por exemplo, a Lei nº 10.097/00 do menor aprendiz (trata-se daquele trabalhador que tem, no mínimo, 14 anos e, no máximo, 24; antes de 2005, a idade máxima era 18 anos), a qual estabelece que as empresas devam contratar menores como aprendizes.

Essa Lei estabelece que, “o menor não pode trabalhar em um local que seja prejudicial à sua formação, ou desenvolvimento psíquico, físico, social ou moral; também não pode trabalhar em horários que o impeçam a frequentar sua escola ou curso”.

A mesma Lei enfatiza que “não é permitido que o Menor Aprendiz trabalhe mais que 6 horas diárias, sendo totalmente proibido trabalhar horas extras”.

Para aqueles, porém, que já completaram o ensino fundamental, pode-se trabalhar por até oito horas, se nelas calcularmos as horas destinadas à aprendizagem teórica. Hoje, tratando-se da Lei de Cotas para a inclusão das

peças com deficiência no trabalho, esse benefício extremamente importante sobre a questão do horário, ainda não foi concedido.

O que existe:

“A jornada de trabalho reduzida no serviço público na esfera federal das pessoas com Deficiência tem direito à horário especial, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, não sendo exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício (art. 98, § 2º, da Lei n.º 8.112/90)”

Na Espanha, esse direito existe estritamente mensurado no contrato de trabalho para pessoas com deficiências intelectuais, incorporado e já respaldado pela lei o horário de trabalho fixo por 6 horas.

O que ocorre aqui, no Brasil, em muitos casos, é que a empresa, baseada nessa lei e quando, obviamente, existem as coincidências do tipo “pessoas com deficiência estarem entre 14 e 24 anos”, escolhe incluí-la como lei de cotas de menor aprendiz ou pela lei de cotas das pessoas com deficiência. Ele se encaixa em uma cota ou outra. São duas cotas distintas que precisam ser preenchidas individualmente, ou seja, ou ele é contratado como aprendiz ou como pessoa com deficiência (a empresa escolhe na maioria dos casos priorizando o salário de menor valor). Esses impasses também variam de acordo com as necessidades do momento pelo qual foram feitos os preenchimentos das cotas e que tal empresa faltaria ainda preencher. São critérios utilizados perversamente em relação às pessoas com deficiência e usados a favor, por óbvio, de conceitos atrelados ao modelo neoliberal.

A discussão sobre educação profissional/qualificação e formação do sujeito no Brasil, a multidimensionalidade a respeito desse conceito é muito complexa, merecendo destaque nessa pesquisa, pois compreende várias facetas.

A classe dominante sempre se utilizou de um mesmo discurso em períodos históricos diferentes, com objetivo de transmitirem ideologias que assimilassem a divulgação de suas teses “liberais”.

Nesse cenário de transformações no mundo do trabalho, sobre a intensificação de diversas formas de precarização do trabalho, exploração e acumulação do capital, a classe dominante, no Brasil, a partir de década de 90, defende interesses do capital contribuindo com a concepção da educação profissional, como garantia da inserção social, da cidadania, respaldando o projeto burguês de sociedade.

Esse discurso, pouco se diferencia, por exemplo, do discurso do IDORT¹⁶ (Instituto de Organização Racional do Trabalho), criado em 1931, ou seja, discursos realizados pelos liberais desde os primórdios da República e mantidos até os dias atuais; porém, sob as novas roupagens, novas denominações, mas se mantendo a essência.

Conforme o pensamento dos capitalistas industriais ligados a CNI (Confederação Nacional da Indústria), defendendo o entendimento entre as classes (dominantes e dominadas) – discurso idêntico sobre conciliação de classes que já estava estampado nas páginas da revista IDORT –, ou seja, em outra organização da burguesia, em que se mantêm os mesmos discursos no início do século XX, deveria existir uma superação das divergências entre capital e trabalho, como se as mesmas pudessem se concretizar apenas pela vontade política de ambas as partes.

Diversos pesquisadores (ALVES, 2000; ANTUNES, 1980, 1999; TUMOLO, 2002; SOUZA, 2006; GIANOTTI, 2007; BOITO, 1999) têm desenvolvido análises sobre este processo de mudanças de rumos.

Nesse sentido, destaca Tumolo:

no bojo da luta de classes no Brasil, o capital vem logrando acumular vitórias sobre a classe trabalhadora ou, mais especificamente, a estratégia implementada pelo capital no Brasil, balizada pela chamada reestruturação produtiva e, portanto, pelas mudanças no mundo do trabalho, vem resultando num processo de adequação da CUT à ordem capitalista (TUMOLO, 2002, p. 130).

Observa-se ainda que haja uma diferença fundamental nas defesas do IDORT, do CNI e FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), para com a defesa da CUT nos anos 90 com relação à educação profissional e mesmo para com o conjunto de suas ações, pois essas entidades ligadas ao setor empresarial, industrial do país, representam os interesses da classe dominante; portanto, não seriam novidades as suas defesas ideológicas referentes ao tema analisado, pois o objetivo é claro, manutenção da exploração da força de trabalho e a busca constante de aumento da produção ou acumulação de capital. A diferença se dá com relação a CUT, que assimila, consente e reproduz o discurso ideológico burguês, tornando-se dócil diante dos interesses do capital, apesar de ser um organismo representante da classe trabalhadora.

¹⁶ O IDORT tinha como um dos seus objetivos “(...) estabelecer um novo paradigma para nortear as relações entre as classes sociais. Ao invés do conflito, das lutas de classes tão evidentes naquele período histórico, buscava-se a conciliação entre as classes, fator igualmente fundamental para a aceleração do desenvolvimento industrial” (PICHELLI, 1997, pp. 15-16, grifos meus).

Há uma crença segundo a qual as políticas públicas no setor da formação profissional exerceriam um importante papel na erradicação da exclusão social, sendo importante o entendimento e o consenso para identificação das demandas.

Ricardo Antunes, em *Adeus ao Trabalho*, analisa as diferentes formas de dominação através da reestruturação flexível. A flexibilização da unidade produtiva, a desconcentração da produção, juntamente com a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o novo modelo de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, os chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), realizando uma aproximação entre o saber e o fazer no trabalho, extrapolando os limites do estranhamento do trabalho.

A ofensiva do capital sobre a produção adquire ainda caráter ideológico-cultural, onde os valores empresariais são disseminados dentro de uma lógica ligada ao capital. Prevalece o discurso da produtividade, da competência e eficiência econômica, atingindo escolas, meios de comunicação, universidades e sindicatos. O neoliberalismo aparece como uma cultura com redes midiáticas que tem alterado a percepção, linguagem e valores dos agentes sociais. O que se faz perceber no discurso político sindical, através de expressões incorporadas sem nenhuma crítica: empregabilidade, competências, formação profissional, globalização etc.

A questão da educação profissional foi recolocada pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, ligada ao Ministério do Trabalho. Gradativamente, foi criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Panflor). Seu financiamento se deu através das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (Idem, p. 484-486).

Em linhas gerais, as diretrizes seguidas foram ditadas pela LDB, Lei nº 9394/96, sobretudo pelo parágrafo 2º¹⁷ do artigo 36 e pelos artigos 39 a 42, cujas regulamentações se deram por meio do Decreto nº 2.208, de abril de 1997 (idem, 478).

A lei traz

“... a perspectiva da educação continuada e permanente, podendo ser oferecido de maneira articulada com a rede de ensino, convencionalmente chamada de regular. É quando a lei deixa um espaço para aprofundar o debate e a busca de regulamentação que possa contribuir para a superação de fragmentações e segmentações historicamente existentes na educação brasileira”. (Pereira, 1997, p. 83)

¹⁷§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Apesar do discurso do alto nível de escolarização, o que se propõe é requalificar a mão de obra de forma imediatista para o mercado de trabalho. É com a justificativa de melhorar a qualidade e o acesso à formação profissional, que se aplica o Decreto nº 2.208, fazendo uma ampla reforma no ensino médio regular e no atual sistema público de Educação Profissional.

Prevê ainda o atendimento a outros níveis de escolaridade e a integração da formação adquirida em instituições especializadas (formal) e a não formal adquirida por meios diversos, inclusive pelo trabalho.

Um dos aspectos caros à nova proposta do ensino profissional era a parceria entre o governo e a sociedade, o que deveria criar canais de participação e controle público, dinamizando os já existentes, desprivatizando-se o Estado, promovendo espaços de negociação de conflitos, apoiando formas de parceria nos diversos níveis de governo através de projetos desenvolvidos junto a ONGs, empresas, sindicatos e universidades (ibidem 481).

8 Emprego Apoiado ou Emprego com Apoio

*“A poesia não se perde / ela apenas se converte / Pelas mãos no tambor / Que desabafam histórias ritmadas / como único socorro promissor”
(Brixton, bronx ou baixada) O Rappa*

Por ter trabalhado na Fundación Catalana de Síndrome de Down (2007/2008), na Espanha, pude desenvolver, dentro do Projeto Col Labora, diversas experiências, onde questionava, pesquisava e buscava entender os porquês da utilização desta metodologia de emprego com apoio. Questionava, a todo tempo, meus colegas de trabalho sobre como eles conseguiram, na Espanha, chegar a essa metodologia, como decorreu tal processo? No próximo item, procurar-se-á desenvolver o que se pesquisou sobre o Emprego Apoiado na Espanha.

Segundo a AESE - *Asociación Espanhola de Supported Employment*, o emprego com apoio é um conjunto de serviços e ações (fundamentalmente individualizadas) centradas na pessoa com deficiência (com dificuldades especiais), com risco de exclusão social à procura de um emprego, podendo com isso se inserir, manter-se e se promover em uma empresa do mercado de trabalho, contando com o

apoio de profissionais especializados (o preparador laboral) e com outros tipos de apoios específicos.

A AESE entende por pessoas com deficiência (com dificuldades especiais), aqueles que necessitem de apoio contínuo, ocasional/pontual ou intermitente dos desenvolvimentos de suas atividades laborais, com a necessidade de intensificação contínua desse serviço de apoio (em duração de tempo), assegurando-lhes a manutenção e promoção do seu trabalho.

Baseia-se em quatro pontos fundamentais:

1. Trabalho integral em empresas formais em condições tão semelhantes possíveis às dos companheiros de trabalho sem deficiência que realizem atividades comparáveis;

2. Abordagens dentro de um posto de trabalho, de modo que primeiro identifica-se à pessoa a um posto/cargo/função de trabalho, e, ali mesmo, possa proporcionar-lhe a formação necessária para sua realização;

3. Remuneração, desde o início, como qualquer outro trabalhador;

4. Apoio no decorrer da vida laboral da pessoa, que possibilite o processo de manutenção necessário, e, com isso, desenvolva um melhor desempenho. Esse apoio varia ao longo do tempo, dependendo da situação individual.

O Emprego com apoio *não* pode ser confundido com:

- Uma agência de colocação que se dedica a procurar trabalho no mercado formal às pessoas com deficiência, que quase nem precisem de suporte (monitoramento e contatos esporádicos);
- Um trabalho em uma empresa formal com um monitor sempre ao seu lado;
- Apoio em centros ocupacionais ou centros especiais de emprego;
- Selecionar os "melhores" candidatos e rejeitar aqueles com maiores necessidades;
- Capacitação/estágio nas empresas.

Emprego com apoio é:

- Trabalho remunerado em empresas da comunidade com um contrato individual de trabalho para pessoas com deficiência que precisam de apoio e acompanhamento;
- Um sistema de apoio individualizado que parte sempre dos interesses pessoais, atuando mediante um planejamento centrado na pessoa;
- Significa promoção e *empowerment* dos participantes (trabalhadores). Além de sua colocação, é importante sua promoção pessoal e laboral, envolvendo tomadas de decisões que afetam suas vidas (autodeterminação e autoproteção);
- Integração social e apoios naturais, já que a inclusão social é requerida com qualidade no ambiente comunitário em que se integra o indivíduo. Por isso, a importância dos *preparadores laborais*, que se desempenham e atuam visando promover o máximo de apoio natural dentro e fora da empresa;
- Reconverter centros e serviços para poder oferecer programas de intervenção com base na comunidade.

8.1 Breve Histórico do Emprego com Apoio ou Emprego Apoiado

O emprego com apoio nasceu nos Estados Unidos no final dos anos 70 com o auxílio de pesquisas dos autores como Paul Wehman (1981), Rusch Frank (1986), Mank David (1986), mostrando, nas mesmas, que muitas pessoas com deficiência excluídas pelos centros especiais de trabalho, consideradas não aptas para uma ocupação competitiva, poderiam sim trabalhar se lhes dessem o apoio necessário.

Gradualmente, combinando teoria e prática, foi-se configurando emprego com apoio como um sistema metodológico eficaz de acompanhamento na inclusão laboral, tornando possível a participação da sociedade e das pessoas com deficiências significativas, sem que seu nível necessário de apoio fosse causa de exclusão de ninguém.

No início, essa metodologia começou a ser experimentada em algumas Universidades americanas, com as suposições de mudanças substanciais na concepção de serviços de atenção e/ou reabilitação de pessoas com deficiências graves, estendendo-se, posteriormente, para outros países e outros tipos de deficiências.

Já o surgimento e desenvolvimento do emprego com apoio, na Espanha, se fez possível em grande parte pelos seguintes antecedentes fatores:

- a) Pela promulgação da LISMI¹⁸ em 1992, sob a lei do estado espanhol em defesa de todos os direitos das pessoas com deficiência, atrelada ao princípio escandinavo de normalização e de integração social. O artigo 37 da lei espanhola diz:

“será finalidad primordial de la política de empleo de trabajadores minusválidos su integración en el sistema ordinario de empleo” (art. 37)

- b) O Programa de Integração Escolar. Um dos principais avanços trazidos pela corrente de normalização e pela LISMI foi este programa. O princípio da normalização, juntamente com o surgimento da lei dinamarquesa de 1959, enquadraram todas as políticas sociais.

Logo após criarem o Programa de Integração Escolar na Espanha, apareceram os movimentos de emprego com apoio para promoverem o trabalho inclusivo para as pessoas com deficiência.

A psicologia experimental e a mudança de conduta foram as mais importantes fontes de influência para o nascimento do emprego com apoio.

Na Espanha, foi publicamente revelado no *I Simpósio Internacional sobre Emprego Apoiado*. Pela primeira vez na Espanha, falava-se de um sistema de apoio projetado para acompanhar as pessoas com “atraso mental” ou outras deficiências encontrarem e manterem um emprego no mercado formal.

Nesse I Simpósio, apresentaram-se experiências norte-americanas (Wehman) e irlandesas (Lynch), com resultados de duas experiências espanholas, o *Projeto Aura* (Canals e Domenech), e *Treball amb Suport* (Bellver, Moll, Rossello e Serra), pioneiros na aplicação deste método. É importante assinalar que, em 1992, apareceu a nova definição de “atraso mental” pela AAMR (American Association on Mental Retardation), tipificando as diferentes necessidades e levantando sistemas de suporte de apoio como o principal meio de intervenção.

¹⁸ LISMI – Lei de cotas espanhola de 7 de abril 1982 (*Integración Social de los Minusválidos*)– tem como principal objetivo conseguir garantir trabalho para as pessoas com deficiência e inclui um conjunto de medidas que afetam muitos aspectos da sociedade. A LISMI obriga as empresas com mais de 50 colaboradores, reservarem 2% de suas vagas para pessoas com deficiência.

Um ano depois, em 1993, foi fundada a *Associação Espanhola de Empleo com Apoio* (AESE). Nesse mesmo ano, nasce a *European Union of Supported Employment* (União Europeia de Empleo com Apoio), sendo os países fundadores Espanha, Irlanda, Holanda, Portugal, Alemanha e Reino Unido. Dois anos mais tarde, veio a ACTAS (*Associação Catalana de Empleo com apoio*).

A metodologia do Empleo com apoio e a utilização desenvolvida de seus programas, não ocorreu de maneira relevante na Espanha até a década de 90.

Nos dias de hoje, na Europa, há uma considerável evolução sobre o aumento no número de usuários desses tipos de programas. Fruto do grau de implementação desta metodologia ao longo dos anos, vindo a aumentar cada vez mais o número de pessoas integradas em vagas de emprego mediante essa metodologia.

Na região da Catalunha, a maioria dessas instituições está associada à ACTAS (Associação Catalana de Trabalho com Apoio). O mesmo ocorre na Itália, Genova, onde realizam a formação laboral diretamente em situação, com a equipe de profissionais os auxiliando. Em toda a Espanha, trabalha-se com essa metodologia desde 1989.

Atualmente, o estado espanhol (ao contrário de outros países da União Europeia), tem um marco regulatório específico na legislação trabalhista para o Empleo com Apoio.

8.2 Brasil: Expectativas sobre o Empleo Apoiado

É preciso ressaltar antes de tudo, que não há como nos moldarmos a exemplos americanos, europeus etc., pois, como se sabe, cada local possui uma cultura, seus costumes, seus valores, sua maneira particular pela qual, historicamente, se organizam socialmente, inclusive seus movimentos sociais, a luta por seus direitos, suas particularidades, suas bases políticas, éticas etc.

Não existe, na legislação brasileira, um diploma legal que acentue o termo Empleo Apoiado, o que existe no Art. 35 são modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de deficiência:

I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de

procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

E sobre o trabalho das ONGs diz que:

§ 1º As entidades beneficentes de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

I - na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial: e

II - na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida de produção ou terapêutica.

§ 2º Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 3º Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

O que ocorre em nossa realidade é que as pessoas com deficiência ainda ficam em grande maioria nas instituições em oficinas protegidas terapêuticas (quando é caso de deficiência severa ou grave) e em oficinas protegidas de produção (quando a deficiência é leve), mas, em ambas, essas pessoas ficam anos e anos sem perspectiva alguma de conseguir um emprego (em empresas formais), pois, em nossa cultura, ainda não há o respaldo do Emprego Apoiado (considerando que pessoa com deficiência possa entrar antes na empresa com a ajuda de um profissional, mesmo esta não estando completamente preparada, e este profissional) [preparador laboral] acompanhando e dando o “seguimento” e apoio necessário (até quando achar que a pessoa consiga seguir sozinha em sua função).

Houve um considerável e crescente movimento de implementação de cursos de capacitação nestes últimos cinco anos, mas essa é mais uma perversidade em relação à pessoa com deficiência, pois os cursos oferecidos, em sua quase totalidade, só atendem às necessidades de quem não precisaria da metodologia do

Emprego Apoiado; outra questão importante a ser destacada é que estes cursos de capacitação começaram a se proliferar perpendicularmente às oficinas e ao processo de inclusão no mercado de trabalho, ou seja, são movimentos totalmente desconexos, e, o que deveria ser novamente direcionado para esse público, o deficiente intelectual, acaba ficando por fim a outras demandas sociais (não que não sejam também importantes).

Em Santos, na *I Jornada Internacional sobre Inclusão* (2009), trouxemos pela primeira vez ao Brasil, profissionais espanhóis especializados (da Fundación Catalana de Síndrome de Down de Barcelona, Espanha) para falar sobre esse assunto do “Emprego Apoiado”.

Inauguramos essa temática no Brasil, e me parece que, hoje – decorridos quatro anos daquele evento –, alguns resultados surpreendentes nos foram revelados: o movimento sobre essa metodologia parece ter tomado outra proporção e se tornou uma espécie de “tecnologia social”, ou seja, não uma legislação ou um direito.

Alguns profissionais no Brasil, despreocupados com o verdadeiro sentido dessa metodologia, preferiram manter o velho *cinismo* – não se desprendendo da lógica do mercado (do capital) – modificaram o nome daquele profissional classicamente chamado de “*preparador laboral*” para o de “*consultor de emprego apoiado*”, ou seja, quem não tem como consultar, pagar, não conhece, nem se beneficia com o método, ficando, com isso, ainda mais distante de se tornar política pública, onde deveria haver um direito reconhecido e tornar-se uma legislação específica, e, pelo visto, o nome do profissional que abordam no momento, representa mais uma perversidade na vida da pessoa com deficiência: o que era para ser um serviço gratuito, no Brasil caminha para ser um serviço particular, de “consultoria”, para beneficiar empresas e se tornar um serviço de *commotidies*.

9 O Preparador Laboral

Na Espanha, nos últimos anos, as organizações que trabalham para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência têm realizado grande esforço para propor novos modelos e novas ideias baseadas nas possibilidades, nas habilidades dos indivíduos e em sua participação no entorno social que lhes foram/são omitidas.

Foi apostando em uma mudança de perspectiva, baseada na confiança, potencialidades, nas capacidades das pessoas com deficiência e na provisão de apoios necessários (durante o tempo que for necessário), que criaram a figura do Preparador Laboral para conseguirem realizar a inclusão desses indivíduos no trabalho.

Exemplo dessa nova visão veio acompanhado pelo Emprego Apoiado, modalidade/metodologia de emprego orientada à inclusão das pessoas com deficiência no âmbito laboral, arbitrando os apoios necessários dentro e fora do entorno laboral, para conseguir a plena integração do trabalhador no seu posto de trabalho.

De fato, mais de 50% dos usuários dos serviços de Emprego Apoiado são pessoas com deficiência intelectual.

Uma das principais ferramentas para levar a cabo atuações de Emprego Apoiado é a da figura mediadora, o Preparador Laboral, que oferece ao trabalhador com deficiência o apoio necessário para sua adaptação ao posto de trabalho, desde a preparação para o desenvolvimento das habilidades e tarefas necessárias até o seguimento e acompanhamento em situação.

Na Europa, a figura do preparador laboral é vital no processo de inclusão, pois se constitui como o referencial imediato para o trabalhador e seus companheiros.

Na atualidade, é crescente o número de pessoas que se dedicam profissionalmente a esta atividade, pois, de acordo com estudos específicos na área, os resultados sobre o empenho profissional de uma pessoa com deficiência acompanhada pela figura do Preparador Laboral e de outras pessoas que não foram acompanhadas, são gritantes, ou seja, o resultado deixa evidente a participação deste profissional no processo inclusivo.

10 Análise Empírica

É importante salientar que considero que a fala dos sujeitos estão mediadas por formação ideológica de significado mais amplo, e a abordagem sócio-histórica concebe, portanto, a linguagem como microcosmo da consciência e, simultaneamente, a mediação entre o social e o individual, não como simples instrumento de comunicação, permitindo que se adentre aos meandros do psiquismo e da sociedade por meio dela.

Sendo assim, será preciso ultrapassar o plano do significado dicionarizado da palavra para desvelar a base afetivo-volitiva da linguagem falada para compreender como as considerações trazidas até agora (dialética exclusão/inclusão, trabalho no capitalismo, a legislação de inclusão social da pessoa com deficiência, os preconceitos, o reconhecimento social), se organizam na vida cotidiana e no sistema psicológico na direção da emancipação ou do impedimento desta. Para tanto, foram levantadas os sofrimentos e as alegrias no contexto do trabalho (com ou sem apoio), da família, das atividades e sua relação com as ideias, ações e identidade. Por isso, optou-se por apresentar a narrativa de cada um.

Serão analisadas a seguir, cartas destinadas à pesquisadora, que deixam evidente a afetividade no processo de inclusão do trabalho, como o empírico materializa o que até aqui foi exposto.

A maneira que encontrei para fazer isso foi descrita no início desse trabalho na discussão do capítulo sobre o referencial metodológico. Os sujeitos escolhidos poderão deixar claro o objetivo de sua participação nesta pesquisa, porém faz parte da mesma o fato de não conseguir dar conta de todas as interpretações necessárias.

De qualquer modo, as narrativas de história de vida aparecem como uma vantagem: nelas, explica LIMA (2010), é possível trazer à tona as contradições individuais e articulá-las com o universal dominante.

As três histórias de vida são complementadas pelas cartas que não só foram difíceis de serem escritas pelos sujeitos, mas de igualmente serem lidas pela pesquisadora.

As missivas deixam clara a ideia do pesquisador como testemunha, proposta por Gagnebin (2006); elas são quase uma confissão, uma denúncia e um grito silenciado de socorro ante as incontáveis (im)possibilidades de existência.

10.1 Paulo

10.1.1 A alegria e o medo de perder o trabalho – o apoio da empresa e do preparador laboral: a luta pelo reconhecimento da família em tornar-se um cidadão de direitos. Emoção dominante: medo de perder o emprego

Meu primeiro contato com Paulo foi quando trabalhava na ONG em que ele estava matriculado. Recém-chegada de Campinas, eu vi em Santos a tentativa de inaugurar o primeiro núcleo de orientação para o trabalho, juntamente com a ajuda de uma assistente social também recém-contratada naquela mesma Instituição.

Através das atividades cotidianas, identificamo-nos nas questões profissionais e, então, começamos a formar um grande laço afetivo-profissional – experiência realmente enriquecedora – pessoa que merece destaque nesta pesquisa, pois, com muita certeza, no-la considero por todo aprendizado uma grande referência profissional e por quem, até hoje, nutro afeição e respeito. Junto, erramos e aprendemos; reescrevemos, deduzimos e duvidamos; por fim, elaboramos a prévia de um projeto que desenvolvemos no verão de 2005, em Santos, mas que, infelizmente, teve duração de um ano apenas. Ano inesquecível.

Foi nesse ínterim, sem ainda conhecer a cidade, nem saber sobre as linhas de ônibus para conseguir locomover-me, que eu encontrei Paulo (todo final do dia), o início de uma grande relação, ajudando-me a aprender todas as linhas e me explicando tudo sobre o transporte público em Santos. Fato que me chamou a atenção, pois, geralmente, as pessoas com deficiência intelectual demonstram certas dificuldades em relação a temas urbanos / práticos e diários, ficando à mercê de acompanhantes familiares, dos transportes oferecidos pela instituição (que busca e leva até suas casas), e este cidadão – ao contrário – demonstrava destaque, razão pela qual minhas primeiras impressões sobre ele restaram positivas.

Fez com que nossos papéis ficassem invertidos: ele que me ensinava diante de todas as minhas dificuldades, e eu, com muito custo, aprendia. Todas as linhas e itinerários de ônibus ele já sabia de cor. Era impressionante sua habilidade. Ele – a cada dia – demonstrava o quanto tinha vontade de trabalhar. Sua grande dificuldade financeira era perceptível, e algumas questões sobre sua imaturidade vinham à tona, pois, mesmo com seus 43 anos de idade, precisava que alguém lhe depositasse confiança e, então, iniciamos a orientação para a inclusão no mercado de trabalho.

Dividimos o projeto em várias modalidades e fases; descobrimos que os usuários já queriam trabalhar, experimentar as atividades e funções práticas; não queriam ficar em aulas teóricas de capacitação, de formação profissional etc.

Diante dessa demanda, propiciamos estágios diretos nos postos de trabalho, em que pudessem escolher dentre as quase 13 atividades (na instituição) e eram acompanhados por um profissional/tutor. Mantínhamos uma frequência de reuniões

em grupo em que as ideias iam surgindo, sendo aprimoradas conforme as necessidades de cada um.

As empresas privadas nos procuravam, e não tínhamos o que queriam: pessoas capacitadas. Muitas delas agiam como se esse serviço fosse “*delivery*”, dizendo ao telefone: “Vocês tem aí um Down?”, ou então: “Quero um deficiente que só tenha dificuldades de um lado do corpo sabe? Vocês têm aí?”.

A situação se tornou insustentável. Foi então que estabelecemos uma regra básica no núcleo: eles não saíam para trabalhar em nenhuma empresa, apenas poderiam ser contratados naquelas que fornecessem espaço para fazermos palestras de sensibilização, e, logo após essa etapa, podermos “ter carta branca” para entrarmos e sairmos das mesmas, até quando quiséssemos e avaliássemos ser necessário para eles e de acordo com suas dificuldades.

Foi então que, depois de alguns meses, a primeira empresa com esse perfil, enfim apareceu. Solicitamos contrato de trabalho dentro da metodologia “Colocação Seletiva” (aquela única dentro de nossa legislação que oferece a possibilidade dessas pessoas serem apoiadas).

Em nosso grupo, quase todos já estavam “experimentando sobre o trabalho” dentro das funções e atividades na instituição, era uma espécie de estágio. Paulo se destacava; realizara todos os estágios dentro da instituição, mostrando-se apto para iniciar.

Para aquela vaga que havia surgido, ele possuía muitas possibilidades de dar certo. Principalmente pelo fato de saber transitar na cidade que já era um grande passo em relação aos outros. Passou em média seis meses nos estágios internos e já havia superado a maioria das dificuldades básicas que tinha. Paulo, enfim, conseguiu um trabalho.

Algum tempo após, relatará:

*(...) já estou com 6 anos em maio de 2012 vou fazer 7 anos na empresa, que felicidade (...) Autentico documentos, depois vou no banco, vou nos terminais, entrego documento no cliente ou as vezes protocolo SD, DTA etc.
(...)*

Foi incluído como *Office boy* interno, mas, devido ao tempo e às relações, sua gerente, percebendo suas habilidades, deu-lhe oportunidade de fazer alguns serviços externos e, pouco a pouco, assumiu nova função na empresa. Sua responsabilidade é tão grande que adquiriu total confiança de sua gerente, dando-

lhe, diariamente, inúmeros cheques de valores altos para depositar nos bancos, razão por que, em seu relato, se lê:

(...) Vou na alfândega levar o envelope, SD, DI, DTA, vou ao banco, no correio, no cartório autenticar, mas as vezes tenho a minhas falias e isso é normal (...)

A supervisora de sua empresa expusera que ele era muito assíduo, nunca falta no trabalho, chegando no horário certo, “sem reclamar” se possivelmente tivesse que sair mais tarde.

Aqui aparece um elemento discriminador, pois “não reclama” e sempre bate o cartão no horário certo, atitude perfeita para a empresa.

Paulo utiliza o crachá no peito como se fosse uma medalha, relata os companheiros de trabalho, e caminha no centro de Santos, onde já é bem conhecido, fazendo amizade com todas as funcionárias dos locais que frequenta.

Um dia, relatou a supervisora, Paulo faltou ao trabalho por dor de barriga, e todo o pessoal do trabalho ficou comentando se não poderia ser pelos lugares que ele estava almoçando nos arredores da empresa, talvez os mais baratos e, por isso, tivesse uma grave intoxicação alimentar.

Acredita-se que sua mãe o induzia a economizar no vale-refeição para “poder ajudar mais em casa” e que, por essa razão, ele optara por restaurantes “mais baratos”. Este é um sofrimento ético-político que jamais nos imaginaríamos ocorrer.

Seu relato, *in verbis*, prossegue:

(...) queria ter um celular, mas minha mãe não deixa, porque? si é eu que trabalho todo santo dia? (...) mas sei que a noite é perigoso no meu bairro. Já mataram especial lá por causa do celular (...)

Denota-se muitas vezes, assim, que a vontade dele é deixada de lado em prol do benefício da família toda, motivo por que não poder gastar seu dinheiro com a compra de um celular.

Descreve, por outro lado, sua supervisora que, em toda festa de final de ano, sua mãe arruma sempre dificuldade para ele estar presente, devido ao fato de ele ter que voltar sozinho para casa; local perigoso.

O medo da mãe chega a tal ponto de solicitar que a empresa tenha que arrumar um responsável por esse retorno para acompanhá-lo até em casa.

Enquanto, porém, essa pessoa que o acompanhava existiu, e apesar da resistência da mãe, Paulo pôde frequentar as festas de confraternização. Um dia, todavia, essa pessoa saiu da empresa, e Paulo se viu compelido a ter que lutar pelo direito de ir sozinho à festa.

A princípio, a decisão dele foi de não ir, mas, após insistirem alguns companheiros de trabalho, questionarem, orientarem e pedirem sua presença, ele conversou com sua mãe e, através da ideia da supervisora e da preparadora laboral, acabou dizendo que como era ele quem trabalhava e era só uma vez por ano que as festas ocorriam, sugeriu que voltasse de taxi, como expõe em sua missiva:

(...) vou na festa sim em SP na (matriz da empresa) porque no ano passado minha mãe ficou embassano lembra? Não fui, e eu pedi esse ano pra ela. Vou de taxi. Sou adulto e tenho 43 anos.

A supervisora da empresa disse que ele tem muito medo de errar e, conseqüentemente, perder o emprego. Com isso, ele comenta sempre sobre os erros dos outros deficientes, forma que encontrou para ressaltar seu trabalho e excesso de zelo pelo mesmo:

(...) Está proibido na (nome da empresa) portador especiais usa fone no ouvido, e tem gente que não dá ouvidos para as ordens e o rádio nextel da empresa toca, mas eu sempre atendo e escuto o rádio toca (...) Se a Sistencia social pegar um funcionário portador especiais com fone no ouvido as empresas leva multa, não leva? Isso daí é sério no horário no almoço tem que ser proibido (...)

Percebe-se, deste modo, que ele tem muito entendimento sobre a competitividade que gira em torno do ambiente de trabalho, relatando sobre as relações e intrigas existentes lá dentro.

A supervisora disse que, inúmeras vezes, ele se apoiara na força da empresa, pelo medo que os pais tinham de ele ficar desempregado, ou seja, quando precisa lutar para conseguir seus direitos, mostra apoio da empresa para a família reconsiderar esses direitos, pois todos lá na empresa dizem que é para ele ficar “esperto” e se “antenas” para essas coisas, e que isso não estava certo.

Isso ocorre, entretanto, em efeito contrário em relação às outras famílias. Ela geralmente busca garantir os direitos da pessoa com deficiência que vive em suas dependências.

O fato de Paulo poder comer em local mais agradável na hora do almoço é um exemplo disso, pois muitos restaurantes na região não apresentam higiene

adequada, podendo, com isso, prejudicar-lhe a saúde. Mas a família o obrigava a economizar o *ticket* refeição. Os funcionários, sabendo já da dificuldade que ele tinha / tem dentro de casa, o orientam em relação a quase todos esses óbices e questões. A falta de reconhecimento, neste caso, ocorre dentro de sua própria casa, e a empresa assume o papel de garantir que ele lute e saiba defender-se da exploração familiar..

Em outro trecho de sua narrativa, Paulo informa:

(...) Consegui comprar um celular. Falei para minha mãe que todo mundo na empresa tem um e que não era perigoso não porque vo guarda no bolso da calça. Minha chefe falou, meus colegas também, daí ela acabou deixando (...)

Nota-se, insofismavelmente, que, quando entrou na empresa, e ainda quando apresentava maiores dificuldades sobre relações de trabalho, a preparadora laboral o visitava, apoiando-o quanto às dúvidas e intermediando questões de sua rotina.

Adiante, Paulo indaga:

(...) Quando vc vem me visita de novo na (nome da empresa)? Falei com a (gerente) ela vai te chama aqui, entreguei envelope errado e assumo minha culpa. Fiz errado, mas assumo. Tava nervoso. Mas já melhorei. Aqui é cobra comenu cobra (...) vou contar tudo pra vc, porque eu tava tão chateado, não aguento mais esse secreto me ajuda? Tem alguém me aborreceno eu não quero acha confusão com eles, é com meus pais, depois te conto essa história é de lá de casa.

Foi nesse período que a prática de enviar cartas se iniciou. Percebeu que, como não podia ver mais o Preparador Laboral todos os dias, avisava antes quando algo de errado estivesse acontecendo, pois a gerente iria ligar pedindo orientações. Mas – muitas dessas vezes em que ele avisava –, a gerente mal ligava, ou seja, já sabia como lidar com a situação.

Nessa narrativa, reforço a possibilidade e a necessidade de valer-nos de um reconhecimento pós-convencional, ou seja, o da família que barra e impede o indivíduo de garantir sua emancipação e seus direitos. Se a luta por reconhecimento muitas vezes se tem configurado como perverso, é preciso abrir esse leque e visualizar pela lente da perversidade, entendendo que a família é um elemento fundamental nos entraves dessa história de vida.

10.2 João

10.2.1 O Amor da avó e a rejeição familiar – sofrimento e tristeza pelo fracasso e ausência de reconhecimento; consequências de duas perdas: a da avó e a do trabalho

Desde o início das atividades profissionais que fazíamos para as pessoas com deficiência intelectual, dentro do núcleo de orientação para o trabalho (nas ONGs), estimulando habilidades, oferecendo apoios específicos – papel talvez parecido com o do preparador laboral – João revelava ter grandes laços afetivos com sua avó. Dizia, nas dinâmicas dessas atividades, que sua infância havia sido bem difícil, porém, ainda assim, relatava ter sido uma boa infância, pois a avó que o criou, oferecia carinho, respeito, passando-lhe as bases necessárias sobre as experiências de vida, ensinando-lhe sobre tudo, e oferecendo segurança através dos afetos no período em que ainda era criança, sua principal referência.

Relatava a todo o momento que não via a hora de conseguir um trabalho, pois queria dar muito orgulho a ela (avó), e que não tinha um bom relacionamento com os pais, muito menos com os irmãos (contava sobre as brigas constantes em casa e sobre os maus tratos dos outros familiares).

Seu sonho sempre foi o de poder morar sozinho, de ter seu dinheiro e não ficar mais naquele bairro perigoso, dependendo do pouco dinheiro de seus genitores. Sua mãe é diarista; seus irmãos, desempregados; e o pai não consegue fixar-se em um emprego, relatava.

João mora em uma favela no Guarujá desde criança, em uma casa muito simples e humilde. A questão do bairro, no entanto, sempre lhe causou medo e insegurança, pois o tráfico de drogas é visto como um problema pior que afeta os moradores. A busca incessante por conseguir um trabalho sempre esteve atrelada à questão de querer ter uma vida melhor e digna, diferente daquela que vive atualmente.

Quando estava ainda vinculado à Instituição no caso a ONG, recebia atendimento paralelamente ao grupo que participava para o trabalho, somando outros tipos de apoios específicos: psicológico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, pedagógico e de assistência social.

Depois de a ONG ter sofrido fortes mudanças na dinâmica dos atendimentos, inclusive pelo fato de a direção ter sido alterada, por motivos financeiros, cortaram vários gastos e serviços, modificando toda a infraestrutura e diminuindo os serviços de atendimentos. O Núcleo de orientação para o trabalho foi, por exemplo, foi cortado. Os usuários (pessoas com deficiência intelectual) que já haviam sido incluídos no trabalho ficaram à deriva dos atendimentos individualizados. Assim, denuncia o relato de João:

O que aconteceu comigo dia primeiro de abril desse ano de 2011 fui mandado embora do (nome da empresa) tudo porque eu não ter conseguido falar com todo mundo e eu queria dar uma oportunidade de aprender uma nova função e lá ninguém não me deram isso fiquei ate triste e sozinho (...)

Nessa situação, quando a frustração é grande e a experiência confirma o sentimento de fracasso e desencanto, a história de vida é marcada mais profundamente. O fato de “*não ter conseguido falar com todo mundo*” registra alguma marca de sofrimento, de tristeza. Porque será que alguém para de falar com outras pessoas no trabalho e fica, da noite para o dia, sem querer falar? A meu ver, fica evidente o ponto que o fez parar de se comunicar no trabalho; algo emocional e triste gerou esse bloqueio.

Eis, outro excerto do relato de João:

(...) e o que eu mais queria era volta ao trabalho que esse emprego que eu estava queria realizar meu sonho que é uma casa nova pra morar onde eu moro quando chove enche de água e entra rato dentro da minha casa so que esse sonho eu não conseguir realiza porque quando foi no dia primeiro de abril que é o dia da mentira ficou sendo o dia da verdade fui mandado embora do (nome da empresa) tudo porque eu não conseguia falar com ninguém fiquei muito triste ate chorei de tristeza porque eu fui eliminado e derrotado e também porque eu perdi o emprego eu perdi o emprego perdi tudo ate perdi o meu sonho que é der uma casa pra mora sozinho sinto muito (...)

Em seu discurso, o dia 1º de abril coincidiu com esse episódio triste em sua vida e lhe marca profundamente; por outro lado, explicita o fio condutor com as ilusões do calendário do trabalhador, pois banca um poder extremo para a massa, para o consumismo, para as datas festivas, trazidas pelas ilusões que a ideologia dominante costuma assim propagar.

Em outro fragmento, João sublinha seu estado psicológico:

(...) Quando entrei no (nome da empresa) entrei como repositor mas eu queria mudar de função e eles que não me deram esta oportunidade de eu muda, foi o que aconteceu, fui mandado embora e eu fiquei ate triste quando eles me mandarão embora fiquei muito triste ate chorei muito como se eu tivesse perdido alguém da família (...)

O que parecia um sonho desaba-lhe como pesadelo, com sentimento de indignação e perda. Tudo que imaginou e almejou parece, agora, não ter mais sentido, e o trabalho era visto como a saída de todos seus problemas. A dor de ter sido mandando embora do trabalho foi-lhe tão grande que chega a compará-la com a morte de um ente familiar. Acreditava que poderia crescer na empresa, mudar de cargo, evoluir enquanto trabalhador, mas nada disso foi realizado. Sabemos o quanto a massa trabalhadora acredita – lutando por dias melhores – que conseguirão enriquecer, comprar coisas que resolveriam seus problemas. O capitalismo possui esse poder: faz com que o pobre acredite e se aliene cada vez mais nessa lógica, não lhe percebendo as tramas e as armadilhas, nem a verdadeira intenção do poder dominante.

João, entretanto, prossegue em seu relato:

(...) Tudo aconteceu quando eu fiquei afastado primeiro foi afastamento de 15 dias e quem me afastou nesses 15 dias foi aquela gerente chata a (nome da supervisora) foi ela que me afastou e depois eu voltei pro trabalho e ai eu fiquei mais 15 dias afastado e ai quando volta ao trabalho fui no medico e o medico me afastou por 3 meses e por 90 dias fiquei triste doente ate chorei e a (nome da psicóloga) não pode fazer nada por isso eu não estou indo mais na terapia ir fala com ela.

Muitos profissionais foram mandados embora daquela ONG, e os que ficaram se sobrecarregaram com a grande demanda atendida, não davam conta de todos os atendimentos. O núcleo de orientação para o trabalho se desfez, os encontros em grupo, que antes lhes ofereciam oportunidades de entender cada processo, cada fase no trabalho já não fazia parte mais de suas vidas.

Na empresa, eram eles e suas dificuldades apenas. Os erros acabam virando alvo de qualquer trabalhador, e o sentimento de ameaça mais ainda; a competitividade entrelaça as relações cotidianas, fazendo suas dúvidas se tornarem motivos “ainda maiores” para serem considerados despreparados.

A falta de capacitação para esse público, devido ao perfil sócio-histórico em desvantagem citado nessa pesquisa, se encarrega de *culpabilizar* o indivíduo; desfavorecê-lo.

A perversidade é tamanha que até o médico, figura que deveria ser responsável por entender o indivíduo (pessoa com deficiência) sobre suas limitações, suas lacunas, não se deixa jamais debruçar para o viés da história de vida, identificar as contradições trazidas, ou seja, acaba reproduzindo reconhecimentos perversos, reduzindo-o e o desconsiderado como mais um na multidão, que deve seguir normas, excluir todas as diferenças, e – principalmente – agir de acordo com a lógica do capital, onde existem milhões de outros indivíduos buscando um emprego, oferecendo, de preferência, o *cinismo* profissional.

Em continuidade tópica de sua narrativa, João assevera:

(...) quatro anos ser passou perdi alguém de minha família morreu minha avó (nome da avó) ela tinha 75 anos e morreu no dia 26 de março de 2009 de câncer no estômago chorei muito em 2010 fiquei afastado 90 dias so por isso porque eu não conseguia falar com ninguém e eu não merecia ficar afastado ate fiquei doente ate meus pais me maltrataram em fevereiro deste ano de 2011 porque eu precisava do dinheiro (...)

Na empresa, a lógica é única e exclusivamente a da produtividade, não existe o olhar para outras regras nem qualquer outro tipo de compreensão. Ele entende apenas um dos por quês foi afastado: porque parou de falar. Mas, obviamente, parou também de produzir. Sua avó era até então sua referência afetiva; a partir de então, tudo seria diferente: perderia o controle da situação. Vê-se abalado, perdido. O apoio antes recebido não existe mais; a psicóloga tem 20 casos todos os dias para atender na instituição. Mesmo assim ele sabe que, se a mesma tivesse o acompanhando de perto, talvez nada disso tivesse acontecido. Era como se ela fosse alguém que pudesse responder por suas dificuldades, por sua defesa. Ele fala em três cartas sobre a falta dessa profissional. Fica sabendo, através de outros amigos também deficientes, que os mesmos continuaram recebendo apoio. Sabe que isso poderia ser resolvido seu caso.

Em outro ponto de seu relato, João escreve:

(...) porque La no (nome da empresa) eu já me acostumava La com as pessoas brincava com todo mundo brincava ate com as meninas eu não queria sair de la mas eu fui obrigado a sair de la porque se eu não saísse de la eu não recebia nada quem me obrigou eu sair de la foi o (nome do funcionário) o chefe da frente de caixa e foi o gerente tamem.

Nessa declaração, percebi o desejo, também, por reconhecimento e valorização de si e do seu trabalho, posto que, em todo parágrafo da carta, fica evidente. Ele ria, interagia, conseguindo antes representar o papel de “bom

trabalhador”; mesmo diante das dificuldades do dia a dia, seu comportamento parecia ser mais feliz.

João, porém, elucida mais, amplia suas considerações:

(...) peço mil desculpas pra você e obrigado por te me ajudado antes a fazer meus documento ser não fosse você eu não realizaria meu sonho que é trabalha e ganha meu dinheiro mas quando entrei (nome da empresa) eu era feliz na empresa (...) eu era muito feliz almoçava junto com as menina [sic] ganhava muito amor e carinho (...) eu era mais feliz ainda ate esse emprego realizou meu sonho que é viaja para Curitiba e conhecer minhas primas e tia.

A pessoa para quem ele se reportou e buscou demonstrar seus sentimentos, foi a que o auxiliou no começo (o preparador laboral), ou seja, sua única referência. O fato de achar que teria que se explicar, contar o porquê foi mandado embora, deixa bem claros aspectos do forte vínculo que antes foi formado com esse profissional, da sua grande confiabilidade, demonstrando, ainda, bons afetos meio a tantas frustrações, sentimento de humilhação e também de culpa. Tenta encontrar um caminho que pudesse oferecer novos sentidos. Recomeça a luta por encontrar um novo trabalho.

João não deseja entregar-se, apesar das limitações; pede ajuda desesperada ao preparador laboral e declara em tom embebido de esperança religiosa:

(...) e agora eu estou com quatro currículo para mandar nas empresas que precisa porque agora vou correr atrás de serviço e de um novo emprego você me ajuda de novo? por favor e pelo amor de deus se eu quisesse voltar atrás eu voltava pro (nome da empresa) porque la eu me acostumava com todo mundo antes você lembra disso? e se eu conseguir um novo emprego vou ficar feliz de novo e minha vó esta no céu e vai me ajuda (...)

Essa equipe, que antes representava o apoio, as orientações oferecidas pelo núcleo, já não podiam intervir nem interferir diretamente nesse momento, pois já não tinha vínculo empregatício com a instituição, a não ser tentar fazer algo “por fora”, ou seja, avisá-los de uma empresa que ofertasse em seu quadro outras vagas regidas pela Lei de Cotas.

Ele ainda assim se reportava a esse mesmo profissional, ou seja, a quem ele imagina que poderia de novo ajudá-lo. Não procurava mais a ONG, nem os profissionais pertencentes à mesma: os que, por lei, deveriam auxiliá-lo, pois mesmo sem a formação de um núcleo, esses profissionais se encontravam lá trabalhando, e, no entanto, acaba por eles se sentindo rechaçado, esquecido, excluído.

O papel do preparador laboral fortalece e/ou ajuda no reconhecimento afetivo extremamente necessário para a pessoa com deficiência conseguir um trabalho e nele se fixar. Quando as famílias são afetivas, cuidaram e cuidam da providência da educação necessária, percebe-se claramente maior maturidade caracterizando a postura profissional desses indivíduos na empresa. Do contrário, existe uma insegurança enorme; muitos não sabem sequer manusear um telefônico público, embarcar em um ônibus, andar sozinho pelas ruas etc. O preparador laboral auxilia nesse processo de superação da insegurança, criando, o entorno em que o indivíduo durante o processo de inclusão possa superar dessas lacunas, e as dificuldades todas são permeadas, trabalhadas em situação, até esse indivíduo seguir sozinho. Se a lei estabelecesse essa metodologia, amenizaria muitos sofrimentos, sentimentos de frustração, culpa e humilhação.

E, desabafa João:

(...) você (nome do ex preparador laboral) foi a única pessoa que me ajudou quando trabalhava no (nome da Instituição) que fez tudo pra mim que consegui realizar meu sonho que é der um emprego perso perdão e mil desculpa e obrigada por tudo (...) que Deus abençoe você e também meu celular quebrou a bateria no meio (...) ate o final do ano quero estar empregado de novo e por isso eu vo corre atrás de serviço mas eu com fé em Deus vou conseguir e vou dar a volta por cima (...)

Após isso, João conseguiu outros três empregos informais, fazendo “bicos” e não conseguindo outro trabalho fixo, de carteira assinada, pois já se sabia sobre a grande diferença de ter ou não estabilidade em uma empresa formal, de receber ou não benefícios, sem contar na diferença de salários etc. Não conseguiu até hoje esquecer o trauma do primeiro emprego, uma grande marca; observa-se em seu discurso o quanto sofreu nesse período, sentindo-se, nessa época, “derrotado e um perdedor” como ele mesmo descreve:

(...) quero muito em primeiro lugar agradecer a Deus pelo esse ano eu esta passado sei que esse ano pra mim foi muito difícil pra mim foi um ano de luta e de muito sofrimento olha foi muito difícil pra mim, mas consegui um emprego. Antes eu fui agredido no (nome da empresa que trabalhou temporariamente) eu fui agredido de levar um tapa na cara de uma pessoa desconhecida eu achava que eu nunca ia volta trabalhar serio de novo na vida, eu achava um derrotado e um perdedor e essa historia vou conta agora hoje. Foi quando eu ano passado lembra quando sai do (nome da empresa) no dia 1º de abril de 2011 eu fiquei muito doente não conseguir dormir essa noite recebi meu fundo de garantia e meu seguro desemprego eu tinha conseguido emprego na (nome de uma empresa) e foi meu presente de aniversario mas não consegui passar no teste e me mandarão embora fiquei muito chocado com isso e chorei muito e até cheguei pras pessoas por favor pelo amor de Deus um emprego, só isso que eu falei um

emprego. Continuo saído entregano currículo por vários lugares ate que dezembro depois do natal consegui um emprego temporário no (nome da empresa) com contrato por treis mês eu queria muito ficar ralei muito me dediquei um máximo. Mas a moça que trabalhava comigo no (nome da empresa) ela brincava comigo e no dia que eu foi brinca com ela por causa de um brigadeiro ela me deu cotovelada e sabe o que aconteceu ela deceu pra fala com a gerente. Mas ela ligou pra casa dela e falou pro marido dela, o marido dela veio para mim tira satisfação, me agredio, e me deu um tapa na cara, aí quando foi no outro dia me dispensaru.

Ele sofre por emprego, mas implora por emprego. Caberia aqui a mesma questão destacada sobre a luta pelo reconhecimento: só a cota favorece que o sujeito com deficiência se torne um sujeito de direito? As falas de João acentuam que há várias lacunas entre a Lei de cotas e a real inclusão no trabalho, judicialmente a perversidade das leis é deixar à deriva o próprio objeto da legislação e socialmente nossa cultura desfavorece as relações dos mesmos como um todo, isso é mesmo possível?

João, entretanto, pontua sua narrativa com outros informes:

(...) Quando cheguei pedindo ajuda, pedindo um outro emprego, ai depois disso eu fiz prova no (nome de outra empresa) do (local) fui bem e ate hoje não me chamarão, ai fiz prova no (nome da empresa) de (local) não passei na prova passou o carnaval fiz muito currículo entreguei no (nome da empresa) e de novo na (nome da empresa) entreguei até no (nome da empresa) da zona noroeste. Depois q passo o carnaval continuei a minha loga jornada sai entreganu currículo por vários cantos da baixada Santos, Guarujá São Vicente no meu bairro e nada (...)

Submeter-se ao mundo do trabalho é a única saída para se tornar sujeito de direito. Este é o sentido que orienta a busca desesperada por emprego. Fora dele, só há humilhação, não estima social e familiar. A contradição da sociedade capitalista parece corroborar o fortalecimento e a reprodução da humilhação, não há outra escolha.

Por derradeiro, João lança, em seu relato, a base de sua felicidade e de sua alegria:

(...) Aconteceu fiz varias entrevista e não chamava e ate que ligou o (nome da empresa) fiz prova passei na prova fiz teste por 40 minutos passei no teste fiz entrevista passei e ate que o (nome da empresa) me ligou pra contrata deixei o meu documento em dia levei pra empresa passei laudo medico peguei laudo da psicóloga levei no dia 5 de junho desse ano de 2012 comecei trabalha passei na experiência e depois de 4 meses de empresa fui promovido pra repositor e agora eu sou um repositor muito famoso e depois do que aconteceu comigo no (nome da primeira empresa) eu achava que nunca ia conseguir um novo emprego. E quando eu levei um tapa na outra empresa eu não ia deixar parado e eu ia fazer um B.O na policia. (...) Depois de tudo que aconteceu eu achava derrotado, um

perdedor, mas Deus foi maior e venceu essa guerra e me deu um emprego bom com empresa boa meu salario é de 719 reais por mês, chegando final de ano vai passa para 820 reais, acredita?(...)

A perseverança lhe permite superar a humilhação, vencer a guerra “com a ajuda de Deus”, afirma parecendo desconsiderar que os esforços intensos que realizou para conseguir um novo emprego. A euforia pela conquista do emprego não é empanada pelo baixíssimo salário o que não vai lhe permitir a realização do sonho de poder morar sozinho.

10.3 Mário

10.3.1 Entre o desejo de trabalhar e a segurança do benefício

A importância de qualquer pessoa ter um trabalho já se discutiu. No passado, antes de a Lei de Cotas começar com as autuações nas empresas e quando tudo parecia novidade sobre o acesso desse público ao trabalho, muitos deles já se haviam vinculado ao BPC, principalmente por não terem a certeza de que a lei fosse um dia vigorar. O problema inclusive é que foram também vinculados os que também tinham habilidades para o trabalho. Mas pela questão da desigualdade social e devido aos problemas financeiros, a maioria dessas famílias não teve outra escolha; pensava que “seria melhor garantir” o benefício, do que imaginar que algum dia o país (que já estabelecia, desde a Constituição de 1988, o direito desse público ao trabalho) estivesse longe de alavancar essa realidade, e, pelo contrário, foram esquecidos, quase em sua maioria, mantendo-se distantes de quase todas as políticas públicas sem acesso à educação, ao trabalho etc.

A história de vida a seguir mostrará como vive uma pessoa apta para o trabalho, mas que foi submetido a receber o benefício por, na época, não ter tido outra opção (devido à situação socioeconômica desfavorecida dos pais e pela inexistência da Lei de cotas), vivendo, hoje, uma grande contradição, perversidade e conflito: deseja ter um trabalho, mas não têm a certeza nem a segurança de obtê-lo.

Em seu relato, Mário narra:

(...) to cansado de ficar só em casa no quarto, não agüento mais isso aqui. Quando vou começar a aprender a tomar os ônibus? Tô muito preocupado, ansioso e estou sofrendo e minha mente fica fechada só com isso. Essas novelas da globo, o programa do Datena, essas rádios dela (nome da mãe) só enchem. Não me dão forças e sabedoria. Só fico com medo disso toda hora. É só reza toda hora. Eu não sou evangélico, ela (mãe) é. Não gosto

dessa religião porque acredito em Nossa senhora da Aparecida. Os evangélicos não acreditam. Preciso conhecer novos lugares. Só Nossa Senhora pode me dar forças para agüentar isso. Você (preparador laboral) não vai falar com ela? (mãe). Quero trabalhar meu santo Deus. Quero conhecer a cidade toda. Pegar ônibus. Eu rezo sempre para todos os anjos da igreja católica. Tenho pânico, stress, raivas so porque não posso trabalhar.

O trabalho tem o sentido de prazer e de emoções alegres. Conhecemo-nos em 2010 quando iniciei um trabalho voluntário no Instituto Mato Verde Louro (IMVL), organização social de Santos que presta serviços de orientação a pessoas com deficiência nas ruas (e outras clientela), em espaços públicos em geral.

Sua mãe solicitava que ele participasse apenas do grupo de teatro espontâneo. Esse grupo estabelece ideias criativas, não convencionais, onde tudo pode acontecer no palco sem ter a necessidade de um roteiro fixo preestabelecido. As pessoas com deficiência criam seus próprios personagens, suas falas e interpretações no teatro.

O IMVL é um grupo que não só oferece esse tipo de atividade, como várias outras, e os profissionais voluntários que participam ou no caso orientam oferecem o que, dentro do contexto (de cada indivíduo), aparece como necessidade. É uma espécie de movimento social contra o discurso ideológico “técnico-profissional”, no qual tudo teria que ser oferecido de forma contrária, ou seja, partem da ideia do que já existe e foi oferecido para as pessoas excluídas, não se deve repetir; não considerando ações deterministas, pois elas já estão espalhadas por aí.

Se um profissional quiser participar e for médico, deverá atender essas pessoas e ir até elas, não o contrário. Nesse caso, os profissionais é que são escolhidos. É uma forma de movimento contra-hegemônico, e o profissional pode valer-se de suas técnicas e/ou aprendizados para cumprir apenas o compromisso social, instaurando uma nova forma de atuação na sociedade.

Mário teve acesso ao BPC pela “escolha” (condição socioeconômica) dos pais. Foi de acordo com a Lei nº 8.742/93, que regulamenta o BPC, e concede o benefício àqueles que têm “impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”. Passou a receber um salário-mínimo (R\$ 622), pois sua família “comprovou sua incapacidade” para a vida independente e o trabalho mediante avaliação do Serviço Social e de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Geralmente, concede-se esse benefício às pessoas com deficiência ou às idosas cuja renda mensal familiar *per capita* seja inferior a um quarto de salário-mínimo (cerca de R\$ 155). Esse benefício é pago pela Previdência por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e suspenso caso a pessoa passe a ter renda maior. Mário vive esse dilema: quer trabalhar, mas sua família tem medo de ele perder o benefício, assumindo um trabalho e, depois, caso não se adapte à ele, não consiga voltar a solicitá-lo (o que parece ser bem coerente, devido às dificuldades financeiras da família).

Descobrimos que existe um projeto de lei onde começaram a identificar a partir de agosto de 2012 pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre 16 e 45 anos, para participar do Programa “BPC Trabalho”, que visa oferecer aos beneficiários o acesso a trabalho, programas de aprendizagem e qualificação profissional. O BPC Trabalho propõe, supostamente, “intermediar a oferta e a demanda de mão de obra de pessoas com deficiência, considerando as habilidades e os interesses dos trabalhadores e incentivando autônomos, empreendedores e cooperativas por meio do acesso a microcrédito”. É o que o sujeito deseja: trabalhar.

Em seu relato, Mário destaca que

(...) Ela (a mãe) não me deixa tentar. Mas eu quero, tenho o direito. Só assiste a TV do Edir Macedo. O que é a palavra de deus? Jesus manso humilde de coração? E o meu trabalho? É só ficar sem fazer nada? (...)

Aqui aparece um ponto de tensão familiar, além do trabalho: a religião. No grupo de teatro Mário sempre interage com palavras e falas sobre religião. Percebe-se em seu discurso que a mãe possui uma obsessão por assuntos religiosos, e ele sempre relata sobre o excesso desse tema dentro de casa, o que apenas lhe causa tédio, tensão e temor. Mantém ser contra a religião da mãe que é evangélica; então, diz ser católico, e as brigas dentro de casa são sempre em relação a esse tema.

E como Mário deposita sua confiança nos santos para obter emprego:

Nossa Senhora vai me dar forças, sabedoria, e saúde física na alma (...) Na outra igreja dela (a mãe) não tem São Jorge, São Judas, São José, São Benedito, Maria Madalena, São Cosme daminhão, Santa Clara, Santa Isabel, Santo Expedito, São Francisco de Assis e etc. Quero saber de tudo sobre o catolicismo, não a outra que não deixa minha mente ficar light (...)

O que parece interessante na história de vida de Mário é que ele sempre relata querer conhecer lugares em que pudesse, supostamente, trabalhar:

(...) você quer me ver tranqüilo sim ou não? Então me leva para conhecer nas atividades desse ano para eu ser radialista? Me leva na rádio jovem pan 2 (95,1), na rádio Tri FM, na rádio Atlântica AM, na rádio Bandeirantes, na Saudade FM, na MIX FM, na Kiss FM, na Santa Cecília FM? Quero falar na rádio o terço luminoso, o terço glorioso, o terço doloso e o terço gozoso (...). Esses meus nervosismos vão acabar lá. Trabalhando como radialista vou ficar cada vez mais tranqüilo (...)

Levei o Mário para conhecer uma dessas rádios em Santos, mas achei melhor levá-lo a uma rádio religiosa, porque seria a de seu maior interesse. Conversei com o radialista antes, expliquei sobre seu desejo de querer trabalhar nessa área e se ele poderia mostrar os equipamentos profissionais falando um pouco sobre esta profissão. O radialista fez tudo isso e ainda o convidou para falar ao vivo. Mário falou durante quase 10 minutos, sobre assuntos de Deus, de rezas, de orações. Ficou muito feliz com a experiência, e o radialista ficou tão encantado, pois sabia que era uma pessoa com deficiência, e o convidou várias vezes para participar. Ele avisava os familiares para ouvirem ao vivo quando fosse participar, e isso até hoje acontece.

Felicidade, superação do sofrimento são emoções atreladas ao trabalho e ao aprender a trabalhar, daí o medo do preparador laboral não mais lhe atender:

(...) você sabe o que fico com medo e pensando? Que você não vai vim mais me atender para nós fazermos nossas atividades. Então é meu medo até quando você vai me atender? Confio em você. Sexta feira nós começaremos a andar de bus, certo? Vamos fazer bastante atividades, estou feliz da vida. Vamos fazer uma lista de atividades, assim eu vou dormir mais tranqüilo porque vou aprender a trabalhar. Sem muitos sofrimentos e mais sossegado (...)

A mãe de Mário disse que o filho não parava de falar que queria trabalhar, e que não queria que isso acontecesse, pois, sabendo de suas dificuldades, não duraria muito tempo nos empregos. Portanto, disse que não tinha coragem de tirar o BPC do filho e dizia que era para segurança e o futuro do filho e, portanto, não permitiria jamais isso.

Comentei sobre o Programa “BPC Trabalho”, mas que isso ainda era uma questão nova no momento.

Entendo, entretanto, a mãe, pois realmente tudo ainda parece duvidoso. Eles realmente têm muitas dificuldades financeiras, moram em uma casa de madeira bem simples de situação precária. Mas entendo ainda mais Mário, que se mostra ser um brilhante comunicador, tem um desejo enorme em querer trabalhar, mas a mãe

acredita que não poderia ter um trabalho formal, de carteira assinada, devido a esses entraves sobre a posição da lei recente e realidade em questão.

Informei a ela que os programas de qualificação oferecidos por esse suposto “projeto” seriam oferecidos pela rede federal de educação profissional e em entidades nacionais de aprendizagem, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Mais tarde, obtive a informação que o programa foi lançado por meio de portaria publicada em 03 de agosto de 2012, no Diário Oficial da União (DOU) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com os ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

O BPC Trabalho integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência “Viver sem Limite”, de novembro de 2011. De acordo com a portaria, o DF e os municípios serão os responsáveis por executar o programa.

Em agosto de 2012, no *2º Encontro Nacional do Programa de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (BPC Trabalho)*, e, de acordo com o secretário Antonio José do Nascimento Ferreira, a ideia que pessoas com deficiência não devem trabalhar, mas receber benefícios tem de ser superada. Destaca:

Temos de fazer essas pessoas entenderem que podem entrar no mundo do trabalho, ter autonomia, ser protagonistas e contribuir para o país. Por que a pessoa com deficiência não pode trabalhar, só ficar em casa recebendo benefício? Essa é a visão que grande parte da sociedade tem.

Até março de 2012, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome registrou 3,6 milhões de pessoas beneficiárias do BPC, das quais 1,9 milhão tem deficiência. Descrevem a proposta do BPC Trabalho viabilizando que a pessoa continue recebendo o BPC enquanto estiver se qualificando para entrar no mercado. No caso de contratação para aprendizagem, o benefício deve continuar sendo pago por até dois anos. Se a pessoa perder o emprego “em qualquer momento”, pode voltar a receber o benefício cessado anteriormente devido a contrato de trabalho, independentemente do motivo do fim do vínculo empregatício.

Segundo a diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Maria José de Freitas, não basta proporcionar a entrada das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, mas é preciso ampliar as condições de acesso e

de permanência no emprego. "Não podemos vislumbrar somente o emprego, mas possibilitar que essas pessoas façam parte do mundo social, se sentir um ser útil", assevera.

11 Considerações Finais

Todos os sujeitos desejam trabalhar, mesmo com baixíssima remuneração e experiência de sofrimento.

O trabalho, como dito no início, é base da hominização do homem. Embora no capitalismo ele seja alienante, ainda constitui a atividade por meio da qual o indivíduo adquire lugar e papel reconhecidos na sociedade. Também é a fonte de sobrevivência e de constituição de si. A atividade laboral cotidiana, as relações e as exigências que geram no trabalhador serão uma via de socialização e de maturidade pessoal e, portanto, a inserção no trabalho é oportunidade e risco para as pessoas com deficiência; é demonstração de estima e não apenas de reconhecimento jurídico.

Considerando os sentimentos de medo, humilhação, tristeza e dor sofridos pelos três sujeitos, ressalta-se a necessidade do "Emprego apoiado", onde o profissional desempenharia o papel de mediador deste processo, lembrando a importância da afetividade para indicar os bons ou maus encontros, os quais, muitas das vezes, se tornam a única referência afetiva na vida dessas pessoas, abrangendo inúmeras e complexas lacunas descritas e mostradas nesta pesquisa.

Eles sabem que precisam aprender a trabalhar e partilhar bons encontros para superar o sofrimento ético-político mediado pelas injustiças sociais, por quem vive a situação de exclusão ou através de políticas pseudossociais.

A história de vida e de trabalho deles é permeada de preconceito, desmesura de poder que diminui a potência de ação desses indivíduos.

Foram expressos inúmeros sentimentos de tristeza, advindos do fato de estarem sós, de terem sido humilhados, tratados como inferior/destratados, subalternos, sentimento de inutilidade pela sociedade, através dos vieses históricos construídos cristalizados, legitimados pela política hegemônica, neoliberal.

Os afetos e a potencialização de ação que relatam marcar os encontros com o preparador laboral, indicam a necessidade das políticas públicas investirem em projetos com base na metodologia do Emprego apoiado, e, claro,

subsequentemente, na profissionalização da pessoa com deficiência. A aplicação de subsídios pecuniários nos projetos de apoio na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho faz-se imprescindível e é tão importante quanto à regulamentação da cota.

Isso deveria ir mais além, ou seja, possibilitar o detalhamento na regulamentação na legislação, exigindo-se que em quaisquer tipos de inclusão, a educação e a formação desses indivíduos fossem antes priorizadas com a exigibilidade permanente e inerente ao processo inclusivo, (como ocorre dentro da lei dos menores aprendizes, por exemplo, como citado no capítulo sobre educação).

As trocas presentes nas relações cotidianas dentro da empresa é o que configurará o que se denomina de ambiente de trabalho, quando os interesses do indivíduo (pessoa com deficiência) estarão em uma relação dialética com os interesses da empresa, em um jogo de assentimento consensual (reguladas por acordos contratuais).

Eles têm garantido a primeira categoria de direitos, segundo Honneth, à -que se refere aos direitos negativos que protegem a pessoa de intervenções desautorizadas do Estado, com vistas à salvaguarda de sua liberdade, de sua vida e de sua propriedade. Falta a segunda que se refere aos direitos positivos, que cabem à pessoa com vistas à participação em processos políticos. A terceira categoria abrange aqueles direitos, igualmente positivos, que permitem à pessoa ter parte de modo equitativo, na distribuição de bens básicos.

Também, o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual na empresa é longo e complexo, e não se acaba no momento em que se assina o contrato. Muito pelo contrário: é nesse momento que o técnico/profissional estaria na metade do percurso, mediando os problemas e desatrelando o sofrido caminho que esta relação retém. O trabalhador não pode perder jamais a criticidade sobre o trabalho no capitalismo, dominados pela concepção de força de trabalho como mercadoria (Hirata, 1994) à pena de humilhar-se e se culpabilizar por todos os problemas enfrentados.

O recente movimento das organizações em incluir membros de grupos minoritários em seu quadro de funcionários, seja por força da lei ou pela cobrança social por uma “atitude socialmente responsável”, trouxe à tona muitas questões a se pensar.

É preciso refletir sobre o fato de que a sua contratação (em resposta ao cumprimento da Lei de Cotas, Lei Federal nº 8.213, de 1991), transmite a mensagem de que foram contratadas por causa de suas deficiências, e não por suas competências.

Essa questão se torna mais complexa, quando se instaura uma relação de duplo vínculo, na medida em que a maioria das empresas somente cumpre a lei, ou seja, contratam pessoas com deficiência por causa das suas deficiências, sejam elas, física, sensorial ou algum outro tipo de limitação.

A pessoa com deficiência se torna invisível, quando lhe são negadas possibilidades de desenvolvimento profissional dentro da organização, que, por si, negará qualquer forma de discriminação, uma vez que ela cumpriu o que a lei exige: deu-lhe uma oportunidade, um emprego.

A organização finge que incluiu “por querer”, travestindo-se ser responsável por uma causa social (como se não fosse obrigada), e o contratado finge que foi aceito ou desejado por ela.

Assim, pelo olhar de Espinosa, processos de sofrimentos e de tristeza começariam a surgir, a potência de ação é imediatamente atingida sendo posta em questão, através desses maus encontros, onde a empresa não leva a termo tal inclusão por meio de seu desejo ou vontade, e sim pela obrigatoriedade.

Muitas delas conseguem reverter esse procedimento e invertem esse processo, fazendo transformar-se em uma coisa boa; entretanto, são pouquíssimos casos a exemplificarmos.

O sofrimento dos três sujeitos indicam que a sociedade em geral, mesmo aderindo a “essa concepção” de processo inclusivo, deveria agir, então, voltando-se para a direção de uma práxis inspirada na busca das paixões alegres, como nos coloca Sawaia (1999), lembrando-nos de Espinosa:

(...) onde a alegria ocupa papel crítico seletivo, indicando que os homens devem ser determinados a agir por um afeto de alegria, mas não qualquer alegria, só as positivas, sendo a principal delas a de pensar sem submissão e afastar tudo o que nos causa medo e tristeza e gera superstição (SAWAIA, 1999, p.116).

Considerando as necessidades particulares de cada um, é importante esclarecer, sobre as pessoas com deficiência, aspectos específicos relacionados às suas dificuldades e à explicitação do potencial de cada qual, desmistificando possíveis entendimentos errôneos, tais como supor incapacidades que não são

próprias de cada quadro de deficiência ou inferir limites a partir de estereótipos relacionados a algumas deficiências ou ainda fingir que não apresentem diferença que precisam ser respeitadas.

Entendo sobre a utilização das políticas públicas (BPC Trabalho) que ainda é um risco muito grande para as famílias trocarem o certo pelo duvidoso. A contradição está em uma medida que visa fomentar a oferta de trabalho, mas estabelece como pré-requisito a não condição de trabalhar e de ter uma vida independente. O Programa não contempla dificuldades importantes que pessoas com deficiência enfrentam para entrar no mercado de trabalho, como a própria suspensão do BPC caso haja aumento de renda derivada do trabalho.

Hoje, independentemente da política, o que pareceria ser mais importante seria regulamentar de forma mais clara e específica a questão da suspensão. Não adianta haver a política se a pessoa não se sente segura para abrir mão do benefício. Portanto, que esse aspecto faltou ser abordado de forma mais clara. Se nem o Emprego com Apoio está perto de tornar-se lei, como esses indivíduos poderiam correr o risco de ficar apenas amparados pela metodologia da “colocação seletiva”? Nada aparece com segurança sobre esse tema, só o que temos evidente é que o processo de “inclusão” se destaca por inúmeras vezes como algo perverso na vida dessas pessoas.

12 Referências Bibliográficas

ACTAS (**Asociación Catalana de empleo con apoyo**) disponible em: <<http://www.actas.cat/castellano/empleo-con-apoyo.html>>. Acesso em 21.09.10.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

AGUIAR, W. M. J; OZELLA, **Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos**. Psicol. Cienc. Prof., jun., v. 26, n.2, 2006. 222-245 p.

_____. **Reflexões sobre sentido e significado**. In: BOCK, A. M. B. (Org). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, V.L.R. **A Comunicação Diagnóstica de Ceratocome e a sua Influência na Representação Social que o Paciente Constrói da sua Doença**. São Paulo: [s.n], Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. 119 p.

ANTUNES R. Adeus ao trabalho? Ensaio Sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª Ed. São Paulo: Cortez; 1999. 155p.

____. **O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural**. Revista Theomai [OnLine] 2009 [Acesso em 13 ago De 2011]; (19): 47-57. Disponível Em: URL:<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/artantunes.pdf>

ANTUNES R, Alves G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Campinas. Educ Soc. [OnLine] 2004 maio-ago. [Acesso em 13 ago de 2011]; 25(87): 335-51. Disponível Em: URL: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>

BAUMAN Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001. 258 p. título original: LiquidModernity

BERNARDO MH. **Discurso Flexível, Trabalho duro: o contraste entre o discurso de gestão empresarial e a vivência dos trabalhadores**. [Tese - Doutorado]. São Paulo (SP):Universidade de São Paulo; 2006. [Acesso em 15 ago 2011]. Disponível em: URL:<http://www.Teses.Usp.Br/Teses/Disponiveis/47/.../Tde.../Tese-Mhbernardo.Pdf>

CASTEL R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de IraciD. Poleti. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes; 2005.611 p. título original: Lesmétamorphoses de laquestion sociale.

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e municipalização**. In.: **Educação Especial: Temas Atuais**. (Org) Eduardo José Manzini: UNESP - Marília – (01 – 09), Publicações, 2000.

ARISTÓTELES. **A política**. /trad. Roberto L. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, (Clássicos), 2000.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP,1984.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Editora São Paulo: Hucitec, 1997.

BASTOS, A.V.B. **Trabalho e Qualificação: Questões Conceituais e Desafios Postos pelo Cenário de Reestruturação Produtiva**. In J. E. Borges-Andrade, G. S. Abbad, L. Mourão ET AL. Treinamento, Desenvolvimento e Educação em

- Organizações e Trabalho: Fundamentos para a Gestão de Pessoas (PP. 23-40). Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRANDÃO, Israel R. **Afetividade e participação na metrópole: uma reflexão sobre dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza.** São Paulo: Tese de Doutorado, PUC SP, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- _____. **Constituição Federal do Brasil.** Brasília: Congresso Nacional, 1989.
- _____. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial.** Livro 1/MEC/SEESP. Brasília: a Secretaria, 1994.
- _____. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases.** Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- _____. **Secretaria de Educação Especial. Deficiência Mental.** Brasília: SEESP, 1997.
- _____. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BUENO, José G.S. **Educação Especial Brasileira-Integração / Segregação do Aluno.** Diferente. EDUC. São Paulo, 1996
- CARONE, I. **Análise epistemológica da Tese de doutoramento de Antônio da Costa Ciampa: E estória do Severino e a história da Severina.** Mimeo, (s.d)
- CARRETEIRO, T. C. A doença como projeto: uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafiliações sociais. In. SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Vozes: Petrópolis, 1999. p. 87-95, 2010.
- CIAMPA, A. da C. **Identidade social e suas relações com a ideologia.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1977.
- _____. **Identidade.** In, LANE, S. T. M e CODO, W. **Psicologia Social: O homem em Movimento.** 8 ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 58-75 [primeira edição 1984], 1989.
- CHAUI, Marilena. **Política em Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Espinosa: uma filosofia da liberdade.** 1/5. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995. 111 p.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1992.

- DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, Col. Leitura, escrita e oralidade, 2006.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: Karl Marx & F. Engles, Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, vol.2, 267-280, 1986.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Projeto Especial de Qualificação**. Recuperado em 11 junho, 2011, de www.apaeminas.org.br/arquivo.phtml?a=10326, 2006.
- FIERRO, A. **Crianças com atraso mental**. Em C. Coll, J. Palácios & A. Marchesi (Orgs.), **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar** (pp. 232-251). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FORD, Henry. **Minha vida e minha obra**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1922.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1996.
- _____. **A história da Loucura**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva S.A. 2000.
- FRASER, Nancy. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In, _____ & HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. trad. Joel Golb, James Ingram and Christiane Wilke. London, New York: Verso, 2003. pp.7-109.
- _____. **Reconhecimento sem ética?** In, SOUZA, J. & MATTOS, P. (orgs.). Teoria Crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007. p.113-140.
- FROM, Erich. **Conceito marxista do homem** /trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FURTADO, Odair. **Dimensões subjetivas da realidade: um estudo da subjetividade social no Brasil**. São Paulo: [s.n.], Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- _____. **Psicologia e relações de trabalho: em busca de uma leitura crítica e uma atuação compromissada**. In BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2003, p 211-237.
- _____. **Trabalho e subjetividade: o movimento da consciência do trabalhador desempregado**. In: DOWBOR, Ladislau. **Desafios do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004.

- ____. SVARTAMAN, B. P. **Trabalho e Alienação**. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; Gonçalves, M. G. M. **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-115.
- GAGNEBIN, J. M. **Memória, História, Testemunho**. In Gagnebin, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo, Editora 34, 2006.
- GARCIA, R. M. C. **A educação de sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições vygotskianas**. Ponto de vista, 1(1), 4-90. 1999.
- GENTILI, P. (orgs.) **Pós – neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada**. Guanabara Koogan, 1998.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **El lugar de las emociones en la constitución social de lo psíquico: El aporte de Vigotski**. Educação & Sociedade, 71(21), 132-148, 2000.
- GORZ A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume; 2003. 247 p. título original: Métamorphosesdu travail, Quetêdusens: critique de La raison économique.
- HABERMAS, Jürgen. A crise do Estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas. In, HABERMAS, J. **Diagnósticos do tempo: seis ensaios**. trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. pp.9-36. [publicado originalmente em 1985]
- ____. A luta por reconhecimento no Estado Democrático de Direito. In, HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. trad. George Sperber, Paulo, Astor Soethe e Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p.237-276.
- ____. **Conhecimento e Interesse**. trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. [traduzido da segunda edição alemã de 1973, originalmente publicado em 1968]
- HARVEY, D. **A injustiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 291 p., 1980.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Recuperado em 22 de maio de 2012, de <http://pt.scribd.com/doc/58108562/Georg-Wilhelm-Friedrich-Hegel-Principios-Da-Filosofia-Do-Direito>
- HELLER, Agnes. **A herança da ética marxiana**. In: **HOBBSAWN, E. et alii (eds.). História do Marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12. 1989.
- ____. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- ____. **Teoria de las necesidades en Marx**. Barcelona, Península, 1986.

HERNÁNDEZ-UMAÑA. “**Una aproximación a los costos Indirectos de la Discapacidad**”. Revista Salud Pública, Colombia, 7 (2), 130-144, 2005.

HIRATA, H. **Da polarização das qualificações aos modelos de competência**. In C. Ferretti et al. (Orgs.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar (pp. 128-142). Petrópolis: Vozes, 1994.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo, Editora 34, 2003.

JAPIASSU, H. O. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

LANE, S. T. M.; SAWAYA, B.B. (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 1994.

LANE, S. T. M e CODO, W. (Eds). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MANTOAN, M. T. E. **Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento**. Cadernos CEDES, 46, 93-107, 1998.

MANTON et al. (Orgs.) **A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema**. (pp. 18-23). São Paulo: Mennon, 1997.

MARX, K. (s.d.). **O capital I** (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1890).

_____. **Manuscritos Economia y Filosofia**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. /trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 151 p., 1987.

MARQUES, C. A. **A construção do anormal: uma estratégia de poder**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 24, 2001, Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu: ANPED, 2001. CD-ROM.

_____. **Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade**. In M. T.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Conferência Internacional do Trabalho**. Convenção nº 159, ratificada em 1991. Recuperado em 29 de abril, 2010, de http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/legislacao_2_1.asp

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Portal do Trabalho e Emprego**. Recuperado em 30 de abril, 2010, de http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusao/lei_cotas_1.asp

- MONTOBBIO, E. editor. **La identidad difícil. El falso yo en la persona con discapacidad psíquica.** Barcelona: Masson; 1995.
- MONTOBBIO, E. e LEPRI, C. **Quem eu seria se pudesse ser: a condição adulta da pessoa com deficiência intelectual.** Tradução: Llese Paschoal Moreira, Fernanda Ortale. - Campinas, SP: Fundação Síndrome de Down, 2007.
- MUMBY, Dennis. Reflexões críticas sobre comunicação e humanização nas organizações. In: KUNSCH, M.M.K. **A comunicação como fator de humanização das organizações.** 1ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010.
- NEWMAN, F e HOLZMAN, L. **Lev Vygotsky: cientista revolucionário.** São Paulo: Loyola, 2002.
- NUNES, Leila Regina de O de P.; FERREIRA, Julio Romero. **Deficiência Mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado.** In: BRASIL/MEC/SEESP, 1994. p. 50-81.
- OFFE, C. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** In: Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- OMOTE, S. **Estereótipos a respeito de pessoas deficientes.** Didática, n.22/23, p. 167-180. 1987.
- PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PESSOTI, Isaias. **Sobre a gênese e evolução histórica do conceito de deficiência mental.** Revista Brasileira de Deficiência Mental, v.16, n.1.p.54-69, jan./jun.1981.
- PRIESTLEY, M. **Constructions and creations: idealism, materialism and disability theory.** Disability & Society, v. 13, n. 1, p. 75-94, 1998.
- RIBEIRO, M. A., & CARNEIRO, R. **A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à Lei de Cotas para pessoas com deficiência.** Revista O&S, 16(50), 545-564, 2009.
- RIZK, Hadi. **Compreender Spinoza/HadiRizk;** tradução de Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2006.
- SANTOS TS dos. **Globalização e Exclusão: Dialética da Mundialização do Capital.** Sociologias. 2001 jul-dez; 6: 170-98.
- SANTOS GPG dos. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990.** Pró-Posições. 2008 maio-ago.; 19 (2): 151-61.

- SASS, O. **Teoria Crítica e investigação empírica na Psicologia**. *Psicologia & Sociedade*, v. 13, n. 2, jul.-dez., pp.147- 159, 2001.
- SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. *Revista Nacional de Reabilitação*, 5(24), 6-9, 2003.
- SAWAIA, Bader. B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In. SAWAIA, Bader. B. (org). *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- _____. **Da consciência à potencia de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana**. *Psicologia e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*, 2011.
- _____. **Participação Social e Subjetividade**. In SPOSATI, A; SAWAIA, B. B. e DALLARI, D. **Ambientalismo e Participação na contemporaneidade**. São Paulo, Educ/FAPESP, 2002.
- SCHNAPPER, D. **Intégration et Exclusion dans les Sociétés Modernes**. In: *Exclusion, l'Etat des Savoirs*. Paris: Découvertes, p. 23-32.
- SCHWARZ, Andrea. **Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência**. São Paulo: i.Social, 2009.
- SOUZA SANTOS. B. de. **Um discurso sobre as ciências**. 2ª. Ed., Lisboa, Edições Afrontamento, 1988.
- SPINOZA. B. **Ética/Spinoza**; [tradução de Tomaz Tadeu], - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- _____. **Tratado político/ Baruch de Espinosa**; tradução, introdução e notas Diogo Pires Aurélio; revisão da tradução Homero Santiago. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- SUZANO, J. C. C. **Concepções de deficiência e percepção do desempenho por tipo de deficiência: A perspectiva dos gestores**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil, 2011.
- TUNES, Elizabeth, Souza, Jaci Augusta de, Rangel, Roberta Bevilaqa. **Identificando Concepções relacionadas á pratica com o deficiente mental**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, V.2, n.4, p.7-18, 1996.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994.
- VERDUGO, M.A, Jenaro C. **Una nueva posibilidad laboral para personas con discapacidad: El empleo con apoyo**. *Siglo Cero* 1993; 24 (3): 5 – 12.

VYGOTSKY, L.S. **Obras Escogidas V**. Madrid: Centro de Publicaciones Del M. E. C. y Visor Distribuciones, 1997.

____. **Fundamentos de Defectologia**. 2ª ed. Havana : Pueblo y Educación, Obras Completas, 1995.

____. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Havana: Científicotécnica, 1987.

____. **“Manuscrito de 1929”**. Educação & Sociedade (Cedes). Campinas, n.71, 2000, pp. 21-44.

____. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

____. **et alii Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

TANAKA, E. D. O. e MANZINI, E. J. - **O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?** Rev. Bras. Educ. Espec. vol.11 nº. 2 Marília Maio/Aug, 2005.

Forma resumida / Citações elaborada pela BFE:

SANTOS, G.C.; PASSOS, R. Citação bibliográfica padrão ABNT. Campinas: BFE/UNICAMP, 2005. Disponível em:

<http://www.bibli.fae.unicamp.br/suporte/citacao.doc> Acesso em: 11 novembro 2010.

WINNICOTT, D. W. **Natureza Humana**. Tradução Davi LitmanBogomoletz. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

ZIZEK, S. **A visão em paralaxe**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-11-19/e-preciso-superar-estigma-de-que-pessoas-com-deficiencia-nao-tem-condicoes-de-trabalhar-diz-secretari>